

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**FÁBIO SILVA SOUZA**

**ARQUEOLOGIA DO COTIDIANO:**  
**UM *FLÂNEUR* EM SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE**

**São Cristóvão (SE)**

**2004**

**FÁBIO SILVA SOUZA**

**ARQUEOLOGIA DO COTIDIANO:  
UM *FLÂNEUR* EM SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, com Área de Concentração – “Formas e Processos Tradicionais de Ocupação Territorial”: Estudos Arqueológicos.

**ORIENTADOR:**

Prof. Dr. Rogério Proença de Sousa Leite.

**São Cristóvão(SE)  
2004**

**FÁBIO SILVA SOUZA**

**ARQUEOLOGIA DO COTIDIANO: UM *FLÂNEUR* EM SÃO  
CRISTÓVÃO – SERGIPE**

A dissertação Arqueologia do cotidiano: um *flâneur* em São Cristóvão – Sergipe, elaborada por Fábio Silva Souza, orientada pelo Prof. Dr Rogério Proença de Sousa Leite e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia com Área de Concentração – “Formas e Processos Tradicionais de Ocupação Territorial”: Estudos Arqueológicos.

Aracaju-SE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ .

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Rogério Proença de Sousa Leite – Orientador  
1º Examinador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lisabete Coradini  
2º Examinador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Alves França  
3º Examinador

Aos meus filhos Rodrigo e Bárbara (*a caminho*), que este trabalho sirva de inspiração e motivação para suas conquistas emocionais, intelectuais e afetivas.



## AGRADECIMENTOS

A Deus pela luz e força.

A todos os familiares, que, de uma forma ou de outra, tiveram de suportar, as minhas “ausências”: Regina, Rodrigo e Bárbara (*a caminho*), meus pais e irmãos.

Ao Prof. Rogério Proença Leite, por ter possibilitado além de preciosas orientações, muitas *dicas* e possibilidades de discutir o trabalho em meio a comunidade científica.

Aos amigos Valfran de Brito, pessoa com quem realizei intensos debates e discussões ao longo dos dois anos de elaboração deste trabalho, e Waldefrankly Rolim de Almeida Santos, pelas discussões iniciais e por ter disponibilizado diversos materiais, fundamentais para a pesquisa histórica.

Ao Prof. Luiz Fernando Ribeiro Soutelo pela atenção e didática de suas explicações ao ser entrevistado, além das observações ao ler o trabalho nas fases finais.

À Prof<sup>a</sup> Ana Galvão pela paciente revisão dos originais.

Aos colegas de curso Renaldo Ribeiro e Daniel Castro pela troca de idéias, sugestões bibliográficas e realização de fotos.

A todos os entrevistados Erundino Prado Junior, Dona Celuta Fenandes Dantas, Dona Jaci Fenandes Dantas, Seu Sósthenes Ramos Prado, pelas valiosas informações, fundamentais e impossíveis de serem encontradas por meio bibliográfico. Em especial, a Carolina Pereira de Oliveira por ter disponibilizado fotos do acervo particular do Dr. Lauro Rocha.

A todas as pessoas da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente do Município de São Cristóvão, pela atenção e gentileza de seu atendimento.

Aos professores e pesquisadores vinculados ao Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais – LABEURC.

*A paisagem tem uma textualidade que estamos apenas começando a compreender, pois só recentemente pudemos vê-la por inteiro e 'lê-la' com respeito a seus movimentos mais amplos e seus eventos e seus sentidos inscritos.*  
(SOJA, 1993, p. 191)

## RESUMO

Esta dissertação analisa as transformações do espaço público ocorridas ao longo dos séculos, tendo como referente empírico o centro histórico da cidade de São Cristóvão, em Sergipe. Essa cidade possui relevância política, histórica, arqueológica e patrimonial. Surgida em 1590 e tendo atuado como sede política da província até o ano de 1855, São Cristóvão foi reconhecida oficialmente desde o ano de 1938 como cidade-monumento do Estado de Sergipe. Isento dos processos de revitalização, que permearam outros centros históricos, essa cidade conserva elementos que caracterizaram a sua paisagem ao longo de sua história. Este trabalho demonstra como o cotidiano dos atores sociais, a partir de disputas práticas e simbólicas, atuam no sentido da formação de espaços públicos, permitindo, dessa forma, uma multiplicidade de seus usos, possibilitando a criação de delimitações territoriais na paisagem urbana.

**Palavras-Chave:** cidades coloniais; espaço público, paisagem, sociabilidades.

## ABSTRACT

This dissertation analyses the changing of the public space along the centuries, having as empiric referring too historic center São Cristóvão town, in Sergipe. This town has politics, historic, archeologic and patrimony important. It appeared in 1590 and it has performed as politics seat of the province until 1855, São Cristóvão was recognized officially since 1938 as monument town of Sergipe Stat. Exempt of the revitalization process, that other historic centers had, this town maintain elements characterized its landscape along its history. This work landscape along its history. This work shows as day by day of the social actors, with practice and symbolic disputes, act in sense of the public space formation permitting, then, a multiplicity of its uses, possibiliting the creation territory delimitating at the landscape.

**Key words:** colonial cities; public space; landscape; sociabilities.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES - FOTOS

<b>Foto 1.</b> Vista aérea da praça São Francisco.....	47
<b>Foto 2.</b> Vista aérea do centro Histórico.....	48
<b>Foto 3.</b> Igreja de Nossa Senhora da Vitória.....	101
<b>Foto 4.</b> Vista aérea do centro histórico da cidade de São Cristóvão.....	102
<b>Foto 5.</b> Desfile de um bloco de carnaval, na rua Erundino Prado.....	103
<b>Foto 6.</b> Igreja Matriz, foto do início do século XX.....	104
<b>Foto 7.</b> Universo profano da Procissão do Encontro.....	105
<b>Foto 8.</b> Desfile cívico de 07 de setembro.....	105
<b>Foto 9.</b> Ao lado, desfile cívico de 07 de setembro.....	105
<b>Foto 10.</b> Antiga casa localizada em frente a Matriz.....	106
<b>Foto 11.</b> Ao lado, atual Superintendência Municipal de Transito e Transporte de São Cristóvão.....	106
<b>Foto 12.</b> Vista aérea do centro histórico de São Cristóvão, no detalhe: a Igreja Matriz, ladeira do Porto da Banca e o Carmo Grande.....	107
<b>Foto 13.</b> Vista aérea do centro histórico de São Cristóvão, no detalhe: o antigo porto da cidade de São Cristóvão.....	107
<b>Foto 14.</b> O antigo porto da cidade de São Cristóvão.....	108
<b>Foto 15.</b> Atual Terminal Turístico Ecológico (visualizando as torres da Matriz).....	109
<b>Foto 16.</b> Atual Terminal Turístico Ecológico (visualizando o rio Paramopama).....	109
<b>Foto 17.</b> Complexo do Carmo.....	110
<b>Foto 18.</b> Igreja do Amparo.....	112
<b>Foto 19.</b> Igreja do Amparo (no detalhe: saliências em superfície).....	113
<b>Foto 20.</b> Avenida Ivo do Prado, ao fundo Antiga Casa da Misericórdia (imagem antiga)....	115
<b>Foto 21.</b> Ao lado, imagem semelhante realizada em 2004.....	115
<b>Foto 22.</b> Procissão do Encontro (imagem antiga).....	116
<b>Foto 23.</b> Ao lado, Procissão do Encontro 2004.....	116
<b>Foto 24.</b> Repetição da imagem anterior, enfatizando o anúncio contido na faixa.....	116
<b>Foto 25.</b> Antigo sobrado de balcão corrido.....	117
<b>Foto 26.</b> Antigo sobrado de balcão corrido em um postal.....	117
<b>Foto 27.</b> Colégio Estadual Deputado Elízio Carmelo.....	118
<b>Foto 28.</b> Procissão do Encontro, focalizando a imagem de Nossa Senhora das Dores.....	120
<b>Foto 29.</b> Procissão do Encontro, focalizando a imagem de Jesus.....	120

<b>Foto 30.</b> Procissão do Encontro – 2004 .....	121
<b>Foto 31.</b> Praça São Francisco em tempo comum, ordinário.....	122
<b>Foto 32.</b> Praça São Francisco durante a Procissão do Encontro.....	122
<b>Foto 33.</b> Praça São Francisco durante a Procissão do Encontro, 2004.....	122
<b>Foto 34.</b> Antiga Santa Casa de Misericórdia.....	123
<b>Foto 35.</b> Atual Lar Imaculada Conceição.....	123
<b>Foto 36.</b> Palco do Festival de Arte de São Cristóvão, durante o dia.....	126
<b>Foto 37.</b> Festival de Arte de São Cristóvão à noite.....	126
<b>Foto 38.</b> Seresta na cidade de São Cristóvão.....	127
<b>Foto 39.</b> Concentração para seresta na praça São Francisco .....	127
<b>Foto 40.</b> Antigo prédio da Assembléia de São Cristóvão e prédios ao redor .....	128
<b>Foto 41.</b> No detalhe antigo prédio da Assembléia de São Cristóvão.... ..	128
<b>Foto 42.</b> Piso do sobrado no primeiro andar.....	128
<b>Foto 43.</b> Detalhe do piso tomado pelo cupim.....	128
<b>Foto 44.</b> Museu Histórico de Sergipe.....	130
<b>Foto 45.</b> Lateral do Museu Histórico de Sergipe.....	132
<b>Foto 46.</b> Convento Franciscano, imagem do início do século XX.....	132
<b>Foto 47.</b> Convento Franciscano, imagem recente (2002).....	132
<b>Foto 48.</b> Ritual público em frente ao Convento Franciscano.....	134
<b>Foto 49.</b> Procissão para ritual de “Primeira Comunhão” .....	136
<b>Foto 50.</b> Ao lado, imagem focalizando “o mesmo espaço” durante um tempo comum.....	136
<b>Foto 51.</b> Igreja do Rosário.....	137

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES - MAPAS

<b>Mapa 1.</b> Físico do Estado de Sergipe.....	24
<b>Mapa 2.</b> Nordeste brasileiro datado de 1637.....	26
<b>Mapa 3.</b> Litoral nordestino.....	27
<b>Mapa 4.</b> Brasil territorial: (1500-1822).....	44
<b>Mapa 5.</b> Frans Post. “Ciriri”. Gravura extraída do livro de Gaspar Barléu.....	59
<b>Mapa 6.</b> Incursões e ocupações estrangeiras no Brasil.....	63
<b>Mapa 7.</b> Invasões holandesas.....	64
<b>Mapa 8.</b> “SERGIPE / 47” – São Cristóvão – ca. 1631.....	65
<b>Mapa 9.</b> Carta da Costa que se estende da Baía de Todos os Santos até a Barra do Rio São Francisco, 1631.....	99
<b>Mapa 10.</b> “SERGIPE / 47” – São Cristóvão – ca. 1631.....	99
<b>Mapa 11.</b> Recorte ampliado das edificações encontradas no mapa anterior.....	100

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
 <b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>SÃO CRISTÓVÃO COMO CENTRO HISTÓRICO: UMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA.....</b>	<b>24</b>
1.1 Localização.....	24
1.2 Espaços e territórios: a consolidação da paisagem.....	28
 <b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>UMA BREVE (RE)CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA.....</b>	<b>52</b>
2.1 Formação da capitania de Sergipe Del Rei: (1534 – 1590).....	52
2.2 A efetiva conquista do território sergipano.....	56
2.3 O centro histórico: um debate sobre o patrimônio e a arquitetura.....	69
2.4 O IPHAN e a trajetória na construção de uma identidade.....	78
2.5 A questão patrimonial em Sergipe.....	84
 <b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>SÃO CRISTÓVÃO: UM PASSEIO, VÁRIAS NARRATIVAS.....</b>	<b>91</b>
3.1 A cidade em dois tempos: habitual e ritual.....	96
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>141</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>147</b>
 <b>ANEXOS.....</b>	<b>157</b>



## INTRODUÇÃO

Os espaços edificados em seus estilos arquitetônicos podem revelar gostos e costumes de vida, de classes sociais distintas, construídos nos diferentes tempos históricos. O estudo da cultura material, evidenciada na paisagem edificada, consolidada ao longo de séculos, pode ser bastante significativo para a investigação do universo social de períodos distantes. Os espaços antrópicos podem, ainda, fornecer dados substanciais para a compreensão das configurações paisagísticas hoje.

As cidades surgem como resultado de lutas cotidianas entre os diversos atores sociais que atuam, atribuindo múltiplos sentidos às paisagens edificadas, resultando, assim, na formação de vários espaços dentro de um mesmo espaço urbano. Temas como: as paisagens, as cidades e seus monumentos têm despertado, cada vez mais, interesse nas agendas de debates científicos. Esse fenômeno parece resultar da curiosidade sobre as culturas e os estilos de vida urbanos. Isso decorre, fundamentalmente, pela possibilidade de ser

possível observar, corretamente, que as cidades sempre tiveram culturas, no sentido que produziam produtos culturais, artefatos, construções e modos de vida distintivos. É possível ser ainda mais ‘culturalista’ e afirmar que a própria organização do espaço, o planejamento das edificações, é em si mesma uma manifestação de códigos culturais específicos. (FEATHERSTONE, 1995, p. 135).

A rigor, toda cidade tem uma história que lhe é própria, contudo, algumas são comumente denominadas “cidades históricas”. Essas parecem vir a se contrapor à crescente

experiência do fenômeno da urbanização. Com isso, contemporaneamente, as cidades têm despertado o interesse cada vez maior das agências de turismo e de muitos governantes que, percebendo a importância desse fenômeno, encontraram nesses antigos centros, muitos deles abandonados e desprestigiados, a experiência exótica de conhecer o outro, de um tempo distante e que já não mais existe, pois perderam espaço para a modernidade.

Se, nas décadas de trinta e quarenta no Brasil, os atrativos turísticos estavam voltados para a visita de monumentos e prédios modernos, hoje em dia, com a intensificação dos processos urbanos, essa concepção parece ceder espaços para o turismo rural, ecológico e histórico (CASTRO, 1999). Com isso, ganham maior destaque nas agendas turísticas os passeios em hotéis chácaras, o “pesque e pague”, as trilhas ecológicas, e, evidentemente, as cidades históricas.

O sítio primitivo da cidade de São Cristóvão, surgido no ano de 1590, é bastante representativo dos traços acima abordados. Sua localização estratégica, situada entre dois importantes pólos produtores de cana-de-açúcar, Salvador e Olinda, serviu, à época, não só para fornecer carne e couro para o mercado consumidor desses pólos, mas muito mais que isso, a cidade de São Cristóvão vai integrar uma rede de comunicação entre esses, e ocupar territórios que poderiam ser facilmente penetrados, principalmente, pelos invasores franceses.

A preocupação com a sua segurança era o elemento primordial para efetivar um determinado assentamento. Nesse período, marcado pela corrida da conquista de novas terras e, conseqüentemente, pela formação de novos territórios que vieram contribuir para o enriquecimento das nações européias, fez reinar nas Américas um estado conflituoso. Por conta da questão *segurança*, muitas cidades coloniais dos séculos XVI e XVII tiveram de transferir a localização do seu sítio original.

São Cristóvão, que originalmente estava muito mais no litoral, percebe a sua exposição aos ataques inimigos e vai mudar a sua localização, cada vez mais adentrando para

o interior. Ela mudou seu sítio por três vezes até se instalar de modo definitivo às margens do Paramopama. Nesse sítio, localizado em uma faixa de terra que se estende entre 70 a 90 metros de altura, é possível observar traços que predominaram nos padrões de assentamentos coloniais.

A primeira construção a surgir em São Cristóvão, por exemplo, foi a da Igreja de Nossa Senhora da Vitória ou, como é conhecida, Igreja Matriz. No seu entorno, começam a surgir as primeiras casas que virão a constituir o núcleo urbano são cristovense. À sua frente encontra-se à praça da Matriz, atual praça Getúlio Vargas, e ao fundo, o rio Paramopama. Do alto era possível observar o fluxo de embarcações e, lá embaixo, no rio propriamente dito, muitos pescadores tiravam o seu sustento. Mais adiante, esse mesmo local veio a servir como porto.

Durante a primeira metade do século XVII, São Cristóvão viveu momentos intensos em sua história, ocasionados pela invasão holandesa. Sua paisagem foi cenário de conflitos e interesses diversos, entre holandeses que haviam conquistado a cidade de Recife e pretendiam estender suas conquistas ao sul, chegando à sede do governo colonial em Salvador, e, por outro lado, pelos portugueses que não queriam perder sua hegemonia sobre o território conquistado. Essas lutas se estenderam desde março de 1637, com a tomada de São Cristóvão pelos holandeses, sendo retomado pelos portugueses em 1640. A reconquista portuguesa perdurou até o ano seguinte, quando os holandeses retomaram o domínio territorial. Finalmente, no ano de 1645, os holandeses desistem da conquista de São Cristóvão ao perceberem os altos custos que teriam de arcar com um projeto de povoamento e de cultivo das terras de Sergipe. Nesse momento, foi então retomado o processo de colonização português das terras em Sergipe (NUNES, 1996, 2000).

O século XIX foi bastante significativo em todos aspectos. Durante esse período foram proporcionadas intensas e profundas modificações que se estenderam desde a produção

intelectual às condições materiais, tendo passado pela reordenação do espaço e reconfigurado as relações no cotidiano do homem. As mudanças ocorridas nesse período inauguraram um novo momento na história da humanidade, conhecido pelo progressivo processo de racionalização, denominado como modernidade, segundo a perspectiva sociológica alemã.

Esses novos ideais suscitaram o aparecimento de novas cidades ao longo do século XIX, com uma outra logística diferente daquela colonial. Nesse momento, as ameaças de ataques e invasões inimigas já haviam cessado, com isso a preocupação com a segurança não mais determinava a localização dos sítios dessas cidades, ao contrário, os novos sítios, de modo geral, passariam a ocupar o litoral brasileiro.

As cidades surgidas ao longo do século XIX encontram-se, de modo geral, de frente para a Europa e de costas para o interior. Essa parece ser uma evidência de que o rompimento com o passado, proposto pela burguesia, iria além da esfera ideológica e da produção material. O posicionamento e a orientação das novas cidades, segundo Freyre (1980, 1982), seguiam os parâmetros de referência da modernidade, em nítido sinal de contraposição a tudo aquilo que eventualmente o associasse ao arcaico, tradicional, demonstrando, sugerindo evidências do saudosismo, agora em especial para um mundo dito “civilizado”. Esse novo paradigma europeu, de uma urbanização nascente, seguida da industrialização, encontra mais força e evidência à medida em que no Brasil é desenvolvido, internamente, um pessimismo ideológico justificado pela visão racista e determinista, revestido de um cientificismo europeu, positivista, com toda sua lógica evolucionista.

Essas idéias foram predominantes em todo o Brasil do século XIX, contudo um fato em especial, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, vai suscitar novos ares na colônia. A vinda da família real para o Brasil, no início do século, constitui um momento ímpar e de grande relevância. Ao trazer a máquina administrativa lusitana para a cidade do Rio de Janeiro, possibilitou-se o advento de novas idéias e práticas no sentido da modernização da então

capital brasileira, “desenvolvendo-se uma cultura laica, mundana, cortesã e aristocrática [...] perdendo, paulatinamente, os acanhamentos provincianos” (LOPEZ, 1995, p. 14). A vinda da família real para o Brasil possibilitou, ainda, significativas mudanças no cenário político. Freyre, por exemplo, chama atenção para o fato de que, tanto o Rei D. João VI como os imperadores D. Pedro I e II “souberam conciliar o prestígio do governo ou do poder político com o da aristocracia rústica das casas-grandes patriarcais que suspiravam aquele poder de aliados valiosos” (1971, p. 38).

Por idéia do Conde da Barca, foi trazida ao Brasil a missão artística francesa. Seu objetivo era introduzir o ensino artístico acadêmico em terras brasileiras. Esse fato poderia possibilitar, portanto, não só o despertar de um espírito inovador assim como a possibilidade de rompimento com os padrões jesuíticos, que haviam perdurado ao longo de séculos. A missão francesa possibilitou a gradativa substituição da arte colonial barroca, mestiça e autodidata, pelo neoclassicismo. Nesse momento, é incorporada uma nova concepção de arte que esteve intrinsecamente ligado ao saber secularizado, predominante durante o século XIX, caracterizada pelo mundano-aristocrático. Seu estilo simétrico e perene, agiu de forma a abolir a pompa e os ornamentos característico do barroco.

A vinda da missão artística francesa possibilitou a implantação da arquitetura durante o século XIX e foi responsável por mudanças significativas ocorridas durante o período compreendido entre 1800 a 1850 (REIS FILHO, 1978). Essas transformações apresentavam-se de forma discreta, prestigiando a difusão da arquitetura neoclássica e a implantação de tipos mais refinados de construção. A gradativa ruptura ocorrida nas edificações do início do século XIX não se deu de forma abrupta. Ela manteve, ainda, características coloniais, tais como o avanço sobre os limites laterais e sobre o alinhamento das ruas, a simplicidade dos esquemas, com suas paredes grossas, suas alcovas e corredores, telhados elementares e balcões de ferro batido (REIS FILHO, 1978). Interessava à burguesia romper com o passado

rural, marcado pela associação entre Estado e Igreja, alicerçado no tradicionalismo. Em oposição, foi intensificado o processo de urbanização. Esse rompimento, ao que parece, não ocorreu subitamente, ao contrário, o crescimento urbano deu lugar a uma burocracia civil e eclesiástica (RIBEIRO, D., 1995, p. 196) e, em muitos lugares tipicamente rurais, os ares da modernidade, fizeram suscitar novos arranjos na paisagem, sobretudo nas fachadas das casas. Quase rentes às calçadas, sem jardins à sua frente, muito próximas umas das outras, essa seria uma paisagem tipicamente urbana, moderna. Contudo, no interior dessas casas conservavam traços essencialmente rurais, com criações de animais e diversas árvores frutíferas em seus quintais.

Em meados do século XIX, várias cidades irão surgir, quase sempre portuárias, provocando significativas transformações na lógica ocupacional do espaço. O Estado, nesse sentido, parece ter desempenhado importante papel no processo de viabilização da modernidade, possibilitando a criação de novos espaços voltados, sobretudo para a preocupação portuária. Giddens (1991), por exemplo, atribui ao Estado nacional um importante papel de construção do nacionalismo, por meio do que ele denominou componentes psicológicos, entendidos enquanto associação de indivíduos ligados a um conjunto de símbolos e crenças que enfatizam a comunalidade. Contudo, o Estado, parece ter extrapolado o aspecto ‘simbólico’, proposto por Giddens (1991), atraindo para si a responsabilidade pela criação de condições materiais, não apenas na edificação desses espaços, a exemplo de Aracaju, como também na criação de empregos públicos, fomentando o surgimento de um comércio ainda que incipiente.

Os ares de modernidade eram predominantes e uma elite rural ansiava por ascensão e *status* social. Essa classe defrontou-se então com o problema de como angariar recursos e tornar esses projetos individuais possíveis. Sob o pretexto de exportar produtos e trazer riquezas para a nação – entenda-se em especial para essa aristocracia rural – sedenta por

mudanças e pelo consumo não apenas material como também simbólico evidenciado na importação de louças, chás e hábitos ingleses (LIMA, 1996, 1997). Enfim, esse novo paradigma parece ter extrapolado o campo das idéias, a produção material e a logística espacial. Ela trouxe consigo fortes implicações que provavelmente possibilitaram profundas e gradativas mudanças nos sentimentos e hábitos cotidianos das pessoas daquela época.

As novas idéias, hábitos e ritos trazidos pela corte são paulatinamente incorporados e difundidos no Brasil. A transferência da capital sergipana ocorrida a 17 de março de 1855, através da resolução de nº 413, na gestão do então presidente de província Inácio Barbosa, se deu, ao que parece, por influencia do espírito empreendedor de Mauá. Dessa maneira, sob fortes argumentos portuários, surge a cidade de Aracaju. Nascida em vantagem com relação às outras cidades sergipanas pela sua localização à beira mar e pela sua proximidade da zona canavieira, à época região mais importante economicamente da Província.

Os espaços, antes divididos em sagrados e profanos, assumem uma outra conotação a partir do processo de secularização. Agora se dividem em privados e públicos, se entrecruzam, mantendo um relacionamento subjetivo e dialético. Portanto, as Revoluções Burguesas parecem ter afetado também o debate sobre os espaços: eles deixam de ter uma relação entre o sagrado e o profano para ser percebido e debatido enquanto privado e público. Essa é uma transformação não apenas na denominação, mas, sobretudo no entendimento e nos usos dos espaços vivenciados socialmente. Para Algaranti, “a distinção clássica entre público e privado não se aplica à vida colonial antes do final do século XVIII e início do XIX, pois o privado assume conotações distintas daquelas à nossa sociedade atual” (1997, p. 88). O privado e o público muitas vezes são confundidos ou utilizados enquanto sinônimos de casa e rua (DAMATTA, 1985, 2001; FREYRE, 1971, 1979).

A casa e a rua constituem categorias que representam muito mais que os aspectos físicos podem informar. Essas categoriais não se restringem simplesmente a espaços físicos,

geográficos, algo que se possa mensurar. Acima de tudo são entidades morais, onde se encontram definidas regulamentações e proibições da vida social. A casa e a rua atuam como centro da formação social dos indivíduos. *Status* e prestígio social, muitas vezes derivam dos ritos praticados e dos bens encontrados na esfera privada. Nas festas privadas os anfitriões abrem suas portas à sociedade, quase sempre de modo restrito, exclusivo a um grupo de convidados que tem a oportunidade de adentrar na intimidade de uma família.

O público e o privado constituem verdadeiras províncias éticas dotadas de positividade, capazes de despertar emoções, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas (DAMATTA, 1985). A quebra ou o desconhecimento de um determinado padrão cultural, muitas vezes, pode indicar a impossibilidade de previsão da reação, podendo provocar uma situação não apenas nova, como provavelmente indesejável. Para Arendt (1987), o público e o privado se apresentam como forma de coexistência. O primeiro encontra-se associado ao comum, àquilo que pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível. Nessa esfera, as diversas pessoas podem reconhecer nas coisas algo identitário de maneira real e fidedigna. A esfera privada, por sua vez, é aquela onde a propriedade e a riqueza assume maior relevância, podendo representar a possibilidade de ação desprovida do interesse dos outros.

A idéia da possibilidade de coexistência entre o público e o privado, proposta por Arendt (1987), também pode ser encontrada em Elias (1994). Isso parece ficar evidente quando ele descreve um determinado hábito europeu de receber visitas no quarto de dormir. Elias (1994), por exemplo, relata que o anfitrião praticava essa ação com sentido e consciência, na expectativa de que o visitante comentasse com alguma outra pessoa que em uma determinada casa ela fora recebida para uma conversa à cama.

A localização espacial da casa em relação à cidade pode ser sinônimo, ou não, de prestígio social. Nas cidades coloniais, as de maior relevância, estão quase sempre localizadas



na praça da Matriz, *locus* de eventos sociais, de ritos sagrados, celebrações religiosas, procissões, e outras festas, tais como, o carnaval e o desfile cívico de sete de setembro.

A casa representa muito mais que um palco, ou um mero espaço físico onde são desenvolvidas sociabilidades pelos atores sociais. Tal é a importância da casa para o indivíduo que, no prefácio do livro “A casa brasileira”, Freyre estabelece uma relação entre o homem e a casa, comparável à relação entre essa e o ventre materno (1971, p. 10). Para DaMatta (1985) a casa irá configurar, enquanto categoria sociológica que determina nas pessoas mudanças de atitudes, preferências, gestos, roupas e papéis e distinções sociais, enfim, hábitos que serão desenvolvidos no bojo de determinada classe social e que muitas vezes poderá distinguir grupos heterogêneos. Segundo Elias,

os fenômenos humanos nada mais são que concretizações de relações e comportamentos da vida social e mental. Esta idéia é aplicável à fala (relações humanas transformadas em sons), ciência, economia, política, arte inclusive para fenômenos humanos menos valorizados em nossa escala hierárquica, mas que nos permite conhecer, analisar e esclarecer ‘situações’ da psique humana. (1994, p. 124-5).

As relações entre espaço e tempo atuam no cotidiano dos atores sociais e, correlativamente, parecem alterar e manipular os sentidos e os significados em narrativas sociais, nos modos de percepção e funções das relações espaço-temporais, tanto na significação como na apropriação das ruínas, monumentos e museus das cidades.

Neste contexto, a ênfase deste trabalho encontra-se na análise do indivíduo em suas tensões cotidianas. Buscou-se por meio de suas lutas na disputa pelo poder e a possibilidade de multiplicidade de suas ações cotidianas, valorizar o indivíduo em suas escolhas, elementos simbólicos e contextos, associando-os às questões espaciais, evidenciadas pela presença de monumentos na paisagem que eventualmente podem atuar como delimitadores territoriais, específicos para determinado grupo, étnico, social, político ou religioso, desde que sejam

decodificados os seus respectivos símbolos. O espaço é abordado não só pelas suas características físicas, mas principalmente pelas especificidades simbólicas contidas nas imagens.

Há, nas cidades, determinados setores de maior tempo de ocupação. Esses espaços denominados “centros históricos” trazem na configuração de sua paisagem elementos que evidenciam uma seqüência de ocupações passíveis de observação arqueológica. Dessa forma, a arqueologia histórica<sup>1</sup>,

pode ser confundida com a chamada “arqueologia urbana”, a quem interessa primordialmente analisar o uso e a transformação do espaço através do tempo nas cidades por meio das evidências arquitetônicas, porquanto elas definem os limites espaciais das atividades e da distribuição dos artefatos, lidando também, por conseguinte, com sociedades complexas. (LIMA, 1989, p. 89).

Essa perspectiva, denominada de arqueologia pós-processual, data da década de 1980. Nesse momento, a arqueologia passa a se preocupar “[...] com os interesses e inserções sociais da arqueologia e dos arqueólogos, no passado e no presente. Por isso, foi chamada, também, de contextual, preocupada com o contexto histórico e social da produção de conhecimento [...]” (FUNARI, 2003, p. 51).

A convivência de diferentes teorias e campos do conhecimento científico com a arqueologia histórica, a exemplo da geografia e da história, e sua atuação, de modo convergente e/ou divergente, sugere algo salutar (FUNARI, 2003). Seu objeto de estudo, a *cultura material*, pode elucidar traços significativos que caracterizam ou caracterizaram a produção humana de um determinado período, seja pelos instrumentos tecnológicos ou pela capacidade criativa desse homem. Por fim, São Cristóvão possui de fato uma relevância

---

<sup>1</sup> A classificação dos sítios e artefatos arqueológicos no Brasil segue os seguintes critérios: “arqueologia pré-histórica” para toda aquela produção que antecede à colonização portuguesa, e “arqueologia histórica” para toda produção datada do período colonial em diante, que tenha alguma influência européia.

enquanto centro histórico, tendo cravado em sua paisagem marcas da atuação humana e consolidação do espaço edificado ao longo dos tempos. Estudar o espaço por meio da paisagem edificada é particularmente interessante pois, ele “testemunha um *momento* de produção do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada.” (SANTOS, Milton, 2002 b, p. 173). Assim, as cidades históricas conservam em suas paisagens formas duráveis representativas das idéias de outros períodos.

Para a construção deste trabalho, foi realizada uma pesquisa de corte longitudinal. Essa compreendeu desde os debates acerca da localização do sítio primitivo, da cidade de São Cristóvão, até os ritos públicos mais recentes, datados do ano de 2004. Para tal, foram utilizados fontes documentais, primárias e secundárias, acompanhado da formação de um banco de imagens. Essas parecem fundamentais enquanto documentação da produção ou do vestígio material e seu referencial de construção simbólica, procurando-se estabelecer conexões entre o texto e o elemento visual. Elas buscam, de alguma forma, evidenciar momentos distintos de ocupação dos espaços públicos.

A consolidação de um banco de imagens se deu não apenas por meio de elementos bibliográficos. Foram utilizadas imagens cedidas pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente do Município de São Cristóvão; pesquisas via internet; junto ao acervo fotográfico do Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe (CULTART/UFS); além de imagens produzidas recentemente, entre outubro de 2002 e abril de 2004.

Concomitantemente à realização das imagens, foi desenvolvido, no centro histórico de São Cristóvão, um incursu etnográfico sobre as ruas da cidade. Esse procedimento possibilitou a obtenção de informações adquiridas por meio da oralidade além de enriquecer o banco de dados iconográficos, com imagens de álbuns particulares.

Para discorrer sobre os usos dos espaços públicos no centro histórico da cidade de São Cristóvão foram desenvolvidos três capítulos: No primeiro, evidenciou-se a sua paisagem, tomando-a como um centro histórico e debatendo-a segundo uma perspectiva da arqueologia histórica. No capítulo seguinte, foi realizada uma (re)constituição histórica, desde a sua fundação até as políticas públicas de preservação de seu conjunto arquitetônico. No terceiro capítulo procurou-se compreender quais os usos e sentidos atribuídos aos espaços, formadores da paisagem hoje, em dias comuns, cotidianos e em momentos extraordinários, envolvendo manifestações de rituais sagrados, profanos, cívicos e artísticos.

## Capítulo 1

# SÃO CRISTÓVÃO COMO CENTRO HISTÓRICO: UMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA.

### 1.1 Localização



Mapa 1. Digitalizado pelo autor.

O sítio da cidade, propriamente dita, encontra-se localizado no vale do Vaza Barris a aproximadamente 25 km do litoral sergipano. Tendo antes passado por outras duas localizações, estabeleceu-se de modo definitivo sobre uma colina, denominada pelos moradores locais de ‘cidade alta’. Nesta acrópole são encontrados os monumentos históricos mais significativos, enquanto que, na parte baixa, mais moderna, acham-se localizadas as fábricas de tecidos, as casas de seus respectivos operários e os trilhos da Viação Férrea Leste Brasileiro, implantados em 1913, quando a cidade passou por um processo de retomada do seu desenvolvimento. A planície sobre a qual se encontra a ‘cidade alta’ é do tipo arenosa e baixa, atingindo 100 metros de altitude na curva de nível, formada por terrenos terciários clásticos do Grupo Barreiras (AZEVEDO, P., 1980 a). São Cristóvão está localizada em uma “Zona Fisiográfica do litoral sergipano, entre os rios Poxim Assu, ao norte e Vaza Barris ao sul e sudoeste” (FERREIRA, 1959, p. 463). A cidade propriamente dita encontra-se ao sul do território do município e à margem esquerda do Paramopama, mais precisamente nas seguintes coordenadas: 11° 00’ 59” de latitude Sul e 37° 12’ 09” de longitude W. Gr. (FERREIRA, 1959).

Em período de prosperidade econômica na região Nordeste do Brasil, a cobiça pela conquista desses territórios foi provavelmente muito grande. No mapa abaixo, datado de 1637, é possível visualizar “Sergippe Del Rey”. A localização de São Cristóvão, sede da capitania, sugere a sua atuação para fins estratégicos, principalmente por estar localizado entre dois grandes centros produtores de cana-de-açúcar, Bahia e Recife.

Apesar da prosperidade econômica, esse período ficou marcado pela presença constante de conflitos, quase sempre permeado por ameaça de invasões estrangeiras. As três mudanças de sítios, sempre procurando um local mais seguro, distante dos ataques inimigos, parecem refletir essa situação.



Mapa 2.

Fonte: <http://www.literaturadosviajantes.kit.net/imaginario/mundo/mundo009.jpg>

O espaço definitivo de sua localização seguiu o modelo português. Extremamente preocupado com o fator segurança, São Cristóvão, após duas mudanças, teve o centro de seu sítio inserido em uma faixa de terra, caracterizada como tabuleiros, formada com altitudes que variam “entre 30 e 100 metros, com relevos de topos planos, seccionados por vales abertos ou mesmo em ‘U’, colinas convexas e declives orientados para o litoral” (SANTOS; ANDRADE, 1992, p. 62).







## 1.2 Espaços e Territórios: a consolidação da paisagem.

Conforme Raffestin (1993), a análise das atividades humanas envolvem três aspectos fundamentais: a população, englobando aí o que ele mesmo denominou de “certos seres”; o território, entendido não só na sua relação espacial como também temporal e, finalmente, os recursos, ou seja, denominado, ainda, segundo Raffestin (1993) de “certas coisas”. Ao longo deste capítulo, serão abordados alguns dos principais conceitos que versem sobre o *locus* de sociabilidades que se estendem desde o lugar, passando pela constituição do espaço e, finalmente, o terceiro elemento denominado território.

Segundo Vasconcelos (2001), o termo geográfico “lugar” tem origem anglo-saxã, e significa “porção do espaço geográfico ocupado por pessoas ou coisas”<sup>3</sup>. O espaço esteve tradicionalmente associado à perspectiva “natural”, contudo há algum tempo vários estudiosos têm se debruçado sobre o aspecto “social” do espaço, e hoje essas duas perspectivas assumem um papel indissociável. Para Castells, por exemplo, “o lugar é um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contigüidade física” (1999, p. 447). Em sentido histórico o lugar pode ser admitido por meio de casas, fortes, igrejas, quarteirões, cidades, etc. O termo espaço é derivado do latim *spatium* e, originalmente significava a porção de uma superfície, intervalo ou o conjunto de superfícies. Ele é constituído de diferentes usos da terra e, por isso, não pode ser definido sem referencias às práticas sociais. O espaço, analisado segundo as teorias sociais, corresponde ao produto material fruto das relações sociais, enfim ele [o espaço] “não é o reflexo da sociedade, é sua expressão. Em outras palavras: o espaço não é uma fotocópia da sociedade, é a sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 435). Enfim, o espaço não se encontra de modo aleatório, jogado ao acaso; ao contrário, há nele elementos que caracterizaram os diversos pensamentos e interesses típicos

---

<sup>2</sup> BRUNET, R.; FERRAS, R; THÉRY, H. **Les mots de la géographie humaine**, Montpellier, Reclus. Paris: La Documentation Française, 1993. p. 482 ( *apud* VASCONCELOS, 2001, p. 23).

de cada período da organização social. Portanto, em conformidade com Milton Santos, é possível afirmar que “o espaço é a matéria trabalhada por excelência” (2002 b, p. 172).

O termo território ou *territoire*, conforme sua idéia original no francês. A essência formadora desses está na apropriação do espaço, com sentido e consciência de sua apropriação<sup>4</sup>. Alexander (1997), chama atenção para o caráter comum tanto em filósofos quanto em leigos: “ao idealizarem a sociedade civil como um espaço universalista e abstrato, um mundo aberto, ilimitado, um horizonte sem fim”<sup>5</sup>. O território, por sua vez, tende a converter o espaço da sociedade civil em um ‘lugar’ particularizado. Isso ocorre pois determinados grupos étnicos, decidem revestir, o espaço comum de sociabilidades, de uma aura ou de um sentido sagrado, muitas vezes, protegido por algo sobrenatural.

O debate sobre a idéia de território foi historicamente construído a partir de duas perspectivas. A primeira, denominada ‘território étnico’, voltas-e para a apropriação de diferentes espaços dados pelos interesses tangíveis, econômicos, políticos. A outra perspectiva compreende o ‘território sagrado’ caracterizado pelos espaços protegidos por algo sobrenatural, intangível. (VASCONCELOS, 2001) Há, no entanto, um outro entendimento atribuído a sacralização do território, formulado de forma heterogênea a partir de experiências cotidianas, entendidas pelo olhar dos atores sociais, que relaciona os

locais privilegiados, qualitativamente diferente dos outros: a paisagem do natal ou os sítios dos primeiros amores, ou certos lugares na primeira cidade estrangeira visitada na juventude. Todos esses locais guardam, mesmo para o homem mais francamente não-religioso, uma qualidade excepcional, “única”: são os “lugares sagrados” do seu universo privado, como se neles um ser não-religioso tivesse tido a revelação de uma *outra* realidade, diferente daquela de que participa em sua existência cotidiana. (ELIADE, 2001, p. 28).

---

<sup>4</sup> BRUNET, R.; FERRAS, R; THÉRY, H. **Les mots de la géographie humaine**, Montpellier, Reclus. Paris: La Documentation Française, 1993. p. 482, (*apud* VASCONCELOS, 2001, 21-2).

<sup>5</sup> Não consta página, documento disponível in CD-room: **6º encuentro de geógrafos de América Latina: Territorios en redefinición: lugar y mundo en América Latina.**

Finalmente, a paisagem constitui um elemento bastante significativo para a compreensão da configuração espacial hoje. Entendida enquanto a aparência de uma área, a paisagem pode traduzir as diferentes idéias e conflitos sociais que caracterizaram um determinado período por meio de evidências materiais ou em representações simbólicas encontradas nos frontispícios e em perfis urbanos.

As diversas sociabilidades desenvolvidas em um determinado contexto espaço-tempo resultam, quase sempre, em relações poder. Essas disputas quando aplicadas ao espaço antropológico, são geralmente responsáveis pela formação de territórios. Elas encontram manifestações mais sutis na modernidade, capazes de atribuir e de reconhecer na paisagem edificada, elementos simbólicos que atuam, quase sempre, como delimitadores espaciais de grupos e de práticas sociais. Tem-se aí, então, estabelecidos alguns dos critérios formadores da paisagem antrópica. Esta será a base para o surgimento das cidades e, a partir das necessidades típicas de um dado período, o desenvolvimento de redes. O conceito de rede está umbilicalmente interligado a idéia de fluxos ou deslocamentos, em um ou mais conjunto de linhas ou de relações mais ou menos complexas. Os fluxos, por sua vez, correspondem a “seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 436). Nos espaços de fluxos, há uma permuta ou o compartilhamento de idéias e de organização material, evidenciada em ações desenvolvida pelos atores sociais.

A temporalidade é imprescindível para entendermos o presente. Ela é reveladora de dados substanciais que se estendem desde a origem de determinadas comunidades, sua localização e, até mesmo nome atribuído a esse sítio. O tempo, ademais, constitui um importante elemento para o estudo das sociabilidades, por isto é fundamental correlacionar espaço-tempo, buscando compreender qual a relação entre a paisagem edificada e o tipo de

pensamento vigente em uma dada sociedade. Por meio desta tríade de elementos - relação espaço-tempo, paisagem edificada e pensamento vigente - talvez seja possível especular acerca das sociabilidades e das práticas cotidianas desenvolvidas tanto na esfera pública como privada daquela sociedade.

Independentemente de abstrações conceituais, as sociabilidades são desenvolvidas efetivamente em um determinado espaço do qual não se pode excluir o espaço-tempo simbólico. Haesbaert (2002), por exemplo, chama atenção para o caráter inovador e desafiador em que o pesquisador do espaço na modernidade é conduzido, isto ocorre justamente pelo fato, talvez, deste objeto não ter recebido as devidas preocupações na geografia.

Falar em espaço na geografia era tradicionalmente referir-se ao espaço natural, entendido enquanto rios, montanhas, vales etc. No primeiro momento esses elementos naturais foram imbuídos de caráter simbólico por meio da associação de forças políticas. Um determinado rio qualquer não apenas é um elemento natural, ele pode representar uma fronteira simbólica entre territórios distintos. Com o decorrer dos tempos a arquitetura transformou aspectos antes exclusivos da natureza em caráter antrópico, conferindo à política por meio de mediação simbólica. Neste segundo momento, o elemento simbólico ditado em obras arquitetônicas, é traduzido por uma maior sutileza e, por vezes acaba por delimitar territórios antes delimitados por rios, vales, etc. Desse modo, o espaço que tradicionalmente era tratado de forma absoluta, em suas características naturais e posteriormente associado ao caráter político, configurando territórios religiosos, políticos ou por consangüidade, parece ter evoluído para o espaço histórico e, muitos desses, revitalizado (GIL FILHO, 1997).

Soja (1993), propõe o estudo do espaço fundamentando-o em três modelos epistemológicos. O primeiro deles, denominado de Espaço Percebido, encontra seu foco centrado na prática espacial e compreende a materialidade do espaço empírico e suas

mediações locais possíveis. O segundo espaço ou o Espaço Concebido, irá ater-se à representação do espaço, em um modelo fortemente assentado no simbolismo do visual, de cunho estético, artístico e interpretativo da estética arquitetônica e do imaginário. O primeiro modelo encontra-se mais próximo de análises marxistas, enquanto o segundo volta-se para a semiótica do espaço, neste sentido, parece haver aí uma dualidade. O Espaço Vivido ou o terceiro espaço – não confundir com a idéia de “Terceiro Espaço” proposta por Hommi Bhabha (2000), a ser analisado mais adiante – constitui um modelo de estudo que busca resolver esse “impasse” através da desconstrução da dualidade entre o primeiro e o segundo espaço. Ele apresenta uma articulação entre as dimensões históricas, sociais e espaciais do cotidiano. Para Soja (1993), o “Espaço Vivido” parece representar uma tentativa interdisciplinar de compreensão do espaço. Gomes (2002), por exemplo, defende o diálogo entre a geografia e as demais ciências sociais, constituindo assim uma possível contribuição para elaboração de análises espaciais voltadas para a compreensão dos problemas sociais. Ao que parece, há uma lacuna provocada por estes outros campos disciplinares que ainda não conseguiram atentar para esta possibilidade de análise, dialética, por meio de tentativas de compreensão dos conceitos que se exprimem por meio de jogos de oposições e confrontos. Haesbaert (2002), chama a atenção para a necessária utilização de elementos bibliográficos de áreas que tradicionalmente se inserem em circuitos de debates “a-espaciais”, como a sociologia e a história e, por que não dizer, a antropologia.

Conforme apontado no parágrafo anterior, há uma outra compreensão possível para o entendimento do termo “Terceiro Espaço”, proposto por Bhabha (2000). Fundamentado em análises que questionam a pureza ou a autenticidade de modelos propostos, tanto pelas nações imperialistas e colonialistas quanto pelas nacionalistas. Para Bhabha (2000) a cultura é produto sincrético da adaptação híbrida. O Terceiro Espaço, por isso mesmo, representa o *locus* de enunciação entre os atores sociais, onde são desenvolvidas as capacidades

produtivas. Essa “enunciação da diferença cultural” (BHABHA, 2000, p. 26), por sua vez, implica em algo mais que a representação binária entre passado e presente, tradição e modernidade. Ela deriva de uma temporalidade da negociação ou da tradução, na qual o valor transformacional da mudança reside na rearticulação de elementos constituídos na vida contemporânea, enquanto espaço de comunicabilidade social e de enunciação ideológica onde a ênfase não está nem em *um* e nem no *outro*, mas nos diferentes grupos sociais. Esse é um espaço onde há a negociação em detrimento da negação e esse caráter sincrético, híbrido, de negociação torna possível que “os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo” (BHABHA, 2000, p. 28).

Embora o debate em torno da idéia de lugar, de espaço e de território se configure como categorias conceituais do *locus* onde são desenvolvidas diversas sociabilidades, é fundamental esta introdução, pois elas trazem em seu bojo um caráter subjetivo capaz de orientar experiências e expectativas.

O termo conceito vem do latim *con-capere*, que significa “compreender o conjunto”. Segundo Bailly<sup>6</sup>, o conceito implica em uma “representação mental, abstrata, e uma reconstrução analítica do mundo” (VASCONCELOS, 2001, p. 15). Para Brunet; Ferras; Théry<sup>7</sup> ele pode ser definido ainda enquanto uma “representação geral, de natureza abstrata, claramente definida e mesmo consensual, suscetível de guiar a pesquisa e de fundamentar suas hipóteses” (VASCONCELOS, 2001, p. 15).

A idéia de lugar é fundamental para o debate sobre o patrimônio, pois está implícita a utilização deste *locus* pelos atores sociais. Contudo, o lugar pode ser entendido de duas maneiras, aqui denominadas de sentido ‘isotrópico’ e de sentido ‘antrópico’. A primeira descrição, por exemplo, parece muito mais próxima dos estudos propriamente geográficos –

---

<sup>6</sup> BAILLY, Antoine (Ed.). **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Masson, 1991. p. 11 (*apud* VASCONCELOS, 2001).

<sup>7</sup> BRUNET, R.; FERRAS, R; THÉRY, H. **Les mots de la géographie humaine, Montpellier, Reclus**. Paris: La Documentation Française, 1993. p. 120 ( *apud* VASCONCELOS, 2001).

ou pelo menos da geografia física – nela pode-se afirmar que “um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. [...]. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade” (CERTEAU, 1994, p. 201). É possível afirmar que, nesta abordagem, há a incompatibilidade da coexistência de dois ‘corpos’ materiais em um mesmo lugar.

Augé (1994, 1999), contudo, parte de uma abordagem mais próxima da antropologia e faz uma incursão relacionando lugares e não-lugares. O primeiro representa o lugar do “em casa”, é comum a todos que o reconhecem enquanto identitário, relacional e histórico, enfim são espaços antropológicos, pois há entre uma relação estes e seus atores sociais. Neste sentido a idéia de lugar compreende a correlação entre as características subjetivas e, por outro lado, os processos de identificação e as relações de identidade. Em outras palavras, pode-se afirmar que o lugar é marcado pela memória cotidiana, pela identidade entre estes espaços e aqueles que o reconhece em sentido identitário. Ainda segundo Augé, há no lugar uma construção concreta e simbólica do espaço, esse passa a ser definido em sentido antropológico enquanto uma apropriação simbólica de um determinado espaço por um grupo ou classe social.

O não-lugar corresponde a espaços produzidos pela supermodernidade. Se por um lado, a idéia de modernidade está geralmente associada ao surgimento do Renascimento, definido nos termos Antigo e Moderno, há uma outra perspectiva elaborada sob o ponto de vista da sociologia, segundo a tradição alemã, que associa a modernidade ao processo progressivo de racionalização e de “diferenciação econômica e administrativa do mundo social (Weber, Tönnies, Simmel) – processos esses que resultaram na formação do Estado capitalista-industrial” (FEATHERSTONE, 1995, p. 20). Por outro, para Augé “a supermodernidade surge quando a história se torna atualidade, o espaço torna-se imagem e o

indivíduo, olhar, por oposição a uma pós-modernidade concebida como adição arbitrária de traços aleatórios” (1999, p. 141). O não-lugar, inversamente ao primeiro, encontra-se marcado pela ausência de identidade. Neste sentido, nele tudo é efêmero, provisório, são, portanto, ahistóricos. É preciso salientar, contudo, que ambos não existem sob uma forma pura, ao contrário, há entre estes uma relação dialética, um jogo embaralhado de identidade e de relação que se reinscreve incessantemente. A crítica ao pensamento de Augé deriva justamente dessa relação dialética, ela está fundamentada na idéia de que “os ‘lugares’ não estão simplesmente perdendo identidade, relações e história. [...], eles muitas vezes estão se redefinindo pela multiplicidade de identidades, relações e histórias que passam a incorporar” (HAESBAERT, 2002, p. 139).

Segundo Gomes (2002), o Estado criado pelo estado moderno reúne elementos materiais e abstratos, que configuram um lugar, entendido em sentido material e abstrato, reafirmando dessa forma a luta contra desigualdades e injustiças. Finalmente, para Castells (1983) o lugar compreende forma, função e significado, implica em diversidade de usos e de funções desenvolvidos em um local que, por sua vez, independem da contigüidade das fronteiras físicas.

Partindo-se da idéia de espaço físico e, por outro lado, de lugar em seu sentido antropológico, é possível adentrar no segundo elemento conceitual: o espaço. A palavra espaço vem do latim *spatium*. Em sentido isotrópico pode significar porção da superfície, intervalo ou conjunto de superfícies, já no sentido antropológico ele pode representar o espaço de poder, o espaço sagrado ou o espaço de trabalho (VASCONCELOS, 2001), enfim, segundo Merleau-Ponty (*apud* CERTEAU, 1994) é possível distinguir o espaço “físico” e o espaço “antropológico”. Há, em Certeau, uma diferença entre o espaço geométrico, entendido enquanto localidade hegemônica ou isotrópica e o espaço antropológico, vinculado às



múltiplas experiências locais. Conforme apontado por Merleau-Ponty, o espaço é dado pela efetiva ocupação e práticas desenvolvidas em um determinado lugar.

As atividades e práticas desenvolvidas em um determinado espaço são típicas de um período. Segundo Castells (1983), o espaço é o produto material produzido a partir de determinadas relações sociais que, associados em sua forma e função, são responsáveis por uma significação social. O espaço urbano, por exemplo, não se encontra de modo aleatório, jogado ao acaso, ao contrário, há nele determinismos de cada tipo e de cada período da organização social. Neste sentido, a paisagem representa o resultado de acúmulo lógico dos diversos tempos vivenciados de forma diferenciada, pelos habitantes e cidadãos, conforme a disponibilidade de recursos materiais, equipamentos tecnológicos, expectativas ideológicas e experiência individual e grupal (ETCHEVARNE, 2002). No espaço antropológico as diversas forças sociais conduzem a um “efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (CERTEAU, 1994, p. 202), resultando desta forma nas diversas divisões do espaço e dos subespaços, estes, por sua vez, são frutos dos conflitos, das lutas e interesses contrários que resultam, no presente, nas diferentes estruturas espaciais elaboradas no passado.

Assim como o homem e a cultura se confundem, é possível afirmar que a produção do espaço, conforme proposto por Lefebvre (1974), envolve uma determinada historicidade, que é específica; determinadas sociabilidades, nas quais estão envolvidas ações de grupos sociais, seus conhecimentos, ideologias ou domínio das representações exteriorizadas em manifestações materiais e imateriais, em hábitos cotidianos; e, por fim, a espacialidade, entendido pela diversidade de arranjos aos quais os objetos naturais e sociais encontram-se contidos no espaço, bem como as redes e vias através das quais podem vir a se configurar as trocas de informações e de mercadorias. É possível afirmar, portanto, que “o espaço não é o

reflexo da sociedade, é sua expressão. Em outras palavras: o espaço não é uma fotocópia da sociedade, é a sociedade. As formas e processos sociais são constituídos pela dinâmica de toda estrutura social” (CASTELLS, 1999, p. 435).

Para Carlos, a “paisagem é uma forma histórica específica que se explica através da sociedade que a produz, [...]” (2001 a, p. 43), por isso o estudo da paisagem pode ser bastante significativo para o entendimento de como foram elaborados elementos materiais e simbólicos, delimitadores de práticas cotidianas. Segundo Castells (1983), o espaço construído e o tempo histórico transformaram-se em paisagem que foram incorporados ao espaço. Esse fenômeno ao qual Castells se referiu denominando-o de “rugosidade” pode fornecer pistas de organização social, manifestadas em sociabilidade, técnicas e organização da produção desenvolvidas no cotidiano desses povos. Esta parece ser a essência delimitadora para a formação territorial. Assim, esta formação constituída pela paisagem natural e/ou antrópica, remete a apropriação de um determinado espaço com sentido e consciência, por meio do qual se configura o espaço político, revelado em lutas e tensões, responsável por diferenciações no cotidiano de diversos grupos.

Castells (1983) sugere a não existência de uma teoria específica do espaço. Na realidade, segundo o autor, o que parece haver é um desdobramento e uma especificação da teoria da estrutura social, que tende a articular o espaço e outras formas de processos historicamente construídos. O pesquisador interessado em estudar um determinado espaço, em seus aspectos sociais, deve necessariamente deparar-se com o sistema econômico, ou de subsistência (conforme o espaço-tempo dessa sociedade), o sistema simbólico em relação às práticas sociais ali estabelecidas.

A sacralidade de um determinado espaço parece estar associada, acima de tudo, com as relações subjetivas adotadas pelos atores sociais. Para Certeau & Giard, por exemplo, o “território onde se desdobram e se repetem, dia a dia, os gestos elementares das artes de fazer,

é antes de tudo o espaço doméstico, a casa da gente. De tudo se faz para não ‘retirar-se’ dela, porque é o lugar em que a gente se sente em paz” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 203). Portanto, estas podem se estender desde a esfera privada, a partir de ações vivenciadas na individualidade, até a esfera pública, quando estas práticas são vivenciadas em sentido coletivo, pelos diversos atores sociais.

O ator social, e somente ele, é capaz de atribuir sentido a sua ação, pública ou privada. Ele é o sujeito da ação praticada, em um determinado contexto específico, no tempo e no espaço. Desta forma, a legitimação desta apropriação não ocorrerá simplesmente pela ação dos agentes sociais, ou pela intelectualidade, munidos de todo o aparato jurídico/institucional, ao contrário, é preciso que esta política de apropriação se dê *com* e não *para*.

Há, entretanto, uma outra proposta que irá diferenciar os usos e apropriação do espaço, fundamentada na distinção entre o público e o privado, opondo-se, dessa maneira, à dicotomia sagrado e profano (GOMES, 2002). O nomoespaço, como é denominado, “é assim construído de maneira a experimentar relações formais de pertencimentos, mas sobretudo de ordenamento. Assim, cada instituição social dispõe de sua área de controle e vigilância, as práticas sociais são regulamentadas no espaço, e os signos de delimitação territorial são inequívocos” (GOMES, 2002, p. 39-40). O nomoespaço configura-se enquanto um espaço normativo, regulador e formalizador de práticas, constituindo, portanto, uma condição necessária para que se configure a idéia de um pacto social do tipo contratual. Corroborando esta assertiva França (1999, p.33) expõe que:

Os grandes espaços urbanos modernos apresentam-se, identificando-se claramente várias *idades* dentro da cidade. São grupos de interesses diversos, gerando nos lugares os conflitos. A administração dessa gama de interesses está a cargo do Estado, que, na maioria das vezes, torna posição de defesa dos grandes grupos econômicos que controlam as cidades.

Toda apropriação seja ela de qualquer natureza, está amarrada a um contexto. Lefebvre (1974), por exemplo, sugere o ‘movimento dialético’ para que se possa compreender a produção do espaço a partir de práticas sociais: a ‘historicidade’, a ‘sociabilidade’ e a ‘espacialidade’. Para entender a historicidade da ação humana em um movimento dialético, é necessário ligá-la à realidade social por meio de relações e formas. A ação humana, portanto, deve ser abordada enquanto um triplice movimento, que se insere em um determinado contexto histórico. Este não deve limitar-se a elaboração de simples inventário quantitativo dos objetos inseridos em um espaço, é preciso estabelecer tipologias, notar a frequência com que estes se repetem e o respectivo georeferencial da cultura material. As ciências sociais neste momento parecem privilegiar estudos e abordagens que busquem as ações subjetivas, o sentido atribuído e o cotidiano desses atores sociais. Estes passam a ser entendidos não como uma massa amorfa, sem sentimentos, sem vontades, conduzidas pela intelectualidade, ao contrário, os atores sociais são responsáveis pelas práticas cotidianas e pelo sentido atribuído a essas.

O segundo elemento traz consigo conhecimentos de grupos específicos que acabam por legitimar ideologias ou domínios de representações simbólicas, imagens, edificações etc. que, de alguma forma, estão atrelados a determinados grupos sociais. Encerrando a tríade tem-se a espacialidade. Aqui, ao que parece, confundem-se elementos isotrópicos e antrópicos. Segundo Lefebvre (1974), a espacialidade engloba a diversidade de objetos naturais e sociais contidos no espaço, ou ainda, as redes, as vias, a troca de informações e de mercadorias. As redes por sua vez podem servir como importante elo em um amplo projeto de integração territorial. Elas possibilitam a quebra de barreiras, a circulação de mercadorias, de matérias-primas e de capitais, aproximando lugares distantes e promovendo a integração territorial (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 1995). Elas não existem de modo puro, único ou exclusivo, há uma gama de possibilidades pelas quais as redes podem de fato ser efetivadas.

A forma original desse terceiro espaço foi denominada de *espaço absoluto*. Ele é representado essencialmente pelos elementos da natureza, tais como rios, montanhas, vales etc. Deste modo, segue-se àquele que imprime forças de caráter simbólico, por exemplo, a religião, a economia e a política. Estes são alguns dos principais elementos representativos da ação antrópica, responsáveis pela transfiguração do espaço natural em espaço social, e pela ocupação de forças políticas que irão atuar de forma delimitadora sobre o espaço. Em um segundo momento, a arquitetura transformou o que era da natureza em caráter antrópico conferindo-lhe caráter político por meio de mediação simbólica. A arquitetura associada ao simbólico acabou por delimitar territórios antes delimitados por rios, vales, etc.

O homem, ao ocupar um determinado espaço, acaba por configurá-lo, deixando marcas de sua ocupação de modo temporário ou perene, imprimindo traços que marcam a paisagem e modificam a natureza, deste modo “o espaço absoluto, religioso e político em caráter era produto dos laços de consangüidade, solo e idioma mas, além disso, evoluiu para um espaço revitalizado e histórico” (GIL FILHO, 1997, p. 112). Esta ação traz no seu interior traços representativos de um determinado grupo social e de suas relações sociais típicas de um espaço-tempo distinto, imbuído de valores, e de ação simbólica, que são responsáveis pela formação de territórios distintos. Muitas vezes, alguns elementos da natureza, a exemplo de rios e vales, etc, são revestidos de caráter simbólico e, a partir daí, são estabelecidas convenções de delimitação territorial. Há, contudo, outras formas muito mais sutis, e provavelmente mais eficazes, de se estabelecer tais limites encontrados a partir da transformação de um *locus* antrópico expresso em edificações petrificadas no espaço, tais como igrejas, palácios etc.

O cotidiano se expressa em espaços de representação, colocando de lado as preocupações relativas à idéia de processo histórico e suas descrições geográficas do espaço natural, ou ainda, a compreensão das transformações sociais, geralmente preocupadas com os

eventos e suas instituições. Estas, geralmente, são abordadas por meio de documentos que representam o olhar do narrador, filtrando o objeto de acordo com suas perspectivas epistemológicas ou, ainda, com suas percepções sensoriais, muitas vezes atreladas a um determinado juízo de valor. Ao analisar a cultura material, o arqueólogo encontra a informação em sua fonte primária, não filtrada por outros olhares. A paisagem edificada além de representar seu estado quase que *in natura*, pois este pode ter passado por alguma mudança ou retoque, contudo dificilmente ocorrerá mudança radical por se encontrar encaixada entre outras construções.

A cidade é resultado de conflitos cotidianos que caracterizaram não só as gerações passadas como também os grupos que se transformam e transformam o ambiente em formas concretamente visíveis. Ela é, portanto possuidora de significado real. Na cidade, é possível perceber não apenas a natureza dos seus processos evolutivos, dos seus equilíbrios e tensões (FORTUNA, 1997) exteriorizados, por exemplo, na paisagem edificada, como também a heterogeneidade entre modos de vida, resultando assim em diferentes usos dos espaços, por meio do qual ele se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. Enfim, a cidade se apresenta tal como um *locus* privilegiado, onde os atores sociais estão a desempenhar distintas sociabilidades que podem se estender desde o *flâneur*<sup>8</sup> até a *atitude blasé*<sup>9</sup>. Esta concepção de cidade enquanto espaço fragmentado e disputado abre um leque de possibilidades para o seu entendimento, na qual ela deixa de ser reconhecida como “coisa” e passa a ser interpretada em diferentes perspectivas, que podem percebê-la enquanto pares de oposição, pelos seus conflitos internos ou, ainda, enquanto elemento dialético. Nesse sentido,

---

<sup>8</sup> Conceito elaborado por Walter Benjamin (1997) inspirado na famosa descrição do poeta Baudelaire em “Pintor da vida moderna”. O flâneur ou o vagabundo é identificado como aquele sujeito que passeia despreocupado com um trajeto específico ou o tempo gasto para percorre-lo. Esse sujeito se deixa levar motivado pelas múltiplas possibilidades de experimentar ou de conhecer algo novo. Na realidade, muito mais que um passeio pela cidade, o flâneur busca desenvolver uma etnografia da cidade, observando os múltiplos usos atribuídos aos diferentes espaços de sociabilidades.

<sup>9</sup> Georg Simmel (1997), em sua clássica conceituação (atitude blasé), propõe de utilização de diferentes visões de mundo e de estilos de vidas, responsável pela contradição criadora de um ódio tanto “apaixonado” quanto “amargo”. Na atitude Blasé quanto maior a multidão em igual tamanho será o isolamento dos indivíduos. Identificados enquanto multidão anônima, incessível, indiferente.

o processo urbano deixa de ser abordado enquanto trabalhos descritivos, agora, ao contrário, é preciso buscar compreender a natureza político-social que está intrínseca a ele. Esta mudança de perspectiva parece revelar um avanço nas formulações epistemológicas desenvolvidas para o estudo das cidades, permitindo, dessa maneira, reconhecer na cidade o aspecto real e representacional, o texto e o contexto, o ético e o estético, onde o tempo e o espaço vividos podem ser (re)construídos.

A análise urbana passa a ser compreendida a partir da disposição espacial dos objetos e das práticas sociais desenvolvidas em um determinado contexto, e procurando-se entender qual o sentido atribuído àquela ordenação espacial. A paisagem edificada e a cidade parecem abrir uma perspectiva para o entendimento de fenômenos urbanos, da sociedade e da dimensão social e histórica desse espaço (CARLOS, 2001 a).

As cidades e os espaços edificados representam o acúmulo lógico de situações produzidas ao longo dos tempos, em conformidade com as diversas ideologias, necessidades e disponibilidade de material. Assim, a configuração espacial hoje pode informar muito, pode ser bastante significativo para a construção de interpretações do passado.

Para entender o surgimento de determinado sítio, por exemplo, embrião fundador de uma cidade, é fundamental a descrição de sua ocupação populacional, quais os recursos do seu entorno e, na medida do possível, buscar conhecer os modos de viver, de pensar e de sentir, enfim elementos da cultura local fundamentais na manutenção da existência desse grupo. É preciso buscar elementos que possibilitem o seu entendimento enquanto produto do processo em um determinado momento histórico. Neste sentido, a localização de um sítio do período colonial brasileiro esteve geralmente orientada pelo fator segurança (OMEGNA, 1971). São Cristóvão, por exemplo, não fugiu a essa regra, localizada no alto de modo a visualizar a chegada de inimigos, que poderiam ser desde os índios até os invasores franceses.

O projeto português de povoamento do Brasil dá origem, segundo Darcy Ribeiro (1995), a uma civilização urbana, a exemplo das cidades como Bahia, Rio de Janeiro, João Pessoa, Olinda, entre outras. Freyre (1982) denominou esse processo de “rurbanização”, caracterizado pelos toques urbanos a colorirem víveres ecologicamente rurais, ou em outras palavras, são hábitos, modos viventes, tipicamente rurais em pretensas sociedades urbanas que caracterizaram a sociedade brasileira no século XVI. São estes traços que irão, de forma positiva ou negativa, marcar a passagem de uma sociedade pré-histórica para adentrar na fase colonial, surgindo assim uma nacionalidade brasileira.

Um detalhe a ser observado é que, essas cidades e vilas do período colonial eram muitas vezes criadas por ordem expressa da Coroa com fins de defesa da costa. De modo geral “antes da cidade aparecer, um pequeno grupo decide que ela exista, pelo feiticismo de uma Carta Régia e a implantação do pelourinho” (OMEGNA, 1971, p. 15). São Cristóvão, por exemplo, nasce entre dois grandes centros produtores de cana-de-açúcar, Salvador e Olinda, no entanto, embora este não pareça ser o motivo principal, o de guardar a costa, ele não parece estar totalmente excluído nos planos portugueses. A evidência de outras localizações para os dois primeiros sítios, embora não se saiba suas localizações precisas, ninguém contesta que estes estariam mais próximos do mar.

Cristóvão de Barros ao fundar esta aglomeração primitiva parece não fugir à regra. Desse modo, São Cristóvão constituiu um importante elemento estratégico na luta contra os invasores franceses que margeavam o litoral e, mais tarde, quando Sergipe volta-se para a pecuária, visando a ocupação territorial e o suprimento de carne e couro nos mercados vizinhos, este sítio adentra o interior, talvez procurando distanciar-se da exposição ante os ataques inimigos, mas também para controlar essa passagem que constituía a ligação entre esses importantes centros produtores de cana-de-açúcar.



### Mapa do Brasil territorial: 1500 – 1822



Mapa 4.

Fonte: <http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/arquivo/mapa014.htm>

As cidades, ao desempenhar um determinado papel, ganham relevância que parecem perdurar por um determinado tempo. Desse modo “o centro urbano não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana” (CASTELLS, 1983, p. 275). A propósito, há uma diferença substancial entre “centro” e “centro histórico”. Portanto, o primeiro pode ser entendido enquanto uma aglomeração correspondente às práticas dos cidadãos, geralmente é nesse que são encontradas a gênese das cidades, enquanto o outro apresenta caráter qualitativo referente ao lugar com o qual se opera administrativamente (SEABRA, 2001). Há, portanto, um movimento dialético capaz de diferenciar o centro do centro histórico, mediado pelos usos e apropriação do espaço e pelos

usos cotidianos. Fato semelhante pode ser observado para a diferenciação entre cidades e cidades históricas.

A rigor, toda cidade é histórica, na medida em que foi construída a partir de lutas e tensões no cotidiano de seus habitantes, trazendo em seu interior histórias vivenciadas no decorrer dos tempos. A paisagem é construída, transformada, reformulada, são atribuídos novos valores e sentimentos de apropriação por parte dos atores sociais. Neste sentido, como diferenciar uma “cidade” de uma “cidade histórica”? A primeira, segundo Gomes, pode ser definida enquanto “é um fenômeno de origem político-espacial, cuja manifestação deste caráter se revela em sua dinâmica territorial” (2002, p. 15), e essa disposição física aliada à sua dinâmica sociocomportamental constituem elementos formadores da condição urbana, por outro lado, “a cidade histórica, na sua gênese tem uma realidade fundada numa ordem abstrata de mando que perpassa as práticas sociais no seu conjunto e que se impõe, esforçando-se por aplastar as singularidades dos modos de ser. Trata-se da religião como componente estratégico que foi do projeto de colonização portuguesa” (SEABRA, 2001, p. 78).

O Estado português aliado ao catolicismo, incluía em seu projeto de colonização a edificação de igrejas monumentais, exuberantes no coração de humildes vilas. Tudo convergia para fazer do catolicismo um espetáculo proselitista com encenação, incluindo procissões, músicas, novenas, sermões, ladainhas. A igreja central era o grande monumento vistoso, ela “marca o centro citadino, porque é ela quase que a única edificação de feitiço e estilo realmente urbano” (OMEGNA, 1971, p. 23). Nas sociedades coloniais, o monumentalismo das igrejas representava, simbolicamente, a superação da dicotomia entre as zonas rurais e urbanas, atribuindo ordem a um espaço-tempo definido por meio de rituais simbólicos, praticados por atores sociais que, independentemente de distâncias, reconhecem a sacralidade atribuída a esse espaço, identitário e apropriado por todos aqueles que para ele rumam para prática de zelos e de devoções. A localização “[...] e o domínio arquitetônico de suas edificações na

praça principal, que as ordenações d'El-Rei lhe separam, é bem figura e testemunho de sua soberania espiritual, moral e política que poucos ousam contestar” (OMEGNA, 1971, p. 27).

Via de regra a construção da cidade começaria pela chamada praça maior por meio de monumentos religiosos. Dessa forma, o catolicismo atuava como um fator de coesão ideológica em uma sociedade rarefeita, agregando as pessoas em um meio disperso e cumprindo desse modo um papel político (LOPEZ, 1994). Os primeiros monumentos oficiais edificadas na atual São Cristóvão são de caráter religioso, entre eles encontram-se: a Igreja de Nossa Senhora da Victória ou Igreja Matriz, datada do início do século XVII e o Conjunto Franciscano (VILELA; SILVA, 1989, CARVALHO, 1989), cuja construção ficou decidida em 1657, com a chegada dos franciscanos, havia construído a Igrejinha em janeiro de 1659 e, no dia 12 de setembro foi lançada a primeira pedra do convento, o conjunto só foi concluído na segunda metade do século XVIII (SANTOS, Marcelo, 2001). “As construções franciscanas tinham frontispícios decorados, cruz de pedra no adro, e usava geralmente pedra e cal” (LOPEZ, 1994, p. 46).

“A forma da praça seria de um quadrilátero, cuja largura correspondesse pelo menos a dois terços do comprimento, de modo que, em dias de festa, nelas pudessem correr cavalos” (HOLANDA, 1969, p. 63). O partido arquitetônico das construções da praça, independentemente de financiamento particular ou não, deveria seguir um plano preestabelecido, regular, informe e simétrico. Esse espaço de relações sociais configurava uma paisagem delimitadora de comportamentos, classificações de ações sociais, ordenamento à dinâmica social e à hierarquia de práticas e de instituições (GOMES, 2002).

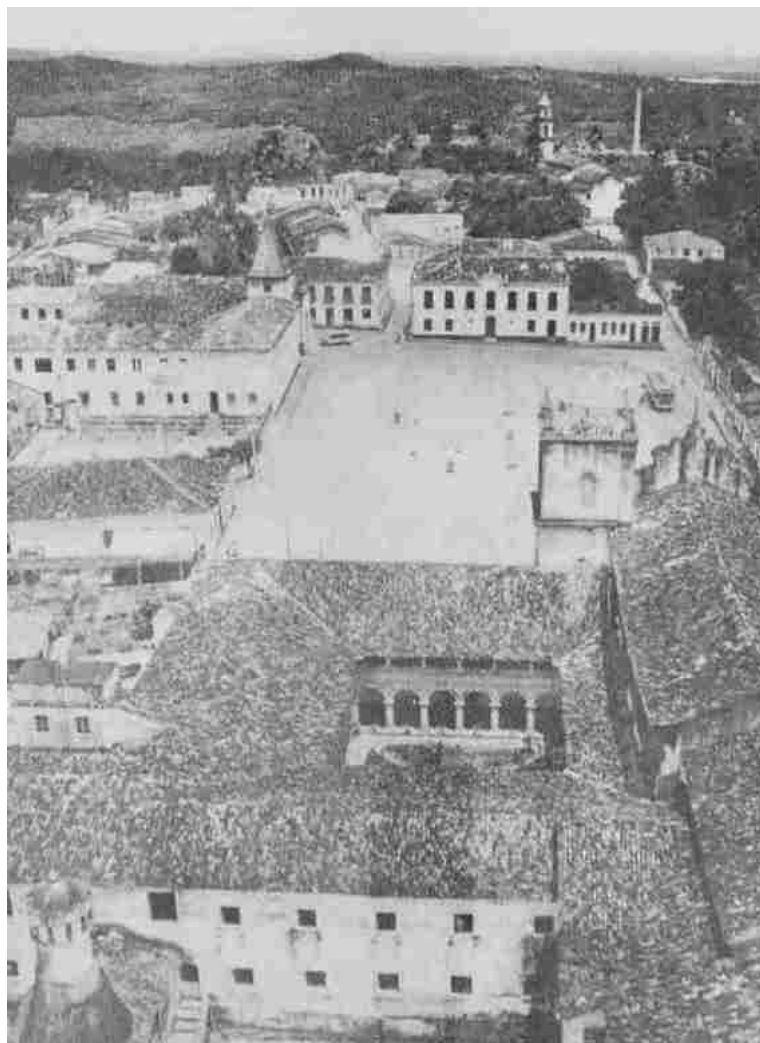


Foto 1

Fonte: SÃO Cristóvão Del Rei, 1969, s.página<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> No detalhe a frente o Palácio do Presidente de Província, de frente para a praça, do lado esquerdo da imagem a antiga Santa Casa de Misericórdia e no plano inferior da imagem o conjunto Franciscano.



Foto 2.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de São Cristóvão. Autor e data desconhecidos.

A Igreja centralizava a vida cidadina, nas cidades nordestinas, onde são desenvolvidas relações sociais. A porosidade, a que se refere Benjamin (1997), irá pensar na cidade transformada em palco de relações sociais. As ruas, por sua vez, transforma-se em *locus*, por excelência onde as tramas sociais são encenadas (CARLOS, 2001 a). O espaço é o ponto de encontro, ao mesmo tempo em que é produto do próprio encontro, onde são desenvolvidas sociabilidades e estabelecidas relações cotidianas com o lugar em atividades. Há a efetivação de uma vivência pelos habitantes e cidadãos, a partir de práticas diferenciadas. “A cidadania é aqui concebida como algo que se traduz no cotidiano e nas ações mais habituais do cenário da vida pública, ou seja, onde há vida pública há discussão e conflitos, que, de uma forma ou de outra, traduzem-se em uma disputa territorial” (GOMES, 2002, p. 9). Neste sentido, a praça onde está localizada a Igreja pode ser entendida não apenas pelo aspecto das sociabilidades, como também pelo viés da competição, onde são desenvolvidas relações de poder, buscando



espaços do seu entorno. A cidade colonial cresce nos desdobramentos da matriz e geralmente, em torno da nova capela, dividindo-se em *paróquias* ou *freguesias*, como eram comumente designadas, comprovando a dominação eclesiástica (OMEGNA, 1971).

Segundo Holanda,

a construção da cidade começaria sempre pela chamada praça maior. Quando em costa de mar, essa praça ficaria no lugar do desembarque do pôrto; quando em zona mediterrânea, ao centro da povoação. A forma da praça seria de um quadrilátero, cuja largura correspondesse pelo menos a dois terços do comprimento, de modo em que, em dias de festa, nelas pudessem correr cavalos. Em tamanho, seria proporcional ao numero de vizinhos e, tendo-se em conta que as povoações podem aumentar, não mediria menos de duzentos pés de largura por trezentos de comprimento, nem mais de oitocentos pés de comprimento por quinhentos e trinta e dois de largo; a mediana e boa proporção seria a de seiscentos pés de comprimento por quatrocentos de largo. (1969, p. 63).

A ocupação de determinados espaços, onde são desenvolvidas sociabilidades traz, quase sempre no seu cerne, a luta por interesses antagônicos, praticadas no cotidiano pelos atores sociais. Para Featherstone (1995), há uma distinção relevante que confunde dois significados de cultura, um ligado ao significado antropológico ou cotidiano e outro relacionado à alta-cultura. O primeiro elemento encontra-se presente em todas as culturas, ele está associado às práticas de representação efetivadas pelos atores sociais, enquanto o outro representa o produto de uma construção simbólica elaborada por um conjunto de especialistas que contam com o apoio de instituições e do direito normativo, cujo aumento potencial de poder ocorrido a partir do século XVIII deu origem à noção de uma esfera cultural autônoma. A cultura em seu sentido antropológico, cotidiano, por sua vez, co-existe simultaneamente com a alta-cultura em um mesmo espaço social. Estas oposições ficam mais nítidas a partir do momento em que são associadas ao estilo de vida e à estrutura ocupacional das diversas classes sociais. Os grupos dominantes, desse modo, procuram apropriar-se de “bens posicionais”, conforme apontado por Featherstone (1995), ou conforme Elias (1994), bens

cujo acabamento e sofisticação são diferenciados daqueles utilizados pelas camadas sociais inferiores. O que separa esses grupos são os gostos e, sobretudo, a disponibilidade para manter o padrão de consumo por bens simbólicos.

O cotidiano encontra-se intimamente associado às tramas das relações socioespaciais, exteriorizados nos diferentes modos de vida e sua relação direta espaço-tempo, naquilo que se refere ao plano de vida imediato das pessoas, tais como ruas, caminhos etc. Essa parece ser a essência para a passagem do espaço “geométrico<sup>11</sup>”, entendido enquanto espaço planejado e traçado por arquitetos e urbanistas, ao espaço em sentido “antropológico”, onde as pessoas desenvolvem relações sociais e se entrelaçam, identificam símbolos e seus significados, nas diferentes ruas e caminhos, formando, assim, um tecido urbano. O cotidiano, portanto, encontra-se associado ao consumo diferenciado, e reconhece nesses princípios e práticas uma condição fundamental para a legitimação de pertencimento de uma comunidade inclusiva, na qual abriga princípios de inclusão e de exclusão, respeitando o direito à diferença e a legitimação aos modos antagônicos (ARANTES, 1999). Este sentimento de pertencimento pode atuar a nível micro na formação de famílias e clãs, passando pela formação de tribos e, finalmente, a consolidação de Estado ou da própria nação.

Diante das divergências vivenciadas pelos atores sociais, uma condição é necessária para que se configure a idéia de pacto social do tipo contratual. O nomoespaço surge enquanto um espaço normativo, regulador e através do qual são formalizadas as práticas sociais. Ele é assim construído de maneira a experimentar relações formais de pertencimentos, no entanto, a ênfase maior está voltada para o ordenamento. “Assim, cada instituição social dispõe de sua área de controle e vigilância, as práticas sociais são regulamentadas no espaço, e os signos de delimitação territorial são inequívocos” (GOMES, 2002, p. 39-40). Essa idéia constitui a essência transformadora, onde é abandonada a distinção entre o sagrado e o profano e

---

<sup>11</sup> Cf. Certeau (1994, p. 172).

encarada no presente enquanto o público e o privado. Nessa dicotomia entre o público e o privado, segundo Carlos (2001, c), há ainda uma terceira categoria denominada de espaços semipúblicos, geralmente comerciais, tal como os *shoppings centers*, vigiados, não acessíveis a todos e aberto às pessoas durante um determinado período do dia e/ou da noite. Esta terceira categoria é aqui mencionada por existir na literatura, no entanto não será trabalhada na presente dissertação, pois não parece haver nenhum espaço em São Cristóvão que se aproxime dessa idéia.



## Capítulo 2

### UMA BREVE (RE)CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA

Distante vinte e cinco quilômetros de Aracaju, atual capital sergipana, encontra-se São Cristóvão, uma das mais antigas cidades brasileiras. Suas terras, embora tenham sido conquistadas no final do século XVI, e tendo mudado seu sítio por três vezes, teve seu processo de consolidação ratificado no século XVII. Ela, que foi construída ao longo de séculos, possui relativa significância para análise e compreensão de suas sociabilidades por meio de estudos arqueológicos, por conservar elementos característicos da cultura material edificado que não foram reformulados à luz de processos urbanísticos, centrados em programas turísticos, resultando assim, muitas vezes, na desconfiguração por que passaram outros centros históricos, como o bairro do Recife Antigo e do Pelourinho em Salvador.

“A cidade de São Cristóvão, a quarta mais antiga do Brasil, fundada por Cristóvão de Barros, nos idos de 1590” (NUNES, 2000, p. 25), foi palco de intensas lutas que se estenderam desde a sua conquista frente aos índios tupinambá, passando pelas batalhas contra holandeses durante o século XVII e continuou sendo até março de 1855, quando foi efetivada a transferência da capital sergipana.

#### **2.1 Formação da Capitania de Sergipe Del Rei (1534 – 1590).**

A cinco de abril de mil quinhentos e trinta e quatro (05/04/1534), El Rei D. João III fez a doação de uma capitania a Francisco Pereira Coutinho, posteriormente regulamentada

em agosto do mesmo ano. Nela, El Rei de Portugal incumbia Coutinho da responsabilidade de cuidar e de explorar as riquezas naturais. Dizia, então, a carta de doação:

E me apraz de lhe fazer (a Francisco Pereira Coutinho), como tenho feito, e por esta presente carta faço, mercê irrevogável, doçam antevyvos, valedoyra deste dia para todo o sempre, de juro e herdade para elle e seus filhos, netos, herdeiros sucessores que após elle vyerem, asy descendentes como transversaes e colateraes, segundo adiante ira declarado, de cyncoenta legoas da costa do Brazil, as quaes se começaram para sul athé a ponta da baya de Todos os Santos, e a largura della da ponta a ponta se contará nas ditas cyncoenta legoas; e não havendo dentro do limite as ditas cyncoenta legoas, ser-lhe-há entregue a parte que pera comprimento dellas fallecer a banda do sul: as quaes cyncoenta legoas se estenderam para o sertam de larguo ao longo da costa, entrando na mesma larguram pelo sertam e terra fyrmes a dentro quanto puder entrar e for de minha conquista. (BARRETO, 1920, p. 3).

A Carta Foral, de 26 de agosto de 1534, veio ratificar a doação de terras conforme o texto abaixo:

A quantos esta minha Carta Foram virem, faço saber que eu fiz ora doação e mercê a Francisco Pereira Coutinho, fidalgo de minha casa, para elle e todos os seus filhos e netos, herdeiros e sucessores, de juro e herdade para sempre, da capitania e governança de cyncoenta legoas de terra na minha costa do Brazil, as quaes começarão na ponta do rio São Francisco e corre para o sul athé a parte da baía de Todos os Santos, segundo mais e inteiramente é contido e declarado na Carta de Doação. (BARRETO, 1920, p. 4).

O território de Sergipe estendia-se em distância de cinquenta léguas da barra do rio “São Francisco à Ponta Padrão, hoje Santo Antonio da Barra, no Litoral da Bahia” (SANTOS; ANDRADE, 1992, p. 21). Inicialmente denominada de Capitania do Coutinho e logo após de Morgado do Juro (VILELA; SILVA, 1989), esta faixa de terra ficou naturalmente esquecida pela colonização portuguesa até o governo de Luís de Brito (1572/1578). Sergipe representava uma área estratégica, por se encontrar entre as capitanias que constituíam, à época, os dois

centros com maiores concentrações populacionais, produtores de cana-de-açúcar, Bahia e Pernambuco.

Doado pelo Rei de Portugal, D. João III, a Francisco Pereira Coutinho, o território sergipano estendia suas terras desde a parte da Bahia de Todos os Santos, ao sul, alongando-se até a parte do rio São Francisco, ao norte, tendo como limite o Oceano Atlântico a leste e o meridiano de Tordesilhas a Oeste. Frente ao descaso português, esta faixa de terra, ocupada originalmente pelos índios tupinambá, veio representar um espaço comum, não só para os índios e negros fugidos, como também, para a presença francesa interessada em explorar o pau-brasil.

Percebendo a ameaça à integridade da Colônia portuguesa e preocupada em garantir os interesses da população dos habitantes desses núcleos e, sobretudo, em garantir a posse das terras sergipanas, a coroa portuguesa em 1557 determinou o avanço sobre as terras sergipanas (OLIVA, 1991).

A primeira tentativa de colonizar o território sergipano data de 1575. Liderados pelos jesuítas Gaspar Lourenço e João Salônio, foram fundadas “as aldeias de *São Tomé*, distante seis léguas do rio Real, nas imediações do rio Piauí, um de seus afluentes; e *São Paulo*, à beira-mar agregando grande contingente de indígenas liderados pelos caciques Serigi, Surubi e Aperipê” (SANTOS; ANDRADE, 1992, p. 21).

Além dos interesses acima citados, segundo Dantas (1991, p. 33-4), havia também a preocupação, por parte de Portugal em recrutar mão-de-obra indígena para forçá-los a trabalhar na produção de cana-de-açúcar, na Bahia e em Pernambuco. Desta forma as aldeias tupinambás localizadas à margem esquerda do Rio Real caracterizavam-se pela presença de numerosa população indígena e constituía um importante elemento estratégico para a realização de tais tarefas.

Luís de Brito de Almeida, ex-escrivão da Misericórdia e quarto governador do Brasil, em 1575, ano marcado por muita peste em Lisboa (SALVADOR, 1956), recebe ordens de D. Sebastião, rei de Portugal, para proceder à imediata conquista de Sergipe. Sob o pretexto de punir os índios acusados de terem abandonado a catequese, e expulsado os padres jesuítas que aqui chegaram, decide investir em uma invasão militar, violenta, da qual resultou na destruição, morte e aprisionamento de inúmeros índios. Os sobreviventes, de maneira geral, foram levados para a Bahia, tendo morrido a maioria devido aos maus tratos e à sujeição a doenças. Luís de Brito assume o comando da Campanha da Conquista do Rio Real, para em seguida povoá-lo conforme havia sido designado por El-rei, apoiado por forte dispositivo militar frente aos indígenas dirigidos pelos caciques Serigi, Surubi e Aperipê. Entre os inúmeros índios mortos nessa batalha estava o cacique e líder Surubi. Ao final da batalha, apesar de toda destruição e massacre, o número de índios escravizados foi bastante pequeno. A invasão não deixou aqui um marco de conquista e o então comandante retorna à Bahia “sem ter conseguido lançar bases da Colonização, deixando o campo mais aberto para as investidas dos franceses” (VILELA; SILVA, 1989, p. 18).

Segundo Frei Vicente do Salvador (1956), havia um interesse particular por parte de Cristóvão de Barros relacionado ao indígena de Sergipe. Tudo indica, segundo Salvador (1956), que Cristóvão de Barros pretendia vingar a morte de seu pai, Antonio Cardoso de Barros, primeiro provedor-mor da fazenda del-rei no Brasil, de quem era filho bastardo. O governador-geral Manuel Teles de Barreto após ter conhecido o prestígio de sucessivas guerras e conquistas, foi vitimado pelo engano e traição dos índios de Sergipe, que relatava o desejo de ir à Companhia de Jesus na Bahia. Desta forma, o governador enviou-lhes soldados para ajudá-los a chegar ao seu destino com segurança. Cristóvão de Barros, acostumados com as traições dos índios, foi contrário a decisão do governador, dizendo que estes seriam bem recebidos e favorecidos em tudo, mas que viessem por conta própria.

Manuel Teles de Barreto enviou soldados até Sergipe para que estes desempenhassem tal tarefa. Estes, por sua vez, se deslocaram até Sergipe e descansaram nas

suas casas e ranchos com tanta confiança como se estivessem na cidade em suas próprias casas, deixando suas armas às concubinas, e indo-se passear nas aldeias para outras com um bordão na mão as quais lhes entupiram os arcabuzes de pedra e betume, e tomando-lhes a pólvora dos frascos lhes encheram de pó de carvão. (SALVADOR, 1956, p. 296).

O então governador logo foi tomado por um sentimento de revolta, querendo ir pessoalmente vingar-se. No entanto, este se encontrava com a idade um tanto avançada, e antes que ocorresse o fim destas guerras foi levado desta vida para outra por uma grave enfermidade, fato este ocorrido no ano de 1587, ficando no seu lugar o bispo D. Antonio Barreiros, o provedor-mor Cristóvão de Barros e o ouvidor geral. Os dois começaram a governar com a ausência deste último (NUNES, 2000, 1996). Pouco tempo depois, começaram a governar o bispo Tucumã e Cristóvão de Barros.

## **2.2 A Efetiva Conquista do Território Sergipano**

Embora tenha recebido ordens expressas de Filipe I da Espanha, que à época também reinava em Portugal, havia um forte sentimento de vingança que pairava sobre Cristóvão de Barros. Reunindo um poderoso exército fez avançar por duas frentes: por terra e por mar.

Conforme Frei Vicente do Salvador (1956), Cristóvão de Barros teria entrado para o governo com o objetivo de vingar a traição que o nativo de Sergipe havia cometido aos homens da Bahia, resultando na morte de dezenas de homens, entre os quais Antonio de Barros, além do aprisionamento de escravos. O capítulo vigésimo do quarto livro de Salvador intitulado “da guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerizipe” (1956, p. 301) narra detalhes da batalha travada em solo sergipano.

Fêz capitão da vanguarda a Antonio Fernandes e da retaguarda a Sebastião de Faria, determinando ir ao longo do mar, mandou primeiro pelo sertão Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues, seu irmão, com cento e cinquenta homens brancos e mamelucos e mil índios, pera que levassem todos os tapuias que de caminho pudessem em sua ajuda, como de feito levaram três mil frecheiros. E assim, vendo-se com tanta gente, sem esperar por Cristóvão de Barros cometeram as aldeias dos inimigos que tinham por aquela parte do sertão, os quais foram fugindo até se ajuntarem todos e fazerem um corpo com que lhe resistiram e puseram em cerco mui estreito, donde mandaram quatro índios dar conta a Cristóvão de Barros do perigo em que estavam. [...] trouxeram quatro espias que tomaram aos inimigos, dos quais guiados os nossos chegaram aos cercados véspera da véspera do Natal, às duas horas depois do meio-dia, os quais vistos pelos contrários fugiram logo e levantaram o cêrco, mas não tanto ao seu salvo que lhes não matassem seiscentos e êles a nós seis. (SALVADOR, 1956, p. 301).

Baepeba, conforme narrativa de Salvador, considerado o príncipe dos índios, conseguiu reunir aproximadamente três mil pessoas. As tropas “portuguesas” construíram trincheiras tomando-lhes a água que bebiam. O conflito foi ficando cada vez mais acirrado, principalmente com a convocação de Baepeba para que as “cercas” se reunissem contra o inimigo comum. Esta atitude gerou por sua vez um conflito mais grave, do qual muitos saíram feridos e resultando na morte de um homem das tropas portuguesas e extermínio de trezentos índios, forçando a retirada de todo povo indígena (SALVADOR, 1956).

Na noite do ano novo de 1590, “travou-se decisivo combate na várzea do rio Vasa Barris, saindo Cristóvão de Barros vitorioso” (FERREIRA, 1959, p. 459). Seguiu-se então um trabalho de cura dos feridos. O território recém conquistado foi doado ao chefe das tropas “portuguesas”, Cristóvão de Barros, estabelecendo as seguintes condições: que este vendesse ou repartisse entre os colonos de sua escolha, estabelecendo entre estes o compromisso de fundar colônias. Além da repartição de terras foram também distribuídos índios, cujo objetivo seria o de utiliza-los como mão-de-obra escrava nas fazendas de currais de criação de gado, fornecedores de bois para os engenhos de Bahia e Pernambuco e para os açougues de carne.

O sítio primitivo são cristovense, segundo Salvador, estaria localizado

na altura de onze graus e dois terços, por cuja barra com os batéis diante costumavam entrar os franceses com naus de mais de cem toneladas e vinha acabar de carregar da barra pera fora, por ela não ter mais de três braças de baixa-mar. E assim ficou Cristóvão de Barros não só castigando os homicidas de seu pai, mas tirando esta colheita aos franceses que ali iam carregar suas naus de pau-brasil, algodão e pimenta da terra, e sobretudo franqueando o caminho de Pernambuco e mais capitanias do Norte pera esta Bahia e daqui pera elas, que dantes ninguém caminhava por terra que o não matassem e comessem os gentios. (SALVADOR, 1956, p. 301).

Não há, entretanto conhecimento de fato quanto à sua localização. De modo geral, as informações são muito imprecisas e até mesmo divergentes. “Barleus dá o local como tendo sido na Barra dos Coqueiros, na confluência do rio Pomonga com o Cotinguiba” (FERREIRA, 1959, p. 459). O ex-Intendente de Aracaju Antonio de Assis (1962) descreve que

[...] Cristovam de Barros fundou um arraial ao norte da barra do rio *Poxim*, num istmo (após um istmo), fazendo construir um forte e uma capela. Estão aí duas proposições que merecem analisadas: - um arraial plantado ao norte do *Poxim* e um trato de terra confinado por um istmo. Com um pouco de corografia aracajuana e um tanto de geologia geral, parecem-nos demonstradas as proposições acima ditas, e não se colocará mui distante na verdade de quem afirmar que o arraial de Cristovam de Barros, talhado para ser a futura capital de Sergipe, demorou entre os morros da Telha e do Urubu, não só por afirmá-lo o escrivão Manoel Thomé em carta de sesmaria lavrada de 1603, nas palavras – “*se mudar a cidade que no tal tempo estava no Aracaju*” – como ainda pela configuração do solo, os meios de subsistência etc. (ASSIS, 1962, p. 222-3).





Mapa 5.

Fonte<sup>12</sup>: HERKENHOFF, Paulo (Org.); MELLO, José Antonio Gonsalves de (Textos) et. al.

Finalmente, Felisbello Freire (1997), orientado pela opinião de Vernhagem, admite que o levantamento do Forte, sob ordens de Cristóvão de Barros, bem como do primitivo povoado estaria localizado próximo ao rio Poxim, onde este faz a barra no Cotinguiba.

De fato, as informações acerca da localização são muito imprecisas, no entanto, parece não haver discussão sobre sua denominação, arraial de São Cristóvão, que permaneceu nesta suposta localidade até fins de 1595, início de 1596. Este aglomerado primitivo fundado por

<sup>12</sup> HERKENHOFF, Paulo (Org.); MELLO, José Antonio Gonsalves de (Textos) et. al. *O Brasil e os holandeses: 1630-1654*. Sextante Artes: Rio de Janeiro, 1999. Referência original: Frans Post. Ciriri. *Gravura extraída do livro de Gaspar Barléu, Rerum per Octennium*. In: *Brasília Et alibi nuper gestarum*. Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Cristóvão de Barros recebera a denominação arraial de São Christovam, seguindo um costume português, atribuindo-lhe o nome de seu santo onomástico.

São Cristóvão – citado no livro de Aires do Casal, publicado originalmente em 1817 – foi também dominada de Sergipe, ou ainda Cristoforópolis, tem assim descrito a sua localização: “bem situada num terreno levantado junto ao Rio Paramopama, que é um ramo do Vaza Barris, cinco léguas distante do mar” (CASAL, 1976, p. 250). Este espaço primitivo estaria localizado à margem direita do Cotinguiba, perto de sua barra. A primeira mudança foi efetuada por motivos de segurança, contra possíveis ataques dos franceses interessados em reconquistar o território do qual tinha sido expulso há um tempo atrás. Este novo sítio garantia ainda a proximidade junto às primeiras fazendas e engenhos em Sergipe.

Quanto à segunda transferência, não há documentos precisos que possam fornecer a data e o local com precisão. O “Álbum de Sergipe” de 1920, escrito por Clodomir Silva, transcreve a seguinte passagem sobre a transferência de São Cristóvão, datada de 1603.

Saibão quantos este estrm.<sup>to</sup> de carta de sesmarya vyrem que no ano de nascim.<sup>to</sup> de nosso sôr Jhus Xpo de mil e seis setos e tres anos aos tres dias do mes de setembro do dito ano nesta cidade de são xpoão cap.<sup>ta</sup> de Sergipe terá do Brasil nas pousadas de mim escryvão ao diento nomeado por Afonso Pereira procurador do conselho me foy apresentado huã pitisão com hu despacho ao pee dela do sôr capitão mor thomé da rocha de que o teor he o seguinte – ho juis e vereadores e procurador do conselho nesta capitania que o desembargador Gaspar de Figueiredo omem veo a esta cap.<sup>ta</sup> a sete ou oito anos e a requerimento de povo consultou e asentou com os moradores e capitão de se mudar a cidade que no tall tempo estava no Aracaju que se asítóase neste outeiro adonde llogo se pasou a ygreja e o forte e diso se fiserão autos o que o sôr gd.<sup>or</sup> ouve pr bem he ora vosa merse manda a todos os moradores com gravaes penas que fasão casas e pesão chão para isto e praque até agora não são dados terá para o conselho e aredor deste outeiro estão terá devoluto pr. Numqua se aprovetar pedem a vosa ,erse em nome de sua mag.<sup>de</sup> Mill brasas de terá que se comesara domde acabar a dada de Sebastião de brito e balthezar feras corendo pelo caminho que vay de caípe até chegar allagoa que esta alem de manell thome e pelo dito caminho que say da ponte velha até chegar a dada de xpoão dias corendo runo dr.<sup>to</sup> alongo do outeiro he que se achar e recebera merse. (SILVA, C., 1920, p. 11).

No entanto, segundo alguns historiadores, este fato teria ocorrido durante o final da primeira década do século XVII, mais precisamente em 1607 (VILELA; SILVA, 1989), quando São Cristóvão teria se transferido da barra do Poxim para o local onde hoje se encontra, distando quatro léguas da enseada do Vaza Barris. Realmente, parece não haver um consenso estabelecido quanto à segunda localização desta cidade. Em nota de rodapé nº '6', por exemplo, Casal descreve este “segundo assento entre o Rio Poxim, e o Cotinguiba, quase em igual distância entre o lugar da primeira fundação, e o da sua existência” (1976, p. 250).

Os motivos que levaram à realização da segunda mudança não são conhecidos, no entanto, acredita-se que o novo espaço escolhido era bem distante, situado às margens do Paramopama. O nome também foi alterado passando a ser chamado de São Cristóvão de Sergipe d’el Rei e ainda Sergipe de El Rei ou simplesmente São Cristóvão.

As primeiras tentativas de consolidação de cidades brasileiras datadas do século XVI, e princípios de XVII, encontram-se estabelecidas geralmente na orla marítima, voltada para o Atlântico, e estão, de modo geral, associadas à ascensão ou decadência de uma determinada região, desempenhando, desse modo, uma funcionalidade no eixo da economia nacional, e podendo ser bastante útil para o entendimento de aglomerações urbanas, bem como das origens e das flutuações dos centros culturais (AZEVEDO, P., 1996). Com sua criação de gado, ela foi fundamental à economia regional, fornecendo carne e couro, para essas duas cidades, além de animais fundamentais para movimentar as moendas dos engenhos.

A mudança de sítio primitivo durante o período colonial representava uma prática bastante comum. Os portugueses ao fundar as cidades coloniais, “não cuidaram de incrustar na paisagem. Afundavam-na no solo. E o faziam tão sem cuidado que quase tôdas as nossas vilas inauguradas nos séculos XVI e XVII foram postas, pelo menos seus fundadores, em sítios inadequados; por isso vemos que a maioria delas teve de se trasladar para novos locais” (OMEGNA, 1971, p. 12).

As chamadas “guerras do açúcar”, a partir de 1637, vieram afetar à obra portuguesa de colonização.

Como episódio da longa guerra que mantiveram com Espanha, os holandeses ocuparam o Nordeste açucareiro do Brasil. Estabelecidos em Pernambuco desde 1630, dirigiram sua expansão para o Sul, buscando alcançar a Bahia. O enfrentamento entre a defesa portuguesa e o avanço holandês em direção à Bahia se dará em território sergipano. Portugueses e holandeses destruíram muito do que se tinha sido feito pelos colonos, tendo sido atingido principalmente o rebanho bovino, que constituía a maior riqueza de Sergipe. (OLIVA, 1991, p. 129).

Maurício de Nassau ao assumir a direção do Governo holandês no Brasil traçou planos e metas de conquista das terras ao sul do nordeste brasileiro. Para ele o território sergipano se estendia até a cachoeira de Paulo Afonso, aliás, esta imprecisão da fronteira ocidental foi também registrada “em outros mapas dos séculos XVII e XVIII, como os de Nicolas Sanson (1650), Nicolas du Fer (1705), onde só se encontram definidas as fronteiras norte e sul, respectivamente pelos rios S. Francisco e Real” (NUNES, 1996, p. 55).



Mapa 6.

Fonte: <http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/arquivo/mapa021.htm>

Em sua investida rumo à Bahia Nassau seguiu para a fortificação de Porto Calvo, sob o comando do Conde Bagnuolo, local base onde tropas portuguesas foram surpreendidas com a notícia de avanço das tropas holandesas comandadas por Nassau. Constatando a veracidade dos fatos “a tropa se põe em demanda e o Comandante foge abandonando seu posto, no entanto, as tropas de Nassau aprisionaram-lhe bagagens e munições. Finalmente Bagnuolo chega a São Cristóvão em março de 1637 encontrando no Governo da Capitania de Sergipe Del Rei, o Capitão-Mor, João Rodrigues Molenaar” (VILELA; SILVA, 1989, p. 20). Esta passagem foi assim descrita por Casal: “Esta cidade, que foi queimada pelos holandeses a vinte cinco de dezembro de mil seiscentos e trinta e sete, teve princípio sobre a margem esquerda, e coisa de meia légua acima da embocadura do Rio Cotindiba, onde ainda estão as ruínas da igreja com o nome de São Cristóvão” (1976, p. 250).



Mapa 7.

Fonte: <http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/arquivo/mapa018.htm>

Segundo Gonçalves (2001), a Igreja teria desempenhado um importante papel para constituição definitiva do território sergipano. Desde sua primeira tentativa empreendida em 1575, porém sem êxito, esta instituição demonstrou em sua atuação, neste território, formas efetivamente vigorosas com relação ao processo de colonização de Sergipe. Em 1590, a partir da efetiva colonização do território sergipano, deu-se início a presença da Igreja, através não só de Ordens religiosas que foram chegando, como também por meio do clero secular (NUNES, 1996). A intensificação de uma instituição oficial, aliada ao Estado, teria proporcionado variações na paisagem consolidadas a partir da construção de edificações e, conseqüentemente das relações sociais do seu entorno. “Em 1637 [...], já existiam a Matriz de

São Cristóvão e diversas capelas dispersas no interior, conforme o mapa de Barleus” (NUNES, 1996, p. 220).



Mapa 8.

Fonte: REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. “SERGIPE / 47” – São Cristóvão<sup>13</sup> – ca. 1631. In: Cd - room.

Nassau, no entanto, vítima de uma enfermidade, resolve suspender sua marcha pelo Rio São Francisco. Bagnuolo embora tenha oferecido seus serviços ao Governador Geral do Brasil e Rei da Espanha este não foi aceito, pois o fato do comandante ter fugido em um primeiro momento havia propiciado uma “imagem” de covardia, até mesmo entre seus subordinados.

<sup>13</sup> "Povoação de S. Chrsitovão Capitanía de Sirigipe" – autor: João Teixeira Albernaz.

Fonte: Detalhe de um original manuscrito que integra o atlas de João Teixeira Albernaz, da Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro. “A povoação representada nesse desenho, que ficava cerca de meia légua acima da foz do Rio Cotindiba, foi incendiada pelos holandeses em 1637. A cidade atual, terceira com essa denominação, fica junto ao rio Paramopama, que é um ramo do Vaza-barris (CASAL - 1817-1976, p. 250)”.

Em São Cristóvão, o Conde Bagnuolo assenta seu quartel-general, iniciando, assim, guerras de emboscadas e depredações cujo objetivo era enfraquecer o inimigo, autorizando o deslocamento do gado para o sul do rio Real, como meio de restringir-lhes os meios de sobrevivência. Sentindo-se, então, em desvantagem, Bagnuolo foge com seu exército para a Torre de Garcia D' Ávila na Bahia. Dominado pelo ódio, antes de fugir, executa a tática da “terra arrasada”, ateando fogo no território que estava abandonando, para que o inimigo não encontrasse muito que aproveitar.

A 17 de novembro de 1637, Nassau invade a cidade, arrasando-a ainda mais, destruindo sítios de canaviais, plantações e organizações administrativas implementada pelos primeiros colonizadores. Enfim, a Capitania transformou-se em um verdadeiro deserto.

Após ter sido saqueada e incendiada pelos flamengos, São Cristóvão foi finalmente retomada pelos portugueses em 1640, sendo também retomada pelos holandeses no ano seguinte. Sergipe constituiu, assim, um cenário de disputas e de interesses, cerne do conflito entre portugueses, instalados na Bahia, e do Brasil holandês, que tinha como objetivo a conquista de terras mais ao sul do Brasil. O governo flamengo em Pernambuco sugeriu então contratar o empresário Nuno Olfredi para um projeto de povoamento e de cultivo das terras de Sergipe, no entanto, este projeto foi vetado pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (FREIRE, 1977), levando a capitania a uma situação de abandono até 1645 quando, finalmente, foi retomado o processo de colonização portuguesa. “A segunda metade do século XVII é caracterizada por muitas desordens, sendo classificada de ‘período de obscurantismo’, por Candido Mendes” (FERREIRA, 1959, p. 460; AZEVEDO, P., 1980 a, p. 2). Este é um período marcado pelas sucessivas nomeações e destituições de autoridades públicas, capitães-mor, que quase sempre abusavam do poder a eles conferidos.

Este período bastante conturbado, vivido durante os anos de invasão holandesa, pode ter elevado a auto-estima local e criado um sentimento de autonomia entre os moradores da



cidade de São Cristóvão. O período seguinte ficou marcado por intensas lutas entre os poderes locais e o governo representante dos interesses da Bahia. O ano de 1654, em especial, ficou marcado pelo desentendimento entre a Câmara do município e o então governador, capitão-mor Pestana de Brito.

O governo da Bahia adota a contribuição em homens e produtos, tabaco, gado etc. Essas exigências agravam ainda mais os conflitos de jurisdição no campo político. Como resposta a esse agravamento os capitães-mor começam a assumir funções que eram da competência da Câmara Municipal, são intensificadas as cobranças de impostos sobre o gado, os curraleiros são obrigados a prestarem serviço militar e são criados novos impostos sobre o gado. Como consequência, São Cristóvão assiste a intensos conflitos com a Câmara, com várias deposições seguidas de revoltas.

O exemplo maior talvez seja aquele verificado quando o Governador da Bahia foi então informado das arbitrariedades praticadas por Brito, este fato, portanto, veio a consolidar a destituição do mesmo. O referido capitão-mor foi repostado ao cargo e, em outubro de 1656, é destituído mais uma vez. O então ex-capitão-mor, Pestana de Brito, lidera um movimento revolucionário cujo propósito explícito seria a emancipação de Sergipe do Governo da Bahia. Este movimento conseguiu reunir grande número de adeptos. Havia, entretanto, entre estes adeptos, objetivos implícitos de ordem pessoal que implicaria necessariamente em uma recuperação do poder. O desejo de conquistar a autonomia gerou conflitos internos entre os grupos sociais. Se por um lado, os senhores de engenho, ligados aos comerciantes e portugueses estabelecidos em Salvador, desejavam que o território continuasse sob domínio baiano, por outro, os habitantes das cidades associaram-se aos pequenos comerciantes, funcionários públicos e senhores de terras criadores de gado na luta pela autonomia. Foi preciso ordens vindas da Bahia e, em 1657 o movimento é sufocado culminando com a prisão de Brito.



Os anos seguintes foram, de modo geral bastante agitados. Em 1658 foi preciso que Jerônimo de Albuquerque, o então capitão-mor, organizasse a aldeia de Água Azeda no município de São Cristóvão reunindo os diversos índios que ali viviam e “dando-lhes um diretor espiritual” (FERREIRA, 1959, p. 461).

Em 1696 Sergipe torna-se Comarca. Mesmo assim, os conflitos entre autoridades de Sergipe e da Bahia eram frequentes. Isto acontecia porque, embora a Comarca de Sergipe tivesse autonomia jurídica, era ainda subordinada à Bahia política e economicamente. O território sergipano estendia-se até o Sul de Itapoã, o que gerou muito conflito, pois o Ouvidor de Sergipe tinha poderes jurídicos até este limite, os moradores desta região, por sua vez, não aceitavam sua subordinação à Comarca de Sergipe.

O ano de 1696 é bastante significativo para Sergipe por ser elevado a categoria de Comarca. Com isso, embora continuasse política e economicamente subordinado à Bahia, e mantivesse os conflitos entre as autoridades de Sergipe e da Bahia, o primeiro ganhava maior autonomia judiciária e possuía seu próprio Ouvidor. No ano seguinte Jorge Rabelo Leite capitão-mor é deposto pela Câmara e pelo povo, por abuso de poder, sendo destituído pelo governador da Bahia em uma “manobra” de contenção dos ânimos dos populares.

No plano econômico, Sergipe foi se recompondo depois da devastação provocada pela guerra contra os flamengos. O gado que já era a principal riqueza durante o século XVII, vê-se consolidado no século seguinte, firmando-se como um importante centro de criação de pecuária, suprindo, assim, as exportações realizadas, sobretudo pela Bahia tanto de boi em pé, para o abate, como também de couro seco, sela e cavalos para cavalaria (SANTOS; ANDRADE, 1992, p. 26). Outra importante atividade da economia sergipana, durante o século XVIII consistia na produção açucareira, momento este, marcado pela participação ativa sergipana de toda movimentação comercial portuária baiana. Com esta contribuição, à economia baiana, Sergipe firma importância e identidade como Comarca, e muitas

manifestações de protestos derivam justamente da “atitude de inconformismo com uma situação política que não atendia à importância que ia tomando sua economia” (OLIVA, 1991, p. 131).

São Cristóvão nasce em meio a muitas disputas territoriais, contra índios, franceses e, posteriormente, holandeses, até ser reconquistada, pelos portugueses de forma definitiva, em 1645. A mentalidade desses conquistadores, levada pelas diversas necessidades, sobretudo a de proteção foram fundamentais desde a escolha do sítio até a construção da paisagem edificada. Construída ao longo de séculos, a sua paisagem edificada dessa cidade possui um valor histórico, patrimonial e arquitetônico reconhecido nacionalmente.

### **2.3 O Centro Histórico: um debate sobre o patrimônio e a arquitetura.**

As primeiras tentativas de consolidação de cidades brasileiras datadas do século XVI, e princípios de XVII, encontram-se geralmente associadas à ascensão ou decadência de uma determinada região, desempenhando, desse modo, uma funcionalidade no eixo da economia primeiramente local e, por vezes, a nível nacional, podendo ser bastante útil para o entendimento de aglomerações urbanas, bem como das origens e das flutuações dos centros culturais. (AZEVEDO, F., 1996). A cidade é o *locus* da heterogeneidade entre modos de vida e dos usos diferenciados dos espaços. Nela é possível perceber, por meio de sua paisagem edificada, os modos de viver, pensar e sentir, os comportamentos, valores, conhecimentos e formas de lazer presentes no cotidiano de seus habitantes. Por isso ela deve ser entendida como o produto de um determinado momento histórico, mas que não ficou engessada ou petrificada no tempo, mas que seus habitantes e cidadãos estão constantemente transformando-a, atribuindo novos usos e significados aos espaços.

Assim como as relações espaço-tempo se modificam, seus habitantes atribuem novos sentidos aos elementos encontrados em determinada paisagem. A relação “centro” e “centro histórico” também demonstra a possibilidade da releitura dos espaços e atribuição de novos sentidos. O centro de uma cidade não é necessariamente o seu centro histórico, ele “não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana” (CASTELLS, 1983, p. 275). Para Seabra (2001), o primeiro pode ser entendido enquanto uma aglomeração que corresponde às práticas dos cidadãos, o “centro histórico”, por sua vez, remete a “um conceito que corresponde aos conteúdos qualitativos do lugar com o qual se opera administrativamente, estrategicamente” (SEABRA, 2001, p. 81). O velho centro transforma-se em centro histórico, dotado de memória, muitas vezes protegido por leis e inserido em agendas turísticas.

Nessa possibilidade de releitura dos espaços, associada não só à sua revitalização, assim como à sua inserção em pacotes turísticos, fenômeno conhecido como “*gentrification*”, cria-se uma espécie de segregação sócio-espacial onde os seus antigos moradores, tradicionalmente do período em que esses espaços encontravam-se em decadência, começam a ser expulsos transferidos para outros espaços (FEATHERSTONE, 1995; LEITE, 2001; ZUKIN, 2000).

O debate sobre o patrimônio parece extremamente relevante hoje por apontar uma possível perspectiva do passado enquanto referencial para a construção do futuro. Aliás, essa idéia já estava presente de diferentes modos no pensamento de Lúcio Costa e Mário de Andrade ao propor que “espelhar-se no passado significava buscar as raízes e olhar para o futuro e não simplesmente copiá-lo ou reproduzi-lo” (SIMÃO, 2001, p. 30). A idéia patrimonial, preservacionista, parece ir de encontro aos ideais iluministas, caracterizado pelos cortes abruptos, pela negação do antigo e pela produção constante do novo, inclusive de

novos espaços, no qual se desvincula do passado e vislumbra-se o futuro sob o ideal de modernidade (SIMÃO, 2001).

O conceito sobre patrimônio constitui hoje um tema tanto rico quanto polêmico. Tradicionalmente definido como conjunto de bens, fruto das relações entre homens e recursos naturais, ou ainda entre homens e sociedade, e as interpretações que são elaboradas a partir destas relações (BRUNO, 1999). A palavra patrimônio, sugere derivação do termo *pater*, este, por sua vez, encontra em um íntimo vínculo de pai para filho, parecendo haver, portanto uma transferência herdada, resultado da produção material, espiritual e institucional. Contudo, o discurso uníssono entre os intelectuais é o de que não basta herdar, é preciso preservar. Originalmente o termo preservar vem do latim *praeservare*, podendo significar aquilo que se vê antecipadamente em perigo, nesse sentido, “o perigo maior que paira sobre um bem cultural é a sua própria morte ou deterioração” (CHAGAS, 1999, p. 104-5 *apud* FORTUNA; POZZI; CÂNDIDO, 2001, p. 137).

Dessa forma, antecipando o perigo latente de deterioração dessa herança, o patrimônio assume contornos importantes e passando a configurar o cerne de debates contemporâneos nas agendas político-culturais, públicas e privadas, ele parece sair do campo de debates “abstratos”, sem muitos resultados, para assumir contornos importantes nas sociedades contemporâneas, atrelando-se à idéia de desenvolvimento sustentável, planejamento urbano e relações com o meio ambiente. A preservação dos valores culturais e ambientais caracteriza-se como uma tendência da atualidade e constitui um campo de estudo bastante interessante, em crescimento e interdisciplinar, que o torna ainda mais rico, e admite hoje um novo entendimento de cultura associado à política e à economia. Com isso as próprias estratégias de construção do patrimônio têm se modificado.

O debate sobre o patrimônio parece ter origem na relação indivíduo-Estado e o surgimento da modernidade. Segundo Stuart Hall, essa é uma problemática originada,

sobretudo a partir de Descartes ao afirmar “Penso, logo existo”. Na avaliação de Hall, o cerne desse pensamento teria supostamente produzido um “sujeito racional, pensante e consciente situado no centro do conhecimento” (2003, p. 27). Em Locke parece haver um deslocamento do conhecimento, ao menos no que se refere à sua origem, ele deixa de ser revelado, inspiracional, ao qual Descartes estava preso quando colocou Deus como “Primeiro Movimentador” de toda criação, e passa a ser adquirido por meio da experiência individual. Contudo, a centralidade do sujeito individual ou o “indivíduo soberano” proposto por Locke, parece aproximar-se, segundo Hall, do sujeito cartesiano ao manter a “mesmidade de um ser racional” (2003, p. 27). Há, ainda, outra observação acerca de racionalidade desse momento. Para Boaventura Santos (2001), esse momento da história da humanidade, marcado essencialmente pelos ideais iluministas, levou não apenas a mesmidade do ser racional, como também o descontextualizou a partir de critérios abstratos, gerando uma expectativa evolucionista, ditada pelo eurocentrismo, pairando uma crescente tendência para o uso do instrumental científico e para a relação custo-benefício, desenvolvidos em cálculos econômicos.

A preocupação indivíduo-Estado na modernidade é retomada mais adiante por românticos e marxistas. Para Boaventura Santos (2001), “o romantismo propõe uma busca radical de identidade que implica uma nova relação com a natureza e a revalorização do irracional, do inconsciente, do mítico e do popular e o reencontro com o outro da modernidade, o homem natural, primitivo, espontâneo, dotado de formas próprias de organização social” (2001, p. 140). O conceito do homem romântico sistematizado, sobretudo, a partir de Rousseau, fundamenta-se na crença da boa natureza humana. Contrariamente aos ideais iluministas, fortemente incorporados pela burguesia, o “civilizado”, para os românticos, era todos os povos que conseguiam manter sua integridade cultural ou

com um forte apelo à memória. Há ainda uma outra perspectiva de compreensão do sentido indivíduo-Estado, elaborada segundo o viés marxista.

Esse é um viés fortemente centrado nas relações sociais de produção, onde os indivíduos passam a ser identificados com a classe social a que pertencem. Ainda segundo Boaventura Santos, a contestação marxista de identidade moderna “tendeu a reproduzir, sob outra forma, a polarização liberal entre sujeito individual e o super-sujeito, sendo que esse super-sujeito é agora a classe e não o Estado” (2001, p. 140).

Para Schelling (1990), a dicotomia, indivíduo-Estado originada na modernidade, revestiu-se de uma intelectualidade quase sempre associada a interesses de grupos antagônicos. Ela parece admitir a premissa de que a contestação marxista tende a reproduzir a polarização liberal, proposta por Boaventura Santos (2001). Essa premissa parece justificar sua idéia para as intensas contestações *entre* “marxistas” e “românticos”, a qual se estende até hoje e é bastante representativa por dois aspectos: primeiro, por estar relacionado com processos transitórios e fugazes, regulamentados por uma relação espaço-tempo, e que podem resultar em processos de identificação cultural ou não, permeando o cotidiano dos atores sociais.

Os marxistas, acreditando na “evolução natural das forças produtivas”, acabaram de certa forma, apoiando o projeto capitalista e fundamentado nessa crença marxista os assim chamados românticos encontraram um terreno fértil para a construção de suas críticas (SCHELLING, 1990; SANTOS, Boaventura, 2001). Essas críticas centradas, sobretudo, na crença da “evolução natural das forças produtivas” sugere um outro viés voltado para a solução do impasse indivíduo-Estado na modernidade, agora pelo viés romântico. Para esses, a modernidade não estava no aparato científico-tecnológico, nem necessariamente na lógica capitalista industrial e sua relação custo-benefício, e sim na capacidade de cada povo em preservar a sua memória, enfim a sua identidade cultural. Portanto, ao longo dos séculos

XVIII e XIX a temática do nacionalismo poderia ser compreendida “através do nativismo e do indianismo românticos” (FONSECA, 1997, p. 94).

Esse debate entre indivíduo-Estado e a modernidade, e quais os rumos que idéias resultantes nesse debate, tem como objetivo aqui não apenas embasar, como também contextualizar, a política protecionista do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, hoje IPHAN), suas aplicações e as ideologias. As gradativas mudanças ocorridas na Europa do século XVIII sofrem um processo de intensificação, sobretudo, com o advento da Revolução Industrial, afetando diretamente a arquitetura e, essencialmente, o *modus vivendi*.

A Europa durante o século XIX já discutia sobre teorias

acerca da preservação, existindo um significativo número de obras de restauração do patrimônio, representado pelas edificações monumentais e obras de arte. [...]. As novas relações de trabalho, a urbanização repentina, a possibilidade de novas tecnologias construtivas, a viabilização do uso de outros materiais, alteraram sobremaneira as relações do homem com o seu habitat. (SIMÃO, 2001, p. 23).

Nesse continente, durante o século XIX, surgem duas correntes teóricas voltadas para a defesa do patrimônio. A primeira, representada pelo arquiteto francês Viollet-le-Duc (1814-1879), encontrava-se assentada em bases de cunho racionalista e estava fortemente presa a idéia iluministas, onde eram valorizadas, a razão e a técnica em detrimento da historicidade do monumento. A segunda corrente, denominada culturalista, era liderada por John Ruskin (1818-1900) e defendia a não intervenção em monumentos antigos, por considerar que quaisquer interferências poderiam imprimir um novo caráter à obra, admitia-se, no entanto, somente intervenções de conservação, respeitando a história do monumento ou da obra e a sua condição atual (SIMÃO, 2001). Essa dicotomia, entre aqueles que se voltaram para o racionalismo e estavam despreocupados com o passado e aqueles que, ao contrário, se preocupavam com a história e suas especificidades, ou em outras palavras, entre iluministas e

românticos, também parece ter ocorrido no campo do urbanismo. Segundo Bruant, havia um “Modelo Progressista”, partilhado por Robert Owen, Charles Fourier e, mais adiante, por Le Corbusier, fundamentado na recusa do valor heurístico e no rompimento com o passado (1996, p. 169) e, por outro lado, o “Modelo Culturalista”, do qual faziam parte Camillo Sitte e Lewis Mumford, “teria recorrido amplamente à história para construir seu modelo” (BRUANT, 1996, p. 169).

Notadamente, o século XIX, ficou marcado por importantes e significativas mudanças ideológicas, científicas, na organização do trabalho, no emprego dos materiais, na estruturação de novas cidades e, fundamentalmente, nos modos de vida das pessoas daquele momento. Os padrões de assentamento foram gradativamente substituídos e, como consequência, as antigas cidades coloniais foram sendo reformuladas ou perderam suas forças. Estabelece-se, então uma aparente contradição “como explicar que no momento em que a ciência moderna se estabelece, o homem volta os olhos à preservação dos monumentos passados?” (SIMÃO, 2001, p. 24). Não há de fato nenhuma contradição nesse pensamento, desde que o contextualize em sua relação com o processo de racionalização do indivíduo na modernidade.

Em nome da modernidade ou da pós-modernidade, fundamentada em ideais iluministas, a burguesia, em sua tentativa de romper com o antigo paradigma e consolidar-se definitivamente, torna-se responsável pela desconstrução do passado. Esse novo paradigma suscitou outros modelos de organização do trabalho, empregou novos materiais na estruturação das cidades e transformou de modo significativo a paisagem. Esse momento ficou marcado pelas novas configurações espaciais, as “antigas<sup>14</sup>” cidades coloniais, tradicionalmente interioranas, considerando a preocupação com o elemento segurança frente aos constantes ataques realizados por inimigos, são vistas como algo decadente frente aos

---

<sup>14</sup> Expressão à qual as cidades coloniais estavam associadas.



novos padrões estilísticos e arquitetônicos. Nesse contexto, é que grupos modernistas percebem a necessidade da preservação, sobretudo material, nesse momento, como uma possível forma de construção futura das identidades locais.

No Brasil, as primeiras tentativas de consolidação de cidades são datadas do século XVI, e princípios de XVII. Elas encontram-se geralmente associadas à ascensão ou decadência de uma determinada região, em espaços com pouquíssima estrutura, desempenhando desse modo uma funcionalidade no eixo da economia primeiramente local e algumas vezes a nível nacional, podendo ser bastante útil para o entendimento de aglomerações urbanas, bem como das origens e das flutuações dos centros culturais (AZEVEDO, F., 1996). São Cristóvão parece não fugir à regra, estando localizada entre dois grandes centros produtores de açúcar, Salvador e Recife. Com sua criação de gado, ela foi fundamental à economia regional, fornecendo carne e couro, para essas duas cidades, além de animais fundamentais para movimentar as moendas dos engenhos.

Apesar de vários autores apontarem a cidade como o espaço de contradição entre o campo e o universo urbano não parece ser bem essa a idéia de Freyre, ao menos, ao elaborar o conceito do termo “rurbano”. Para Freyre, as residências desse período ansiavam por ares urbanos, voltadas para a Europa em um sentimento saudosista ao mundo civilizado, em seu interior, porém, os hábitos de seus habitantes eram essencialmente rurais, eles cuidavam de animais e plantas tal qual no universo rural. A cidade é o *locus* da heterogeneidade entre modos de vida e dos usos diferenciados dos espaços. A paisagem edificada pode muitas vezes fornecer pistas de como eram os modos de vida, pensamentos e sentimentos, bem como os valores, conhecimentos e formas de lazer presentes no cotidiano de seus habitantes. Para adentrar nesse nível ideológico, e assim poder caracterizar a cidade pelos seus monumentos, é fundamental não apenas desvendar sua estrutura simbólica, mas buscar compreender os seus respectivos significados urbanos, e ainda, determinar qual o sentido de cada monumento na

organização social das relações sociais. Neste sentido, “o *centro simbólico*, portanto, é a organização espacial dos pontos de intersecção dos eixos do campo semântico da cidade” (CASTELLS, 1983, p. 279). A cidade deve, portanto, ser entendida como o produto de um determinado momento histórico, que não ficou engessada ou petrificada no tempo, mas que seus habitantes e cidadãos estão constantemente transformando-a, atribuindo novos usos e significados aos espaços.

Durante os séculos XVIII e início de XIX, o Brasil passou por profundas transformações, econômicas, político-sociais, proporcionadas pela descoberta do ouro, na região sudeste. Esse movimento, parece ter implicado não só novos sentidos, nos atores sociais, como também novos usos, hábitos etc. Como consequência, sob uma égide modernista, surgiram novas cidades, com características distintas das antigas cidades coloniais.

A descoberta do ouro, durante o século XVIII, foi responsável pelo deslocamento de parte significativa do pólo econômico e cultural da colônia, para a região sudeste. Ainda, como consequência desse surto de desenvolvimento, a cidade do Rio de Janeiro foi elevada à condição de capital do Brasil, em 1763. O início do século XIX, mais especificamente em 1808, ficou marcado por um fato bastante significativo na colônia; a chegada da Corte portuguesa ao Brasil. Esse acontecimento implicou não apenas em um grande surto de desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro, assim como a criação de lugares de memória, a exemplo da Biblioteca Nacional e o Museu Nacional, que vieram reforçar o instrumental da constituição da nacionalidade brasileira após a independência. Mais adiante, em 1838, foram criados o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, responsável respectivamente pela criação da história e manutenção da memória histórica nacional.

Essa atitude parece ter preocupado um grupo de intelectuais no Brasil, que perceberam o risco que essas cidades “antigas” estavam correndo, fadadas a total descaracterização em nome da modernidade, racional, secular.

A prática da destruição de antigos espaços, monumentos e obras, pareciam configurar um caminho sem retorno. Surge, então, somente no início do século XX, a necessidade de um projeto específico, que viesse fazer frente a esse processo, que vislumbresse, de algum modo, a necessidade de preservação, através de instituições e políticas públicas. Enfim, nasce o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN.

#### **2.4 O IPHAN<sup>15</sup> e a Trajetória na Construção de uma Identidade.**

Embora houvessem os ditos lugares de memória, a preocupação de modo mais específico com o patrimônio histórico e arquitetônico só veio acontecer, de fato, no século XX, iniciando-se na década de 1910 (FONSECA, 1997; RODRIGUES, 2000). Se por um lado esse momento compreendido entre as décadas de 1910 e 20, ficou marcado por uma crise política e de identidade no Brasil, por outro, autores como Fonseca (1997), Rodrigues (2000) chamam a atenção para a expressiva presença de imigrantes freqüentando escolas, sobretudo no sul, onde eram ensinadas suas línguas natais, fato esse que sugere um entusiasmo da educação. Houve ainda, nesse período um forte crescimento de idéias voltadas para o nacionalismo, que vieram caracterizar o ano de 1915 e, manifestada através de diversas publicações, assim como por meio da Liga Nacionalista, fundada em 1916, contando com estudantes da Faculdade de Direito e vários professores de diversas faculdades paulistas, advogados, engenheiros (RODRIGUES, 2000). Um dos pontos-chave desse projeto era a ampliação das cidades voltada para a “febre do cosmopolitismo, característico desse

---

<sup>15</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

“movimento”, que implicava em negar hábitos rurais tradicionalmente arraigados e a transformação dos espaços urbanos” (RODRIGUES, 2000, p. 17-8). Por fim, houve ainda, a valorização da arte sacra colonial no mercado internacional, fato que provavelmente veio incentivar a pilhagem e a pirataria.

Nesse momento, surge a necessidade de preservar aquilo que ainda restava de representação do passado. A estratégia então adotada foi então proteção de bens culturais, sobretudo as artes barrocas, assentado em um projeto que inicialmente teve por objetivo moldar o povo para uma modernidade. No entanto, contraditoriamente, o próprio povo encontrava-se excluído dessa, só havendo aberturas de inclusão para as elites políticas e intelectuais (FONSECA, 1997; RODRIGUES, 2000). Enfim, o neocolonialismo encontrou um forte aliado na história em sua tentativa de compor uma identidade nacional. Esse grupo de modernistas buscou, de fato, extrapolar o campo restrito da literatura e das artes, definindo limites entre a criação literária e a militância política, enfim, repensando a função social da arte. O “Modelo Progressista” fundamentado no rompimento com o passado, parece introduzir não apenas o caráter inovador, mas muitas vezes destrutivos, fomentando novos produtos a serem consumidos. Esse modelo, do qual Le Corbusier fez parte, parece ter produzido um estilo arquitetônico no Brasil, o ecletismo, que em linhas gerais “não implicou reconhecimento da tradição anterior, mas foi um repúdio aos vestígios coloniais” (FABRIS *apud* RODRIGUES, 2000, p. 18).

Surge então uma outra proposta, o estilo neocolonial. Ele é resultado da preocupação de uma pequena elite modernista na busca de elementos que, de fato, possibilitassem a construção de uma identidade nacional. Esse grupo elege um estilo com características arquitetônicas genuinamente brasileiras, ao que parece, mais próximos do “Modelo Culturalista” e de sua ampla preocupação em recorrer à história como fundamento de elaboração do seu modelo.

A década de 20 simbolizou um período bastante emblemático na história do Brasil, e o ano de 22, mais especificamente, ficou marcado pelas comemorações do centenário da Independência. A preocupação em valorizar o que era de fato brasileiro passa a ser não apenas sistematizado através da produção de intelectuais modernistas, ela parte de fato para o pragmatismo encontrado na “favorável valorização dos museus históricos brasileiros” (RODRIGUES, 2000, p. 22). A valorização do patrimônio sugere uma atuação pedagógica e uma potencialidade moral, constituindo, assim, elementos formadores da *nação*.

No Brasil, a exemplo de outras nações, as políticas de preservação do patrimônio histórico sempre estiveram relacionadas à consolidação de uma imagem política e cultural de *nação*. Desde a sua fundação, em pleno Estado Novo em 1937, o IPHAN tem desempenhado um certo papel “civilizador” de uma idéia de brasilidade, tão cara à história do pensamento social do Brasil. (LEITE, 2001, p. 13).

Os debates ocorridos durante a Semana de Arte Moderna de 1922 marcam o início do longo trajeto percorrido pelas instituições voltadas para o patrimônio brasileiro. Fortemente influenciados pelas teorias européias de salvaguarda, esses debates adotaram uma postura em favor da preservação de sítios urbanos. Esse fato se deu não só pela sua relevância, como também pelo seu valor simbólico e pela sua representatividade históricos junto aos habitantes e cidadãos desses locais. Durante esse período Mário de Andrade desenvolveu pesquisas etnográficas e literárias. O arquiteto Lúcio Costa, que também havia participado do movimento neocolonial, volta-se para a busca da valorização da herança portuguesa e colonial para a composição de uma arquitetura “autenticamente nacional”. As idéias desses intelectuais ganham maior representatividade institucional no final da década de 20 a partir de projetos de lei que propuseram a criação de órgãos de proteção ao patrimônio, apresentados ao legislativo federal e pela criação, na Bahia, em 1927, e em Pernambuco, em 1928, de Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais, cuja atuação se limitou ao inventário de

bens locais (SIMÃO, 2001; SOUTELO<sup>16</sup>, 2004). Enfim, todos esses esforços realizados, em especial, pelo grupo de intelectuais modernistas, no sentido de conhecer, compreender e recriar o Brasil, veio a constituir os alicerces nos quais estão assentadas e foram desenvolvidas as idéias de proteção ao patrimônio.

A atuação desse grupo de modernista passou a contar com o respaldo institucional-legal a partir de 12 de julho de 1933, quando o então chefe do governo provisório federal, Getúlio Vargas, demonstrando conhecer o potencial simbólico dos bens culturais, seu caráter cívico e mnemônico, assinou o Decreto n. 22.928, declarando Ouro Preto como “monumento nacional”, instituindo, assim, o primeiro monumento histórico oficial (RODRIGUES, 2000). Na justificativa, considerou-se não apenas o fato de Ouro Preto ter sido a antiga capital de Minas Gerais, com a também por ter sido esse um “teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação de nossa nacionalidade e de possuir velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação” (MEC/SPHAN/FNPM, 1980, p. 89 *apud* SIMÃO, 2001, p. 31-2).

Em 1934, foi criada a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, norteadas por uma perspectiva tradicionalista e patriótica. O Estado veio adentrar na questão patrimonial no ano de 1936 a partir de um anteprojeto elaborado por Mário de Andrade – atendendo um pedido de Gustavo de Capanema, então Ministro da Educação durante os anos de 1934 a 1945 – voltado para a criação de um instituto preservacionista e das diretrizes para a proteção do patrimônio artístico nacional. A Inspetoria dos Monumentos Nacionais teve atuação restrita e foi desativada em 1937, em consequência da criação do SPHAN.

O primeiro órgão federal dedicado à preservação, SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), foi então criado no dia 30 de novembro de 1937, através de Decreto-lei n. 25, fundamentado em um anteprojeto de Mário de Andrade. Logo no seu artigo

---

<sup>16</sup> Dr. Luiz Fernando Ribeiro Soutelo. Entrevista concedida ao autor, na cidade de Aracaju, em 30 de janeiro de 2004.

1º, o patrimônio histórico artístico nacional é definido como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação aos fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”<sup>17</sup>.

As recomendações da Carta de Atenas<sup>18</sup>, documento internacional datado de 1931 através do qual se privilegiou a proteção de monumentos de valor excepcional, parece ter exercido influência primordial na atuação do SPHAN, em especial na sua preocupação para com as obras do Barroco, nesse momento considerado a essência da brasilidade, assim como para a produção material dos colonizadores, como antigos fortes, engenhos e igrejas (FONSECA, 1997; RODRIGUES, 2000).

A preocupação inicial em preservar o patrimônio, durante esse período, esteve intrinsecamente “relacionada à perpetuidade dos objetos sagrados, essenciais à comunidade” (RODRIGUES, 2000, p. 26), por esse motivo a atenção do órgão federal voltou-se, principalmente, para a proteção de monumentos arquitetônicos, religiosos e civis, do período colonial. A crítica que se faz é a de que,

embora o anteprojeto do SPHAN, elaborado por Mário de Andrade em 1936, contemplasse uma definição abrangente de “obras de arte patrimonial”, a política de preservação do SPHAN (atualmente IPHAN) se inclinou predominantemente para a reestruturação arquitetônica, de cunho fachadista, de bens imóveis de pedra e cal, cujos monumentos expressariam uma versão oficial do patrimônio, compreendendo um conjunto normalmente relacionado à etnia branca [...]. (LEITE, 2001, p. 17).

<sup>17</sup> Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm>> acessado no dia 28 de out de 2001.

<sup>18</sup> O 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), ocorrido na capital da Grécia em outubro de 1931, resultou em um documento denominado “Carta de Atenas”. Nesse encontro marcado pelo advento da moderna arquitetura e a redefinição do perfil desse profissional, procurou-se atender aos princípios de salubridade e de justiça social, ficou, então, recomendado a “substituição de antigos conjuntos arquitetônicos e bairros por espaços planejados de tráfego, lazer e moradia”. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/atenas-31.htm>> acessado no dia 28 de out de 2001.

De fato, parece haver uma relação muito próxima entre um determinado grupo de intelectuais e o Estado durante o Estado Novo. Se, por um lado, os intelectuais atuavam como organizadores da cultura, e se propunham as funções de mediadores entre o Estado e a sociedade, a cultura e o povo, por outro, o SPHAN gozou uma determinada autonomia durante o período getulista interpretada, de certo modo, como um sinal do pouco interesse político que o serviço tinha para o governo federal (RODRIGUES, 2000). Havia, ainda, o interesse na formação de uma imagem de harmonia e de consonância de interesses entre o governo e os intelectuais, de extrema importância através da qual procurou-se evidenciar a percepção que o governo autoritário tinha na vantagem de acolher os intelectuais modernistas. Enfim, o SPHAN atuou como um órgão fundamental durante o período getulista, vindo contribuir de forma decisiva para ratificar uma imagem de coesão social em torno de um projeto nacional. Ele foi, de fato, segundo Fonseca (1997) e Rodrigues (2000), os braços do ministério de Capanema.

Para Rubino (2003), a postura política adotada por essa instituição, dirigida por Rodrigo Mello Franco de Andrade, teve forte influência de Gilberto Freyre, sobretudo a partir de sua aproximação com Lúcio Costa e, posteriormente, com as demais personalidades e intelectualidades do SPHAN, em uma orientação rumo ao abasileiramento através da estima da arquitetura colonial, sobretudo do século XVIII.

Nessa missão, Rodrigo contou com a colaboração de outros brasileiros ilustres, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade. Intelectual e homem de ação, Rodrigo concentrou seus esforços na proteção dos bens patrimoniais do país, redigindo uma legislação específica, preparando técnicos, realizando tombamentos, restaurações e revitalizações, que asseguraram a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro, bem como do acervo documental e etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Disponível em: < <http://www.iphan.gov.br/iphan/iphan.htm> > acessado em: 28 de out de 2001.



Na busca da construção de uma brasilidade, foi primordial a estima à arquitetura colonial, sobretudo do século XVIII, “contudo, não é uma chave que evidencie a vinculação entre a arquitetura colonial e a moderna; tampouco nos auxilia a interpretar a intervenção moderna no espaço urbano” (RUBINO, 2003, p. 272). Ela vem de uma perspectiva na qual a casa grande e a senzala representavam quase um fenômeno social total. Portanto, não era apenas uma questão de estilo, a casa colonial (reunindo a casa grande e a senzala) fundava-se em uma relação complementar no qual se englobava todo um sistema econômico, social, político (RUBINO, 2003).

## **2.5 A Questão Patrimonial em Sergipe**

A preocupação com a cultura e o patrimônio cultural em Sergipe, segundo Soutelo (2004), representa uma experiência quase que simultânea com a criação do SPHAN. A instituição federal surgiu em 1937 e em julho de 38 foi baixado um decreto-lei no qual transformava a cidade de São Cristóvão em cidade-monumento do Estado de Sergipe.

A própria lei, o próprio decreto, ele já estabelece que seria constituída uma comissão para deferir qual seria o sítio histórico mais antigo de São Cristóvão, ou seja, tentar traçar qual seria o contorno do centro histórico de São Cristóvão, o centro original. Que chegou a nomear, se não me engano, uma comissão Manuel de Carvalho Barroso, que era Secretário de Justiça Interior, Oto Altenesh, que é um construtor alguns dizem austríaco outros dizem alemão, e o professor José Calazans Brandão da Silva. Parece-me que essa comissão [...] nunca terminou de fazer este levantamento que era proposto. (SOUTELO, 2004).

Nesse momento, o patrimônio volta sua atenção para preservação dos monumentos de pedra e cal. Essa característica passa, então, a caracterizar a década de 60. Já no ano de 1959, o então Governador Luiz Garcia cria o Museu de Sergipe, hoje Museu Histórico de Sergipe, localizado no antigo palácio provincial, na cidade de São Cristóvão. No ano de 1967, ocorreu

a transcrição do tombamento estadual da cidade de São Cristóvão nos livros do IPHAN, durante o governo de Lourival Baptista. O seu tombamento federal, no entanto, só irá ocorrer em 1986. Outro fato bastante significativo ocorrido no ano de 1967, foi o surgimento do Conselho Estadual de Cultura, um órgão consultivo, normativo e deliberativo da Secretaria da Cultura. Esse órgão é responsável, a nível estadual, pelos estudos de processos de tombamentos “quer sejam originados na Secretaria, quer sejam originados por particulares ou pelo próprio Conselho, por um conselheiro qualquer” (SOUTELO, 2004). O Conselho é pela Câmara de Ciências e Patrimônio Histórico, esse é o órgão dentro do Conselho responsável por instruir os processos não só de tombamento como também de revogação de tombamentos. Todos esses processos passam obrigatoriamente pela Câmara de Ciências e Patrimônio Histórico antes de irem ao Plenário.

No plano nacional foi realizada no ano de 1970, na cidade de Brasília, uma reunião com os secretários de educação e cultura juntamente com especialistas no patrimônio, através da qual se estabelece a meta de que cada Estado faria uma legislação sobre o patrimônio e criaria um órgão para trabalhar na área. Em face deste compromisso, no dia 04 de abril de 1970, o então governador Lourival Baptista estabelece o Decreto-Lei nº 405. Surge, dessa forma, a primeira Lei sobre patrimônio histórico e artístico em Sergipe. Nesse momento, a Assembléia Legislativa encontrava-se fechada, por conta do regime militar, e o Decreto-Lei nº 405 cria o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico e Artístico, “cuja implementação a rigor só vai ocorrer no governo de João de Andrade Garcez, com o complemento material do governo de Lourival, quando assume o Departamento a professora Beatriz Góis Dantas, que é quem começa a fazer os primeiros levantamentos sobre o patrimônio de Sergipe, dos bens móveis e imóveis” (SOUTELO, 2004). Ainda no ano de 1970, através de uma proposta do conselheiro José Augusto Garcez, o Conselho Estadual de Cultura aprova o tombamento

de Laranjeiras como cidade monumento estadual, somente concretizado no decreto de 12 de março de 71, já no final do governo de João de Andrade Garcez.

Em 1972 vem a Sergipe, para proferir a aula inaugural da Universidade Federal, o então ministro Jarbas Passarinho.

Ele faz uma visita a Laranjeiras e São Cristóvão e, em Laranjeiras, pede ao governador Paulo Barreto que crie uma comissão para apresentar ao MEC um projeto de restauração de Laranjeiras. Este projeto, mais os projetos de outros Estados do Nordeste, vai fazer em 73 e 74 que o Governo Federal crie o Programa das Cidades Históricas do Nordeste com a sua utilização para fins turísticos. (SOUTELO, 2004).

O Programa de Cidades Históricas no Nordeste estabelecia que cada Estado deveria designar o órgão que coordenaria o programa a nível estadual. Em Sergipe, o governador Paulo Barreto, vai então designar a EMSETUR (Empresa Sergipana de Turismo S/A). “Enquanto existiu o Programa das Cidades Históricas a EMSETUR foi a responsável pelo programa” (SOUTELO, 2004). Portanto, o ano de 1972 ficou marcado pela criação da EMSETUR e do Festival de Arte de São Cristóvão. No ano seguinte (1973), é criado e instalado o Museu de Arte Sacra de Sergipe.

Entre os anos de 1973 e 74 ocorre a adesão de Sergipe ao Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com a sua utilização para fins turísticos. No plano nacional, a morte de Rodrigo de Mello Franco em 1969 encerra o período conhecido como pedra e cal. Inaugura-se nesse momento uma nova fase no conceito e nos debates patrimoniais, sobretudo porque este passa a ser visto como algo presente no cotidiano dos atores sociais. Em Sergipe, no ano de 1975, ocorre a extinção do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico e Artístico e a criação da assessoria de Assuntos Culturais da Secretaria da Educação e Cultura, e ainda a adesão de Sergipe ao Programa Nacional de Artesanato.

Em 1975, na passagem do governo Paulo Barreto para o governo de José Rollemberg Leite, Luiz Antônio assume a assessoria cultural da Secretaria de Educação e Cultura. É a partir daí, que ele trabalha em primeiro lugar a lei do patrimônio, trabalha a criação do Museu Afro-Brasileiro em Laranjeiras e a realização do encontro cultural de Laranjeiras voltado para os estudos da cultura popular. A lei surge nesse momento, então, Luiz Antônio é o pai da lei, ele é quem redige a lei. Ela foi discutida com o doutor Carlos Brito que era o Consultor Geral do Estado e encaminhada à assembléia. Lembro que o deputado Antonio Carlos Valadares foi o relator na assembléia, e o deputado Eliziário Sobral apresentou algumas emendas ao projeto que foi encaminhado pelo governador. A partir daí, é que se institucionaliza pela lei a legislação de patrimônio em Sergipe. A partir de então os tombamentos passam a ser feitos e as ações a partir da lei. (SOUTELO, 2004).

O ano de 1976 é bastante significativo para a cultura sergipana. Marcada pelo I Encontro Cultural de Laranjeiras, essa data celebra também a criação do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe, nessa mesma cidade. Em 28 de dezembro de 1976, o então governador do Estado, José Rollemberg Leite, sanciona a Lei nº 2.069<sup>20</sup>, que “*dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe e dá outras providências*”. De fato, uma lei restrita basicamente ao monumento de pedra e cal, em todos os seus mecanismos. Na Lei, é nítida a influência do sentido tradicional da fase heróica do SPHAN.

#### CAPÍTULO I - Do Patrimônio Histórico e Artístico

**Art. 1** - Ficam sob a proteção e vigilância do Poder Público Estadual, por intermédio da Secretaria da Educação e Cultura, os bens móveis e imóveis atuais ou futuros, existentes nos limites de seu território, cuja preservação seja de interesse público, desde que se enquadrem em um dos seguintes incisos:

I - Construções e obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativas de determinada época ou estilo;

II - Edifícios, monumentos, documentos e objetos intimamente vinculados a fato memorável da História local ou a pessoa de excepcional notoriedade;

III - Monumentos naturais, sítios e paisagens, inclusive os agenciados pela indústria humana, que possuam especial atrativo ou sirvam de "habitat" a espécimes interessantes da flora e da fauna local;

IV - Bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural;

V - Sítios arqueológicos.

Lei nº 2.069<sup>21</sup> de 28 de dezembro de 1976

<sup>20</sup> Nos anexos do trabalho consta a Lei nº 2.069 na íntegra.

<sup>21</sup> In: **Revista Sergipana de Cultura**, 1978.

Para Soutelo (2004), a Lei nº 2.069 embora esteja voltada para o patrimônio de pedra e cal, em todos os seus mecanismos, ela é fundamental para o Estado de Sergipe não só por possibilitar uma legislação própria, no sentido de proteger os seus bens patrimoniais, como também por direcionar as ações futuras.

De fato, a preocupação central da Lei nº 2.069 está no patrimônio de pedra e cal, no entanto, segundo Soutelo (2004) “quando Luiz Antônio passa a trabalhar a questão dos grupos folclóricos, do fazer folclórico no Encontro Cultural de Laranjeiras e a fazer publicações sobre a área, [...], ele está trabalhando a cultura imaterial”. É importante perceber que mesmo a partir de 1969, ou mais especificamente a partir da morte de Rodrigo de Mello, as questões com o patrimônio imaterial ficam apenas no plano discursivo. Conforme apontado por Fonseca (1997), o grupo hegemônico no SPHAN permanece com suas atenções voltadas para os monumentos de pedra e cal. A preocupação com o imaterial, no plano federal, só vai ser tomada quando Aloísio Magalhães chega à instituição em 1979.

Em Sergipe, durante o Governo de João Alves Filho (1990-1994), por meio de proposta da Fundação Estadual de Cultura, foi criada uma comissão pelo então Secretário Geral do Governo, doutor Dílson Meneses Barreto. O projeto foi terminado no final de 94, tramitou no Conselho de Cultura em 1995, e chegou na atual Secretaria de Governo em 96.

O resultado desse trabalho foi consolidado no Decreto n. 16.607, de 22 de julho de 1997, que regulamenta a Lei 2.069.

*A ‘exigência legal de prévia aprovação ou licença para execução e obras ou serviços, edifícios ou outros bens tombados’, e pela resolução nº. 001/97-CEC, de 05 de agosto de 1997 (homologada pelo decreto nº. 16.982, de 09 de dezembro de 1997), a qual ‘dispõe sobre a tramitação dos processos de tombamento’. (SOUTELO<sup>22</sup>, 2001).*

---

<sup>22</sup> **Os Serviços Públicos de Cultura:** a questão patrimonial. (2001). Texto não publicado. Palestra proferida pelo Doutor Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, então Diretor-Geral do Instituto do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e do Turismo, durante o I Fórum Estadual de Secretários Municipais de Cultura em Aracaju. Sergipe, 06 de novembro de 2001.

Na avaliação de Soutelo (2001), durante o I Fórum Estadual de Secretários Municipais de Cultura Aracaju, ocorrido em 06 de novembro de 2.001, esse projeto inova em alguns pontos quando:

- estabelece que, no caso de tombamento dos bens pertencentes aos municípios, depende o ato de prévia autorização da Assembléia Legislativa (art. 5º § 2º.);
- determina a realização pelo órgão competente (a outrora Secretaria da Educação e Cultural, hoje Secretaria de Estado da Cultura e do Turismo), juntamente com a Fundação Aperipê de Sergipe e outras emissoras de rádio e televisão, *respeitada a legislação pertinente* à radiodifusão, bem como junto aos estabelecimentos de ensino, uma sistemática campanha educativa com vistas a criar, no seio da comunidade e juventude, uma consciência pública sobre o valor e o significado do patrimônio histórico, artístico, etnográfico e paisagístico do Estado e sobre as necessidades de sua preservação. (SOUTELO, 2001).

O projeto é inovador em muitos aspectos. Ao trabalhar a questão

do imaterial, a legislação inova em alguns pontos, por exemplo: não é só o tombamento ela diz que, cada caso, cada tipo de bem ou a especificidade de cada bem, determinará a legislação que deve ser observada. Então, por exemplo, se for o falar sergipano é registrar, gravar e registrar, você não pode tomar o falar. Ela avança, criando uma coisa que não é só o tombamento, chamada declaração de relevante interesse cultural – ao invés de tomar eu posso fazer essas declarações – ela inova em algumas questões quando estabelece que o Estado é obrigado a participar em até 25% do custo da restauração de monumentos de pedra e cal e esse percentual deve ser prefixado na lei de diretrizes orçamentárias a cada ano pelo governo. [...] O Estado pode apenas aconselhar, e aí se diz, por exemplo, na própria legislação que os próprios municípios poderão estabelecer incentivos, que hoje já estão ultrapassados em função de que, a legislação atual de reforma tributária proíbe a concessão de incentivos fiscais a partir de agora, aliás não é nem a reforma tributária, é a lei de responsabilidade fiscal. A lei está parada e nunca foi encaminhada à Assembléia, acredito inclusive que esse projeto já precise ser reavaliado para não ficar obsoleto já de sua própria origem. (SOUTELO, 2004).

Em Sergipe, a década de 70 ficou marcada ainda pela criação do Sistema Estadual de

Arquivos e pela criação do Museu do Homem Sergipano, somente instalado em 1996, ambos datados do ano de 1978. No ano seguinte, em 1979, ocorre I Encontro Cultural de Estância e, ainda, a criação da Fundação Estadual de Cultura. Já no ano de 1980, é instalado o Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No ano de 1989 ocorre a instalação da 13ª Diretoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, extinta no ano seguinte, em 1990. Quatro anos mais tarde, 1994, é criada a 8ª Coordenadoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

### **Capítulo 3**

## **SÃO CRISTÓVÃO: UM PASSEIO, VÁRIAS NARRATIVAS**

O homem ao ocupar o espaço imprime marcas que testemunham um determinado tempo vivido. A questão da segurança constitui uma preocupação que o acompanha desde a sua pré-história. A passagem do Estado natural para o estado artificial<sup>23</sup> parece amenizar essa preocupação mas, mesmo com todos regulamentos que permeiam as relações humanas ela ainda parece persistir na modernidade.

O século XVI ficou marcado pelas grandes conquistas territoriais empreendidas pelo povo europeu. Nesse momento havia uma grande disputa que permeava a conquista do novo mundo, percebida aqui no nordeste, por exemplo, nas constantes invasões e guerras que os portugueses tiveram de enfrentar contra franceses e mais tarde versus holandeses. A preocupação em conquistar terras no novo mundo teria provocado um estado conflituoso e, como resposta, as cidades coloniais surgidas nesse período vão justamente ficar caracterizadas por essa preocupação, percebidas de forma latente nas experiências que permearam as escolhas dos respectivos sítios dessas cidades.

Os sítios, onde hoje se encontram as cidades coloniais, nem sempre equivalem aos sítios primitivos. As experiências conflituosas que caracterizaram esse período, aliada às constantes ameaças de invasões estrangeiras, fizeram com que essas cidades viessem a mudar a sua localização. Muitos deles, a exemplo de São Cristóvão, tiveram de ser mudados da sua

---

<sup>23</sup> A criação do Leviatã ou o estado artificial, ocorre segundo Tomas Hobbes, no momento em que os homens individualmente abrem mão de seus direitos, em um estado conflituoso, em prol da segurança. Ocorre dessa maneira a passagem do estado de guerra para um estado de relativa paz, regulamentado pelo Estado ou o Leviatã.



localização original. Essas mudanças quase sempre seguiam os seguintes passos: Primeiro, adentrar para o interior, o que permitiria de certo modo um distanciamento do litoral e uma provável diminuição do perigo de ser ameaçado por estrangeiros. Uma outra característica é a sua localização em uma acrópole, de modo a visualizar a aproximação de inimigos.

Segundo Lefebvre (1974), para entender a dinâmica do espaço é preciso reconhecer o jogo de ação mútua. O espaço pode, ao mesmo tempo, sugerir ou proibir algo, ser o efeito de ações passadas ou ainda permitir novas ações (ARANTES, 2000). A dinâmica espacial, por sua vez, formadora da paisagem que caracteriza cada rua, bairro ou cidade resulta das tensões cotidianas de seus moradores. Esses atores sociais estão a todo o momento não apenas desenvolvendo sociabilidades, mas também, reconhecendo e se identificando, ou não, com códigos simbólicos, típicos de cada comunidade e que, por vezes, atuam como delimitadores espaciais, formadores territoriais.

A cidade, segundo Lemos (2000), deve ser encarada como um artefato que pulsa em tecidos recriados. Ela é fundamental na relação patrimônio e espaço público, tomando o segundo elemento enquanto espaço de comunicabilidade social e de enunciação ideológica, entre os diferentes grupos sociais. Renato Ortiz chama a atenção para as negociações desenvolvidas nesses espaços, para ele, negociar é “delimitar simbolicamente um território, é levar em consideração a multiplicidade dos atores sociais” (ORTIZ, 2003, b, p. 88) em espaços onde são constituídas formas de vida contemporânea. Na cidade, portanto, há, ainda,

a dimensão política do espaço público e a forma de sociabilidade em geral, pois sabemos desde Max Weber que a vida social pauta-se pela escassez de bens materiais e simbólicos, o que gera permanente luta entre indivíduos e grupos sociais pelos sinais de distinção, pelos sinais das referências coletivas, ou seja, há uma luta constante na questão da apropriação seja pelos bens materiais, mas também pelos bens simbólicos. (VELOSO, 2001).

Para compreender a cidade pelos seus aspectos de comunicabilidade social e de enunciação ideológica, entendendo a multiplicidade de seus atores sociais, é fundamental conhecer a paisagem. Ela “é o conceito-chave para compreendermos a transformação espacial” (ZUKIN, 2000, p. 83). De natureza conflitante, por ela perpassa relações de poder. Neste sentido, geografia e antropologia comungam um ponto comum ao trabalhar as socioespacializações. O estudo da paisagem edificada pode ser bastante significativo a medida em que ela

[...] é, em grande parte, uma construção material, mas também simbólica das relações sociais e espaciais. A paisagem “coloca” homens e mulheres em relação com os grupos sociais e os recursos materiais [...]. A paisagem é uma poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade. Com frequência, o que observamos como paisagem – aquilo que é construído, escondido e que resiste – é uma paisagem do poder. (ZUKIN, 2000, p. 106).

A cidade de São Cristóvão conserva, em sua paisagem, características de sítio histórico, passíveis de um trabalho de prospecção em superfície. Suas ruas apresentam uma paisagem edificada ao longo de séculos e que permanecem até hoje, sobretudo por não ter sofrido nenhum processo de revitalização que viesse descaracterizá-lo, tal como parece ocorrer em algumas cidades históricas<sup>24</sup>, que se encontram incluídas nas agendas turísticas locais e internacionais. Esse processo de descaracterização das cidades históricas em nome do turismo, denominado *gentrification*, vem sendo amplamente estudado, debatido por autores como Featherstone (1999), Zukin (2000), Proença (2001).

As obras que compõem a paisagem partilham uma série de características representativas de um tempo específico e, mesmo que algumas delas encontrem-se hoje em

---

<sup>24</sup> A rigor toda cidade é histórica, pois possui uma história que lhe é específica, contudo o termo aqui empregado limita-se às cidades coloniais.

ruínas<sup>25</sup>, o seu apelo é dirigido à consciência histórica e para a memorialização do passado (ROJEK, 1993, *apud* FORTUNA<sup>26</sup>).

Essa consciência histórica e esse apelo à memorialização do passado encontrado nas narrativas de Walter Benjamin acerca da “Infância berlinense” serviram de inspiração para que Bolle (1984) sugerisse três tipos fundamentais de memórias que irão atuar junto à cultura, ao patrimônio e à preservação. A primeira é a *voluntária*, típica de uma era dominada pela redutibilidade técnica. Ela encontra-se muito mais apoiada no uso das diversas fontes tecnológicas, a exemplo do computador, do gravador, da fotografia etc., sendo muito poderosa devido à sua precisão. O segundo modelo é a memória *involuntária*, ela está muito mais centrada na experiência, pouco vale os recursos tecnológicos, a ênfase maior é dada à emoção em detrimento dos recursos meramente tecnológicos. Finalmente, um terceiro modelo denominado memória *afetiva* mais voltada para a memória involuntária, mas não se restringe a ela. Para Bolle (1984), Benjamin ao escrever a “Infância berlinense” parece lembrar com alegria da memória corporal e fisionômica. A memória, portanto é anterior à preservação. Ela está ligada a uma determinada percepção espacial, ao tempo e à distribuição dos objetos e/ou das obras arquitetônicas, nela encontra-se o lugar de histórias cotidianas, da sensibilidade e da formação das emoções.

Inspirado no *flâneur*, conceito elaborado por Walter Benjamin (1997), foi então desenvolvido um “incurso etnográfico”<sup>27</sup> despreocupado com o trajeto específico ou o tempo gasto para percorrê-lo. Em Hall (2003), o *flâneur* é identificado também como o vagabundo ou ainda, como aquele sujeito que transita com outro intuito diferentemente da multidão, atitude *blasé*.

---

<sup>25</sup> A exemplo das ruínas gregas, visitadas anualmente por milhões de turistas.

<sup>26</sup> “As cidades e as identidades: Narrativas, patrimônios e memórias”. Disponível em Cd-rom: [anpocs\rbc33\rbc33\\_08.htm](#).

<sup>27</sup> A expressão “passeio casual” estaria mais próxima de algo poético, algo que de fato venha a designar o “espírito” do trabalho de campo. Na realidade, foram necessárias várias incursões e diversas conversas com moradores, guias turísticos, arquitetos etc.

Embora as traduções para o *flâneur* quase sempre remetam a algo não intencional, levado por acaso, desenvolvido pelo vagabundo, essa visão parece remeter o ponto de vista da multidão, quase sempre levada pela preocupação da otimização temporal. O *flâneur* transita despreocupado com o tempo, levado pelas possibilidades de experimentar novas experiências. Em seu trajeto, busca de alguma forma o contato face a face, com diferentes pessoas, que lhe possibilitem diferentes narrativas, para assim poder compará-las e interpretá-las. A multidão, ao contrário, busca a informação, simples e objetiva, sua preocupação não está nas interpretações, mas em poder recebê-las de forma digerida. Enquanto o *flâneur* é acusado de vagabundo, por não estar preso ao tempo cronológico e, sim, a um tempo subjetivo, emocional, afetivo. A multidão, por sua vez, é vista pelo primeiro como algo incessível, indiferente aos diferentes estímulos, incapaz de se sensibilizar aos diferentes estímulos (VIANNA, 1999, HALL, 2003). Em uma análise, segundo Featherstone, “o *flâneur*, portanto, não é apenas aquele que perambula pela cidade, algo a ser estudado. A *flânerie* é um método de leitura de textos para ler os sinais e pistas da cidade” (2000, p. 188).

Durante esse incursus etnográfico pelas ruas do centro histórico da cidade de São Cristóvão, motivado, sobretudo pela possibilidade de experimentar a descoberta de alguma dimensão não conhecida, que remonte a um outro tempo e espaço, foram desenvolvidos trabalhos que remontam à memória voluntária, por meio de gravações de entrevista e relatos de seus moradores, além de informações que não ficaram registradas<sup>28</sup>, mas que serviram como depoimentos de seus moradores e contribuíram com pistas sobre determinadas informações. Buscou, também, a memória involuntária por meio de relatos e histórias vivenciadas em outros tempos e contadas por alguns de seus moradores. Algumas dessas

---

<sup>28</sup> Algumas pessoas até conversavam, relatavam fatos de suas infâncias mas não permitiram gravar suas falas. Muitos justificavam que se tratava de histórias pessoais e não seria interessante colocá-las à exposição, contudo ao se deparar com fotos antigas surgiram, de fato, vários relatos das brincadeiras de infância, geralmente soldado e ladrão, manja etc., além da história de um tombo em uma calçada alta (chegando inclusive a mostra a cicatriz na perna por conta desse tombo de infância).

narrativas foram fundamentais para a compreensão de elementos materiais encontrados na paisagem edificada.

### **3.1 A Cidade em dois Tempos: habitual e ritual.**

Após ter mudado o sítio primitivo de sua localização por duas vezes, prática muito comum nas cidades coloniais portuguesas, segundo Omegna (1971), São Cristóvão finalmente encontra a sua localização definitiva. Situada “nos tabuleiros formados pelos clásticos do Grupo Barreiras, [...]. São as formas mais elevadas da paisagem, atingindo 70, 80 e até 90 metros” (AZEVEDO, P., 1980 a, p. 27), a cidade de São Cristóvão seguiu os parâmetros de ocupação espacial da época. A preocupação com a segurança frente às constantes ameaças de invasão inimigas, pode ser percebida em sua localização, concebida no alto e afastada do litoral. Ao adentrar para o interior procurou-se não só dificultar a chegada de inimigos, mas também, facilitar a sua visualização.

Para que fosse realizada a incursão etnográfica pensou-se em comparar os diferentes usos dos espaços públicos, tomando-se como parâmetros os seguintes tempos: Habitual ou o tempo ordinário e o ritual ou o extraordinário. O primeiro, compreende o cotidiano de seus moradores e a relação desses com os espaços, nele encontra-se a monotonia do trabalho (ELIADE, 2001). No tempo ritual ou o “tempo festivo”, compreendendo o tempo das procissões, de lazer e dos espetáculos, seguindo uma orientação fornecida por autores como DaMatta (2001) e Rocha, (2003), procurou-se evidenciar as festas segundo os tipos sagrados, profanos e cívicos. Contudo, mesmo no tempo sagrado foi possível perceber dois tipos de atores sociais: o homem religioso e o homem não-religioso. Para o segundo elemento, sendo inacessível o tempo litúrgico, o tempo sagrado, regido pelas proibições de jogos de azar, consumo de bebidas alcoólicas etc, é transformado em “tempo festivo” (ELIADE, 2001).

Neste trabalho, de incursão etnográfica, foi preciso “ter um lugar de onde partir, para começar a ler o contexto” (SOJA, 1993, p. 269). Foi então escolhida a Igreja Nossa Senhora Vitória, ou como é conhecida, a Igreja Matriz, por representar o marco zero da cidade de São Cristóvão. Ela corresponde também ao “centro simbólico”, esse por sua vez, equivale “ao lugar ou aos lugares que condensam de uma maneira intensa uma carga valorizante, em função da qual se organiza de forma significativa o espaço urbano” (CASTELLS, 1983, p. 318).

As construções do século XVII, como por exemplo, a Igreja de Nossa Senhora da Vitória ou Igreja Matriz, a Santa Casa de Misericórdia e o Convento Franciscano, geralmente podem ser entendidas a partir de um duplo aspecto. Por um lado, as construções religiosas marcadas pelas normas do conceptismo, do cultismo e do preciosismo, característico do barroco, onde estão presentes o gosto pela retórica pomposa e rebuscada, encontrada nas artes plásticas, com temas tipicamente religiosos (LOPEZ, 1994). Por outro, as casas, habitações particulares, ficaram marcadas pela simplicidade rústica e pela pobreza dos interiores, são construções geralmente térreas e com móveis, simples e escassos (AZEVEDO, P., 1996).

A Igreja Matriz foi edificada por ordem dos Felipe da Espanha, para ser Sede Episcopal, em período marcado pela União Ibérica. Para tal, foram colocadas armas na portada do templo, na qual permaneceram até o século XIX, próximo à Independência do Brasil (VILELA; SILVA, 1989). A sua construção efetivamente só vai ocorrer entre os anos de 1608 a 1616, por ordem do Bispo da Bahia D. Constantino Barradas.

Caracterizada pela presença de traços ao estilo barroco, a Igreja da Matriz representa, conforme idéia de Castells (1983), o “centro simbólico”, ponto de partida para a configuração da paisagem edificada na cidade de São Cristóvão. Caracterizada como a única igreja simétrica da cidade, sua localização segue como eixo principal o sentido Leste-Oeste, e

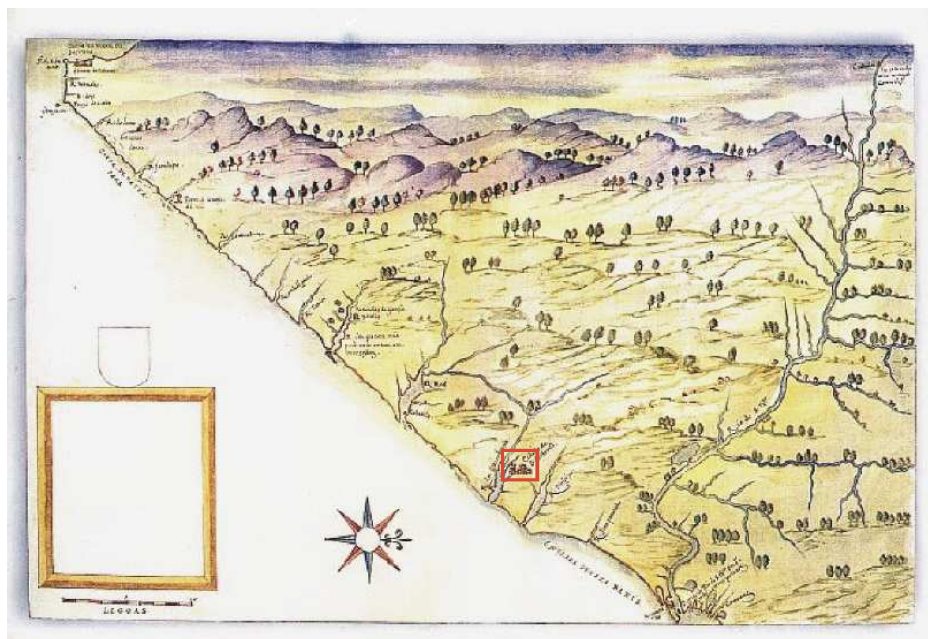
apresenta sua fachada voltada para o nascente. Do seu lado esquerdo<sup>29</sup>, apresenta-se a casa paroquial, com número 342, datada de 1846. Os rios da área seguem a direção Noroeste – Sudeste (NW-SE), isto porque são formados por pequenos segmentos que compõem as ramificações menores. Destacam-se duas bacias fluviais: do rio Sergipe, ao norte da área, e do Vaza Barris, ao sul (AZEVEDO, P., 1980 a).

Em 1616 os moradores da cidade de São Cristóvão celebraram o dia de sua padroeira, Nossa Senhora da Vitória. Embora a Igreja Matriz não estivesse totalmente concluída, já oferecia condições para o culto público. Durante as invasões holandesas muitos monumentos foram incendiados, sobretudo no momento de sua expulsão. Entre essas edificações estava a Igreja Matriz. Por conta desses agravos, ocorridos, sobretudo no momento das invasões holandesas, entre os anos de 1637 e 1645, no final do século XVII a Igreja Matriz encontrava-se em condições altamente precárias. Os moradores da cidade de São Cristóvão, desprovidos de recursos materiais decidiram apelar para o rei português para que fossem realizados os serviços de restauração. Esta solicitação só veio a ser atendida somente nove anos depois, após grande parte da igreja ter sido reconstruída com esforço, empenho e recursos dos próprios moradores locais (AZEVEDO, P., 1980 a, VILELA; SILVA, 1989, NUNES, 2000). Portanto, o auxílio real só foi consolidado em 1702, por meio de quatro mil cruzados, conseguido através dos dízimos dos vinhos e aguardentes que há bem pouco havia tido seu valor aumentado.

---

<sup>29</sup> Sempre que houver menção “esquerdo” ou “direito”, será admitido como ponto de referência o observador visitante, localizado à sua frente.





Mapas 9.

Fonte: Os mapas do descobrimento<sup>30</sup>, 2000.

Os mapas do século XVII já apontam a formação de um núcleo edificado são cristovense, caracterizados, essencialmente, pela presença de construções religiosas.



Mapa 10.

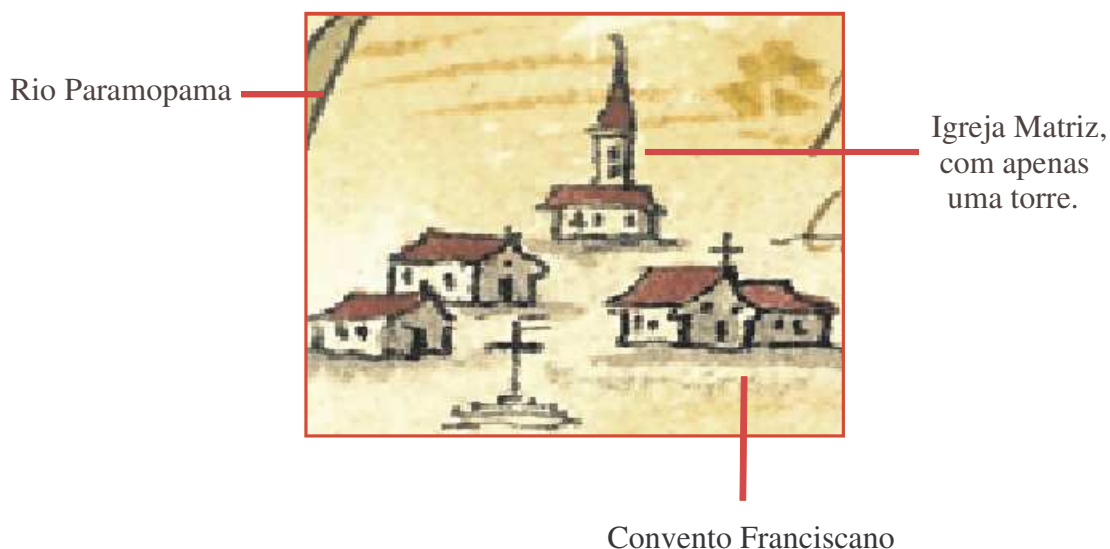
Fonte: REIS, Nestor Goulart, cd de **vilas e cidades coloniais**.<sup>31</sup>

<sup>30</sup> ALBERNAZ, João Teixeira. Carta da Costa que se estende da Baía de Todos os Santos até a Barra do Rio São Francisco (1631). In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Os mapas do descobrimento**. [s.l.]:Associação Serrana de Educação e Cultura; Centro Cultural Banco do Brasil, 2000. (Manuscrito aquarelado, n.23).

<sup>31</sup> A imagem acima está também no capítulo dois. Lá se procurou evidenciar a localização da cidade, aqui se procura destacar as construções existentes nessa.



O mapa 11 traz uma representação detalhada da imagem anterior



No detalhe, a cidade de São Cristóvão conforme mapa datado de 1631. Segundo a representação, é possível observar a presença de uma única torre sineira, contudo em sua configuração atual a Matriz apresenta duas torres sineiras. Há três portas centrais e, outras duas portas falsas em suas extremidades laterais, direita e esquerda respectivamente. Acima das portas falsas estão cravadas datas. À luz do observador visitante, a porta esquerda traz a data de 1845 e na porta da outra extremidade o ano de 1855. A história comumente contada pelos guias turísticos narra que o termino da construção da torre esquerda teria ocorrido no ano de 1845, e por conta de impostos que eram cobrados, somente dez anos após foi concluída a torre direita da matriz. Para Erundino Prado Junior, essa diferença se deu por outros motivos, sobretudo pela dificuldade no emprego de recursos e de mão-de-obra.

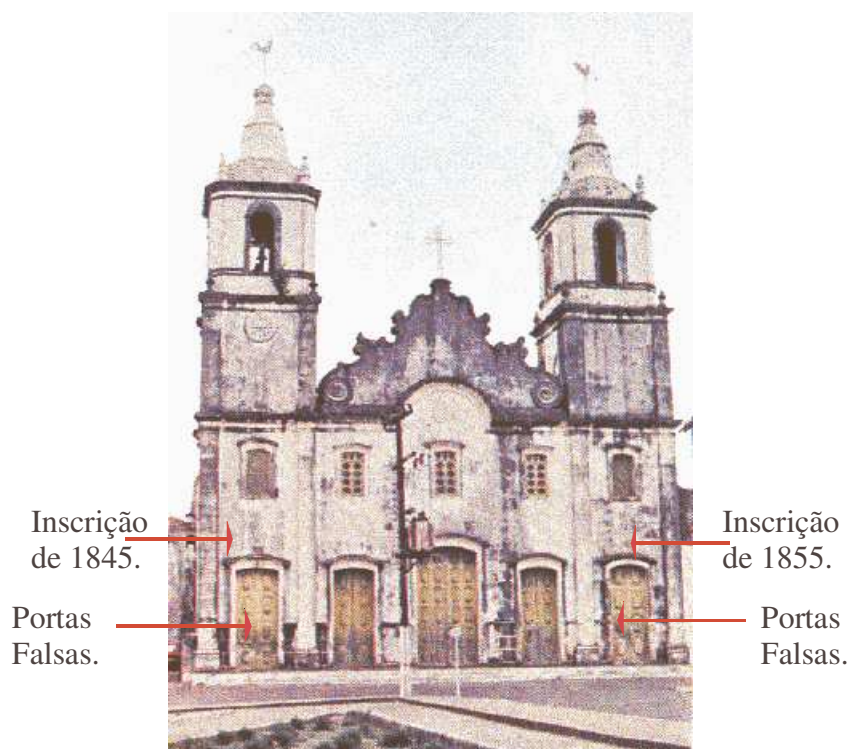


Foto 3.

Fonte: NASCIMENTO, 1991, p. 24.

A Igreja de Nossa Senhora da Vitória traz algumas características essenciais e que merecem destaque. Além de ser a mais antiga construção, encontra-se no ponto mais alto da cidade de São Cristóvão, e tem ao fundo o rio Paramopama. Esta descrição parece ser interessante e passível de conjecturas em vários aspectos. Primeiramente ela mostra a preocupação com a segurança, motivo principal para duas mudanças de sítio até ser consolidada no local atual, o local escolhido permite uma fácil visualização no caso de chegada de inimigos, ela sugere ainda que ao situar a Igreja de Nossa Senhora da Vitória no ponto mais alto da cidade, parece haver aí uma relação hierárquica, que caracterizou várias cidades coloniais.



Foto 4.  
Fonte: SÃO Cristóvão Del Rei, 1969, [s.p.].

A imagem acima parece dar evidências do posicionamento estratégico da Igreja Matriz. O centro histórico colonial vai ser estruturado de frente para sua fachada. Em suas costas, a preocupação primordial estava centrada na vigilância do Paramopama. Bem a sua frente, encontra-se a praça Getúlio Vargas, também conhecida como praça da Matriz.

Segundo Prado Junior (2004), durante o carnaval, uma festa tradicionalmente profana, ocorriam os desfiles de fantasias, fobicas, concursos de bicicletas e o baile da cidade na própria praça da Matriz. Nela, havia o coreto de madeira montado há mais ou menos meio metro de altura, onde a “*socialite* brincava e dançava, animada por uma charanga<sup>32</sup> formada por amigos e amantes da música” (PRADO JÚNIOR, 2004), que animava as pessoas ao som de antigas marchinhas de carnaval. Aqueles menos favorecidos socialmente dançavam e pulavam circundando o coreto. Paralelamente, ocorria o carnaval privado.

As pessoas mais ilustres da sociedade faziam também seus bailes de máscaras, nos solares dos próprios sobradinhos. Essas festas particulares, também conhecidas como saraus,

---

<sup>32</sup> Termo comumente empregado para as “bandinhas musicais”. Formadas essencialmente por instrumentos de sopro e de percussão elas saíam pelas ruas a tocar as marchinhas populares.

eram realizadas não só no carnaval, como também no período junino e nas celebrações de aniversários. Como era de costume as “sinhazinhas, senhoritas e damas da sociedade, a exemplo da mãe de Vera Prado, sua prima, durante essas ocasiões costumavam tocar pianos na parte superior dos sobrados” (PRADO JUNIOR, 2004). Hoje, durante o carnaval na cidade de São Cristóvão, algumas poucas pessoas saem acompanhando uma bandinha com instrumentos de percussão e de sopro, percorrendo as ruas da cidade, jogando pó branco entre eles e nas outras pessoas que encontram pelo caminho. Os foliões guiam uma carroça, contendo aguardente de cana por eles distribuída e consumida. Depois de percorrerem as ruas da cidade, os foliões continuam sua farra na praça São Francisco.



Foto 5.  
Desfile de um bloco de carnaval, na rua Erundino Prado, em  
São Cristóvão. Foto do autor, 2004.

A praça da Matriz é o espaço, por excelência, onde são desenvolvidas sociabilidades. Nela ocorria a anual festa carnavalesca e, ainda hoje acontece a procissão de Senhor dos Passos e os desfiles de sete de setembro, reunindo assim elementos profanos, religiosos e cívicos que se alternam constituindo o ciclo de rituais públicos entorno da praça da Matriz.

No tempo cotidiano, as pessoas costumavam se reunir em frente à Igreja da Matriz para as tradicionais brincadeiras de crianças, os flertes de jovens, que por ali passeavam etc.

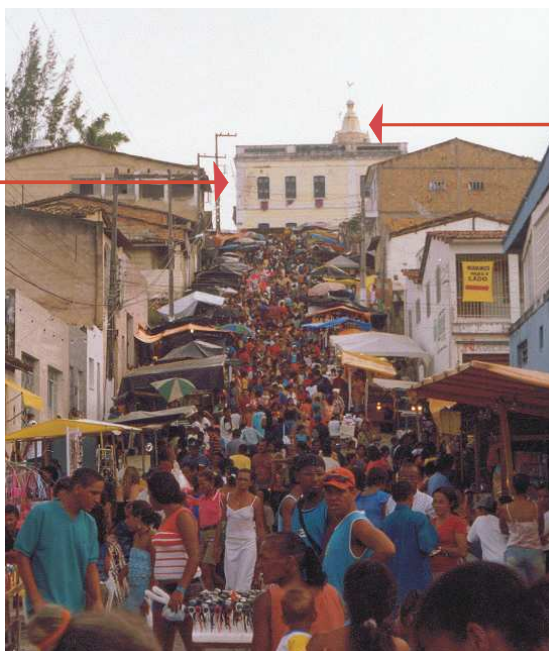


Foto 6.  
Igreja Matriz em uma foto do início do século XX.  
Fonte: SILVA, Clodomir, 1920, p. 281. Autor e data desconhecidos.

A imagem a seguir foi realizada na tarde de domingo da festa de Senhor dos Passos, 2004. Ela mostra a rua José do Prado Franco, vista de baixo para cima. Nela é possível visualizar o universo profano, através do comércio variado, em um momento festivo religioso.



Prédio da Prefeitura  
Municipal de São  
Cristóvão.



Alto da torre da Igreja Matriz.

Foto 7.

Universo profano da Procissão do Encontro. Na rua José do Prado Franco eram comercializados produtos, desde comidas típicas, bebidas até bijuterias, inclusive religiosas. Foto do autor, realizada durante a Procissão do Encontro, 2004.

Para aquele que observa da praça, portanto, em posição e sentido muito próximo das imagens a seguir, é possível observar da esquerda para a direita, um fragmento da torre da Matriz, ao lado a casa paroquial e, seguindo em um plano que não aparece nas imagens, o prédio da Prefeitura Municipal.

Foto 8.



Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente de São Cristóvão.

Foto 9.



Foto da coleção particular do Dr. Lauro Rocha.

Desfile cívico de 07 de setembro. Autores e datas desconhecidos.

Nas imagens anteriores, é possível perceber um desfile cívico de sete de setembro, passando em frente à igreja da Matriz, passando pela casa paroquial (na imagem à esquerda o prédio em segundo plano) e seguindo rumo à sede da Prefeitura Municipal.



Foto 10.

Antiga casa localizada em frente a Matriz. Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente do Município de São Cristóvão. Autor e data desconhecidos.



Foto 11.

Atual Superintendência Municipal de Transito e Transporte de São Cristóvão. Foto do autor, fevereiro de 2004.

Logo à frente da igreja Matriz, encontrava-se um antigo sobrado. Atualmente, nesse mesmo espaço, funciona a Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte de São Cristóvão. A atual configuração do prédio demonstra traços de outro período histórico. Ele vai de encontro às descrições das características de como eram as casas coloniais, sem jardins, com suas fachadas rentes à rua, quase não deixando espaço para as calçadas. Na imagem colorida, que traz a paisagem em sua configuração atual, percebe-se características que vão de encontro àquelas atribuídas às casas coloniais.



Foto 12.

Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente de São Cristóvão. Autor e data desconhecidos.

No detalhe, circundada ao centro a representação da Igreja Matriz. Abaixo, à direita, o adro do Conjunto do Carmo. Seguindo no sentido oposto, na área circundada de vermelho, uma sequência de casa que leva ao antigo porto da cidade de São Cristóvão.

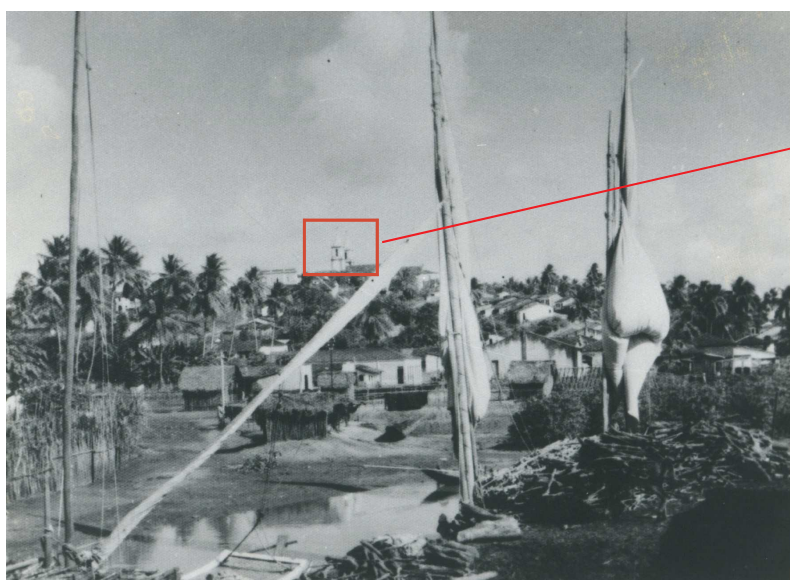


Foto 13.

Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente de São Cristóvão. Autor e data desconhecidos.



A imagem anterior traz uma vista do centro histórico da cidade. No detalhe, a Igreja Matriz e o rio acima, o Paramopama. Em destaque, circundado, o antigo porto por onde entravam os escravos.



No detalhe, as torres da Igreja Matriz.

Foto 14.

O antigo porto, do alto a cidade de São Cristóvão. Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente de São Cristóvão. Autor e data desconhecidos.

No alto da paisagem é possível visualizar as torres da Igreja Matriz. Ela representa muito mais que o centro simbólico. A sua localização estratégica permitia não só a visualização, por parte de quem estava no alto, da chegada de tropas inimigas, como também pode ser entendida como sinônimo de poder e de intimidação para todos aqueles que, por algum motivo, pretendiam penetrar pelo Paramopama.

Hoje, no referido local, funciona um terminal turístico ecológico, onde as pessoas embarcam para um passeio de catamarã, conforme apontado pelas imagens abaixo.



Foto 15



Foto 16

O antigo porto de São Cristóvão, atual Terminal Turístico Ecológico. Na imagem à esquerda, no detalhe, as torres da igreja Matriz. A outra imagem realizada em sentido contrário à primeira, traz no detalhe, o atual ponto de embarque para um passeio de catamarã. Fotos do autor, 2004.

Saindo do porto, subindo à cidade alta, encontra-se o Conjunto do Carmo, situado no antigo Largo do Carmo, atual Praça Senhor dos Passos. Com a chegada do grupo de religiosos conhecidos como Carmelitas Calçados, no ano de 1618, inicia-se a construção da Capela do Convento do Carmo, no ano de 1639.

O Conjunto engloba a antiga Igreja Conventual de Nossa Senhora do Carmo, conhecida Carmo Grande, onde hoje se encontra localizado o atual mosteiro de São Bento e a antiga Capela da Ordem III do Carmo. O Carmo Pequeno corresponde a atual Igreja de Senhor dos Passos. Há divergências no que se refere à data de seu término. As opiniões divergem entre as datas de 1666 e de 1745. Aqueles que alegam o término no ano de 1666 fundamentam-se, essencialmente, em informações cravadas no frontispício, com Galilé (SALVADOR, P., 1980 a).



Foto 17.  
Conjunto do Carmo. Fonte: SILVA, Clodomir, 1920, p.  
280. Autor e data desconhecidos.

A Igreja Conventual, atual Mosteiro de São Bento, foi edificada no século XVIII pelo Frei Antônio de Santa Eufrásia Barbosa. Trata-se de uma edificação ao estilo barroco, o frontão, rico em decoração, conta com pináculos nas extremidades e ostenta um escudo da Ordem Carmelita. A galilé recebeu grades de proteção em ferro, no ano de 1986. Segundo Carvalho “o Convento já existia nos fins do século XVII. Foi reedificado entre 1755 e 1763 por Frei José Ângelo Teixeira, inspirado no modelo franciscano” (1989). Em de 1847 o prédio da Igreja Conventual veio abrigar em uma de suas salas, o Liceu de São Cristóvão. Em 1922, século XX, o Convento passou por reformas proporcionadas pelas irmãs Clarissas Concepcionistas, vindo a funcionar o Colégio Imaculada Conceição. Dois anos após, em 1924, foi fundado o Noviciado. E, finalmente, em 1983 a Igreja Conventual veio servir ao Mosteiro das Irmãs Beneditinas.

Encontra-se hospedada no interior de suas instalações a imagem de Senhor dos Passos, encontrada por pescadores no rio Paramopama no ano de 1855. Dona Jaci, aos 88 anos, relata a seguinte história:

Quando eu era menina, eu tenho uma tia muito antiga, que assistiu a mudança da capital. Ela dizia que o Senhor dos Passos, os pescadores encontraram aí no mar [entenda-se mar, enquanto rio Paramopama]. Os

pescadores vieram acompanhando aquele caixão enorme. As pessoas então se perguntavam, o que será, para onde vai? Quando chegou aqui pertinho, do Carmo Grande, lá na maré, o caixão parou. Quando parou, os pescadores colocaram em terra, abriram e era a imagem de Senhor dos Passos. Então, levaram para aquela igreja [entenda-se a Igreja do Carmo] que era a mais próxima e ficou lá até hoje. O povo antigo conta isso. (JACI FERNANDES Dantas<sup>33</sup>, 2004).

Originalmente, havia apenas a cabeça de Senhor dos Passos. Logo após, foi feita uma armação em madeira, e imagem coberta com uma roupa, dando a impressão de haver corpo, quando de fato não há. Ela apresenta, portanto, uma armação em madeira, coberta pela roupa, caracterizando aquilo comumente denominado de “imagem de roca”.

No interior da Igreja do Carmo, mais precisamente em seu teto, são encontradas várias pinturas. Elas são dedicadas a Santa Tereza D’Ávila e cada um desses painéis representa um sonho da Santa. Em outro ambiente, ainda no Carmo, encontra-se no conjunto do Carmo o museu dos ex-votos<sup>34</sup>, dedicado ao Senhor dos Passos. Ainda, a título de curiosidade, segundo o guia turístico, Kleber Luiz de Almeida<sup>35</sup> (2004), irmã Dulce teria começado sua jornada naquele convento, por volta de 1833.

Uma festa muito tradicional na cidade é a procissão de Senhor dos Passos. Ela ocorre quinze dias após a sexta-feira que antecede o carnaval e atrai dezenas de caravanas com peregrinos do Estado de Sergipe e de outros Estados. “A festa de Senhor dos Passos ocorre anualmente dentro do período de Quaresma, que por sua natureza já é um período de penitência” Prado Junior (2004). E, embora todas as igrejas tenham suas penitências, mas a concentração maior está na igreja que dá nome à festa, Igreja do Senhor dos Passos, anexo ao conjunto do Carmo.

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida no dia 14 de fevereiro de 2004.

<sup>34</sup> No museu dos ex-votos encontram-se fragmentos de pernas, braços, mãos etc, geralmente em madeira, deixadas por pessoas que fizeram algum tipo de promessa ao Senhor dos Passos e acreditam ter alcançado a cura para aquele determinado problema.

<sup>35</sup> Entrevista concedida no dia 06 de fevereiro de 2004.

Situada na antiga rua das flores ou na rua do Amparo, como também é conhecida, encontra-se a Igreja Nossa Senhora do Amparo. Sua construção data do final do século XVII, e é creditada à Irmandade do Amparo dos Homens Pardos, instituída em 1690, e composta exclusivamente por homens. Esta Irmandade foi extinta em 1902 e, em 1907 a Igreja passou à administração do vigário da Cidade de São Cristóvão (AZEVEDO, P. 1980 a, VILELA; SILVA, 1989, NUNES, 2000).

Saliências na superfície  
a indicar sinais de  
“construções futuras”.



Foto 18.  
Igreja do Amparo. Foto Daniel Castro, 2002.





No detalhe, as saliências em superfície.

Foto 19.

Ao lado da igreja tem-se a rua do Amor, antigo Beco do Sabão. Nessas paredes as pessoas escrevem declarações, recados apaixonados etc., impossíveis de serem percebidas, nesta foto, por conta da nova pintura (conforme demonstra a comparação entre as imagens das fotos 18 e 19, respectivamente). Foto do autor, 2004.

Na igreja de Nossa Senhora do Amparo é possível observar pedras salientes em sua lateral esquerda. Muitas histórias surgiram entre os populares para justificar aquelas pedras, algumas inclusive muito curiosas ou no mínimo exóticas. Um primeiro relato, contado pelo guia turístico Kleber Luiz de Almeida (2004), que parece contraditório, e segundo o próprio, sem muita credibilidade, relata que os escravos escalavam aquelas pedras nos dias de missa para tocar os sinos. A contradição está justamente no fato das saliências estarem localizadas no outro extremo da torre. A segunda explicação, ao que parece mais lógica, relata que as torres, devido às dificuldades para sua construção, demoravam muito tempo para serem erguidas e, nesse caso, a mudança da capital teria provocado um abandono, sobretudo dos poderes públicos, deixando em evidência aquilo que provavelmente viria a se tornar uma outra torre. Curiosamente essas saliências aparecem também no Palácio Provincial e possuem a mesma justificativa. Há, no entanto, uma terceira explicação narrada por Erundino Prado Junior. Segundo ele, ali se trata de um prolongamento no qual ia ser construída a residência da irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pardos. Esse relato também é curioso e intrigante, pois, curiosamente as residências paroquiais, a exemplo da Igreja da Matriz, em São Cristóvão e tantas outras, parecem respeitar um certo distanciamento físico, espacial, com

relação à igreja a qual ela está ligada. Se de fato essa possibilidade fosse aceita não haveria esse distanciamento entre igreja e residência paroquial.

Prado Junior conta que “depois do carnaval, já na quarta-feira de cinzas toda a sociedade se trancava em suas casas. As imagens sacras da cidade eram todas cobertas com tecido roxo, indicando sinal de penitência” (2004). Este gesto simbólico equivale a afirmar que a cidade está morta para o mundo durante os quarenta dias da quaresma, período que se estende da quarta-feira de cinzas até a sexta-feira da paixão quando é celebrada a morte de Jesus Cristo.

Durante os quarenta dias há uma mortificação do luxo e das vaidades. Esse é um período eminentemente de penitência, regulamentado por determinadas proibições nas atividades estéticas, tais como, pintar as unhas, fazer maquiagens e depilações. Durante o período quaresmal haviam determinadas restrições também na esfera privada. Os pratos só poderiam ser lavados até as quinze horas, segundo relato de Prado Junior (2004), seria uma ofensa trabalhar na hora em que Jesus Cristo teria morrido. A casa só poderia ser varrida até as dezoito horas, e assim por diante.

Durante o dia, conforme os depoimentos dos carmelitas locais, extraindo-se os preparativos, tais como instalação do som, palanque etc., parece ser um dia normal, comum, como qualquer outro. Durante o final da tarde pode-se perceber a gradativa chegada de peregrinos, em caravanas, nos ônibus que fazem o percurso a São Cristóvão e em outros fretados, assim como nos carros particulares. Às dezenove horas, com as pessoas devidamente concentradas na praça do Carmo, dá-se início a celebração da missa. Uma celebração com as músicas tradicionais cantadas no catolicismo, talvez para facilitar que as pessoas possam acompanhar esses cânticos.

Por volta das vinte horas e trinta e cinco minutos, inicia-se um pequeno espetáculo pirotécnico, anunciando o fim da celebração eucarística e a passagem ao próximo momento –

ato – a procissão luminosa, ou como é denominada Procissão das Velas. Nesse momento “as pessoas saem com as velas acesas acompanhando o Senhor dos Passos, até a matriz, em uma procissão de penitência muito bonita” (DANTAS, C. 2004). No sábado à noite, a Procissão das luzes saiu do largo do Carmo, pela rua Pereira Lobo, até o cruzamento entre a antiga cadeia e o sobrado de balcão corrido, situado à rua Ivo do Prado, daí ela segue até a Igreja Matriz. O trajeto, apesar de relativamente pequeno – aproximadamente quinhentos metros – foi percorrido com muita emoção e sentimento no semblante dos fiéis, que levaram algo em torno de uma hora para a imagem chegar ao seu destino. Mesmo quando lá estava, ainda havia pessoas que sequer havia deixado o largo do Carmo, tamanho era a aglomeração de pessoas.



Foto 20.

Avenida Ivo do Prado, ao fundo Antiga Casa da Misericórdia. Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente do Município de São Cristóvão. Autor e data desconhecidos.



Foto 21.

Imagem semelhante a do lado, realizada recentemente. Foto do autor, 2004.

As imagens acima mostram, no canto esquerdo, a parede lateral do Colégio Estadual Deputado Elízio Carmelo, prédio onde funcionava a antiga cadeia de São Cristóvão. Elas foram realizadas em período habitual ou cotidiano. Nelas é possível perceber o vazio social, a ausência de um número expressivo de pessoas.





Foto 22.  
Procissão do Encontro. Foto da coleção particular do Dr. Lauro Rocha. Autor e ano desconhecidos.



Foto 23.  
Foto do autor, Procissão do Encontro, 2004.

Algumas pessoas transitando na avenida Ivo do Prado, seguindo em direção à praça São Francisco. Lá, já existe uma concentração de pessoas reunidas na Procissão de Encontro. A fotografia foi realizada entre o cruzamento das ruas Pereira Lobo e Ivo do Prado, e tem como referência o Colégio Estadual Deputado Elízio Carmelo, prédio onde funcionou a antiga cadeia de São Cristóvão. Ao fundo da imagem, onde se encontra a multidão, é possível perceber um prédio branco, a Santa Casa de Misericórdia.



Foto24.  
Procissão do Encontro. Foto do autor, 2004.



No detalhe, a faixa da imagem ao lado. Nela é possível perceber a relevância da Festa de Senhor dos Passos para os moradores da cidade de São Cristóvão, “A maior festa religiosa do Nordeste”.

As construções que marcaram a primeira metade do século XIX possuem predominantemente um caráter laico. Esse traço sugere novos tempos na sociedade brasileira, marcado pelo rompimento entre Estado e Igreja, efetivamente consolidado com a Proclamação da República, no final do século. Multiplicam-se as construções privadas localizadas entre os limites da Igreja Matriz, o conjunto do Carmo, o conjunto Franciscano e a Igreja do Rosário. Os espaços das edificações são visivelmente reduzidos, margeando as calçadas, com a predominante ausência de árvores, talvez por conta da nova mentalidade urbana, que começava atuar com maior intensidade na sociedade ocidental capitalista e que pretendia romper com o passado rural.

Uma importante obra, não religiosa, ainda hoje conservada que data do século XVIII é o sobrado de balcão corrido, guarnecido por madeira esculpida com decoração em volutas, sendo uma antiga residência construída com forte influência moura, localizada na praça Getúlio Vargas, número 40. Trata-se de um espaço ímpar, pois por ali passavam quase todas as manifestações religiosas e em determinada sociedade onde o Estado encontra-se aliado à Igreja, este parece ser um espaço privilegiado, de acesso a poucos.



Foto 25.  
Coleção particular do Dr. Lauro Rocha. Autor  
e ano desconhecidos.

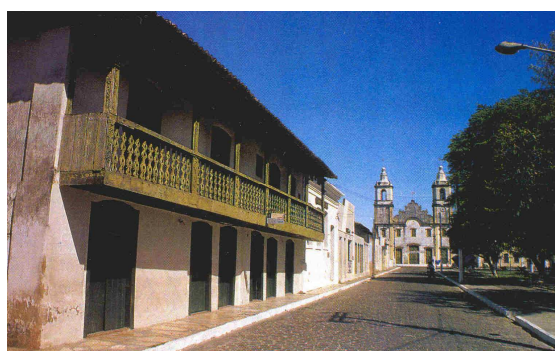


Foto 26.  
Fonte: Nordeste Turístico – postal (4601 –a-47).  
Foto de Edson C. Delgado. [s.d.].

Em 1981 o sobrado passou por um período de restauração e, foi inaugurado como Centro de Restauração e Centro Artesanal, pela Empresa Sergipana de Turismo – Emsetur. Atualmente (2004), funciona em suas instalações o restaurante Solar Parati.

Outra construção bastante significativa que constitui a paisagem da praça da matriz é o antigo prédio da cadeia. Em estilo colonial, teve início na primeira metade do século XIX, cujas obras prosseguiram por vários anos. Em 1981, foi restaurado pela Empresa Sergipana de Turismo (Emsetur) para funcionar como centro de artes. Atualmente o prédio abriga uma instituição de ensino médio denominado Colégio Estadual Deputado Elízio Carmelo.



Foto 27.

Antiga cadeia de São Cristóvão, localizada à praça da matriz. Atual colégio Estadual Deputado Elízio Carmelo. Foto do autor, durante a Procissão do Encontro, 2004.

As construções desse período ficaram marcadas pelas profundas mudanças que ocorreram nos cenários nacional e local. Em 08 de julho de 1820, Sergipe livrou-se da submissão baiana, através do decreto de D. João VI, o qual dizia assim:

Convindo muito ao bom regime deste Reino do Brasil e à prosperidade a que me proponho elevá-lo, que a Capitania de Sergipe d'EI-Rei tenha um govêrno independente do da Capitania da Bahia: hei por bem isentá-la absolutamente da sujeição em que até agora tem estado do govêrno da Bahia, declarando-a independente totalmente para que os governadores dela a governem na forma praticada nas demais capitanias independentes (SÃO Cristóvão Del Rei, 1969, [s.p.]).

Esse período ficou marcado não só pela Independência de Sergipe, como também pelas gradativas alterações percebidas nas construções desse período. Elas ficaram caracterizadas, principalmente pelo caráter laico. A paisagem sãocristovense, por sua vez, passou a ser constituída por edifícios menores que os dos séculos anteriores, representando talvez as primeiras tentativas voltadas para a modernidade, com características mais urbanas em detrimento do estilo agrário, feudal e, acima de tudo, religioso que predominou nos séculos XVII e XVIII.

As edificações do começo do século XIX avançavam sobre os limites laterais e sobre o alinhamento das ruas, essas se assemelhavam “pela simplicidade dos esquemas, com suas paredes grossas, suas alcovas e corredores, telhados elementares e balcões de ferro batido” (REIS FILHO, 1978, p. 34). Durante este século, a arquitetura brasileira assistiu à gradativa substituição do Barroco, que predominou durante quase todo o período colonial, cedendo espaço para o Neoclassicismo, sobretudo a partir da vinda da Missão Francesa ao Brasil, vindo a se tornar a arquitetura oficial durante o primeiro e segundo Império (REIS FILHO, 1978).

A praça São Francisco reúne em um mesmo espaço estilos arquitetônicos distintos. Elas se estendem desde aquelas que caracterizam o período colonial, a exemplo do Convento Franciscano e a antiga Santa Casa de Misericórdia, com predominância religiosa, até aquelas de caráter político, com o antigo Palácio Provincial. Esse é um espaço de sociabilidades, por excelência. Essas reúnem, a depender do tempo, celebrações sagradas ou festivas. A seqüência mostra três eventos que ocorrem regularmente na praça São Francisco: A celebração da Procissão do Encontro, o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) e a Seresta da Cidade de São Cristóvão.

Durante a Procissão do Encontro, encontra-se montado um palanque entre os prédios do Museu Histórico de Sergipe e do orfanato (antiga Santa Casa de Misericórdia). Nesse



momento Senhor dos Passos encontra com sua mãe, Nossa Senhora. Esse ato ficou então conhecido como Procissão do Encontro que, segundo relatos, trata-se de

uma procissão muito bonita, com as ruas cheias de gente, vindo inclusive, pessoas da cidade do Rio de Janeiro para essa festa. [...]. Eu tenho uma tia que assistiu a mudança da capital. Ela contava que teve um ano que o vigário não quis fazer a procissão, o sino tocou, e as portas da igreja se abriram todas sem ninguém dentro. Aí fizeram e nunca mais deixaram de fazer. (DANTAS, J.<sup>36</sup>, 2004).

As imagens a seguir fecham o ângulo inverso em sentido contrário. Foram realizadas entre os cruzamentos onde se encontram localizados o Museu Histórico de Sergipe, a antiga Assembléia e o orfanato. Nelas é possível perceber uma multidão reunida para a celebração do encontro.



Foto 28.

Imagem realizada durante a Procissão do Encontro. Fonte: Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente do Município de São Cristóvão. Autor e data desconhecidos.



Foto 29.

Imagem realizada durante a Procissão do Encontro. Foto da coleção particular do Dr. Lauro Rocha. Autor e ano desconhecidos.

---

<sup>36</sup> Entrevista realizada em 14 de fevereiro de 2004.



Foto 30.

Imagem realizada durante a Procissão do Encontro. Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores percorrem trajetos diferentes até a Praça São Francisco, onde acontece o encontro às 16 horas. Foto do autor, 2004.

Ainda hoje, em 2004, há um número expressivo de fiéis que se deslocam de vários municípios e até de outros Estados para acompanhar a festa de Senhor dos Passos. Nessa procissão, Jesus e Maria percorrem caminhos diferentes, as ruas da cidade ficam estreitas para a multidão que está a acompanhar.

A sequência de imagens traz uma idéia do trajeto e da concentração das pessoas na Procissão de Encontro de Senhor dos Passos<sup>37</sup>. O prédio branco, à esquerda, é a Santa Casa de Misericórdia, ao centro o prédio da antiga Assembléia Provincial e do lado direito da imagem o antigo Palácio Provincial.

---

<sup>37</sup> Na coleta de dados iconográficos, apareceu uma sequência de fotos que nitidamente representavam um mesmo rito. Infelizmente não há registro de quem possa ter feito essas imagens. Segundo informações dos proprietários das fotos, de Erundino Prado Junior e pela própria representação simbólica, é possível afirmar que se trata de uma celebração religiosa, denominada Procissão de Encontro.



Foto 31.

Imagem da praça São Francisco em tempo comum, ordinário. Autor e ano desconhecidos. Fonte: SÃO Cristóvão Del Rei, 1969, [s.p.].



Foto 32.

Imagem da praça São Francisco realizada durante a Procissão do Encontro. Foto da coleção particular do Dr. Lauro Rocha. Autor e ano desconhecidos.



Foto 33.

Imagem da praça São Francisco realizada durante a Procissão do Encontro. Foto do autor, 2004 .

Apesar dos caminhos que as sociedades parecem trilhar, rumo a uma crescente secularização, é nos rituais sagrados que é possível perceber a força simbólica de um bem apropriado pela comunidade. Isso só parece acontecer porque, antes de tudo, há uma identificação entre esse bem e os atores sociais, que de fato praticam a ação, bastante nítida nos sentimentos e emoções daquelas pessoas.



A Santa Casa de Misericórdia representa um marco de todo e qualquer pólo de colonização lusa<sup>38</sup>. Em Sergipe Del Rei, a iniciativa partiu de autoridades administrativas e colonos, aglomerando homens, como Belchior Dias Moreyra (FREIRE, 1977), que haviam combatido na expedição de Cristóvão de Barros (SILVA FILHO, 2000). Ela data do período entre 1607 e 1622<sup>39</sup>, não se sabe ao certo se a decisão emanou do governo da Bahia, contudo, é sabido que as doações de terra para sua construção partiram de oficiais e moradores da nova capitania. Dentre os benfeitores da instituição nesse período, figura Belchior Dias Moreyra e seu filho, Rubélio Dias Moreyra, além do capitão-mor Antonio Pinheiro de Carvalho e o provedor Cosme Barbosa e Balthazar Barbunda (NUNES, 1996).



Foto 34.  
Imagem da antiga Santa Casa de Misericórdia. Foto da coleção particular do Dr. Lauro Rocha. Autor e ano desconhecidos.



Foto 35.  
Atual Lar Imaculada Conceição. Foto: Daniel Castro. 2002

Ela funcionava não só como capela, mas também como hospital de caridade. A Capela, datada da primeira metade do século XVII, foi construída ao estilo Barroco. Sua torre sineira liga-se à ala do antigo hospital com grande equilíbrio e riqueza de estilo. A instituição

<sup>38</sup> BOXER, Charles. R. O Império colonial português. tradução Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições, 1977. p. 263. (apud SILVA FILHO, 2000).

<sup>39</sup> ALMEIDA, Manoel Vasconcelos de Vida do primeiro apóstolo de Sergipe: Padre Gaspar Lourenço. RIHGS. Aracaju, v. XVI, n. 21, p. 150, 1952-54 (apud SILVA FILHO, 2000, [s.p.]).



chegou a desempenhar outras funções ao longo dos séculos, inclusive econômicas, promovendo o desenvolvimento social na cidade, seja emprestando dinheiro ou materiais para construção e/ou reforma de casas e estabelecimentos comerciais. Segundo Samarone (1997), ao longo do século, a Santa Casa de São Cristóvão é identificada com o seu Hospital São Mateus. Atualmente a Santa Casa abriga o Lar Imaculada Conceição (Orfanato feminino que abriga cerca de 100 crianças).

O período compreendido entre 1637 a 1645 ficou marcado por intensas lutas, por consequência, a economia da capitania esteve emperrada, gerando, desse modo, prejuízo na lavoura e no rebanho. São Cristóvão transformou-se em palco de intensas batalhas entre portugueses e flamengos, e o hospital de caridade participou ativamente, servindo às duas partes inimigas, socorrendo os feridos. Em 1645, após a expulsão dos holandeses do território sergipano, buscou-se a retomada do desenvolvimento urbano e econômico. Na capitania de Sergipe Del Rei reinava o desgoverno e a miséria da população, em uma sociedade marcada pela degeneração dos costumes (MOTT, 1986, p. 22-3).

Neste período, a Coroa Portuguesa já não recebia tutelas dos espanhóis desde 1640. Era preciso uma política administrativa nacional voltada para uma ampla reforma nos territórios coloniais, de modo a possibilitar o controle e a vigilância dos movimentos exaltados. No ano de 1642 aconteceu na metrópole a criação do Conselho Ultramarino. Na colônia, por sua vez, a capitania de Sergipe veio a se transformar em Ouvidora e mais adiante em Comarca da Bahia, no ano de 1695. Essa mudança retirou do governo baiano o poder de mando na administração de Sergipe; os capitães-mores, ouvidores e juizes lotados em Sergipe passaram então a ser nomeados em Lisboa (SILVA FILHO, 2000). A Santa Casa de São Cristóvão não se viu atingida por tais mudanças, pois a irmandade encontrava-se umbilicalmente ligada à economia da região. Contudo, no ano de 1695 a capela recebeu o

santíssimo sacramento da igreja matriz da paróquia de Nossa Senhora da Vitória por não oferecer condições de culto e segurança.

Como consequência da dívida registrada pelos foros de terras, contraída pelos carmelitas em 20 de maio de 1729, a partir dessa data, esses religiosos passaram a pagar juros do usufruto das terras e dos aluguéis de casas da Santa Casa. A desordem administrativa e do desvio de livros da irmandade permitiu à maioria de seus devedores uma possibilidade para sustar o pagamento de dívidas junto a Santa Casa de São Cristóvão.

Tolhida de seus privilégios, a Santa Casa dispunha das atividades econômicas e religiosas para sustentar o hospital de caridade. De um lado, os empréstimos a senhores de engenho e comerciantes; os alugueres de casas, dos salões do prédio ao governo provincial e ordens religiosas; os foros de terra empenhados a pequenos agricultores; do outro, as capelas de missa em refúgio das almas, as procissões encomendadas por outras irmandades, os cortejos fúnebres e a caridade alimentavam e socorriam os internatos. Em 1762 os irmãos pediram nova esmola ao rei de Portugal, a fim de “cumprir as obras de caridades, como em casos similares”<sup>40</sup>. Desta vez a negativa ecoaria nas portas do hospital que deixou de funcionar. (SILVA FILHO, 2000, p. 28).

A praça São Francisco além de concentrar um número expressivo de monumentos edificadas ao longo de séculos é um *locus* onde são desenvolvidas atividades sociais, ao longo do ano. A exemplo da Procissão do Encontro, ocorre ainda, semanalmente, toda a sexta-feira uma seresta durante a noite, e anualmente a Festival de Arte de São Cristóvão (FASC), realizado anualmente durante o mês de dezembro.

O FASC, foi realizado pela primeira vez em 1972, sob patrocínio da UFS, FUNART, Governo do Estado de Sergipe e da Prefeitura Municipal de São Cristóvão. Tradicionalmente, o festival realizado anualmente ocorria no mês de setembro, aos poucos ele começa a perder força e passa por um período instável, vindo a ocorrer nos meses de outubro, novembro e até

---

<sup>40</sup> NUNES, Maria Thétis. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existente no arquivo Histórico Ultramarino. São Cristóvão: PDPH, [s. d.]. p.39. (*apud* SILVA FILHO, 2000).

mesmo em dezembro. Na programação do evento consta das mais diversas áreas culturais e artísticas com apresentações de espetáculos, exposições, manifestações folclóricas, cursos e seminários de folclore, música, teatro, artesanato e literatura. A programação inclui desde artistas locais até aqueles de nome e projeção nacional. Pelo palco central, da figura a seguir, passaram nomes da música como Pepeu Gomes, Sivuca, Gilberto Gil, Guilherme Arantes etc.



Foto 36.

Palco do FASC e Convento Franciscano, ao fundo. Acervo fotográfico do Centro de Cultura e Arte, da Universidade Federal de Sergipe (CULTART/UFS). Autor desconhecido, imagem realizada na primeira metade da década de 80, século XX.



Foto 37.

Barco de fogo, tradição junina do Estado de Sergipe, na noite do FASC. Ao fundo, o Museu Histórico de Sergipe. Acervo fotográfico do Centro de Cultura e Arte, da Universidade Federal de Sergipe (CULTART/UFS). Autor desconhecido, imagem realizada na primeira metade da década de 80, século XX.

Ainda na praça São Francisco vem sendo realizada, aproximadamente desde o início de 2003, todas as sextas-feiras, espetáculos artísticos musicais. A seresta da cidade de São Cristóvão a cada quinze dias traz para o público uma atração nacional. Antes do show

propriamente, na praça São Francisco, as pessoas percorrem a cidade ao som de música executadas de modo acústico (sem nenhum equipamento eletrônico ligado), saindo da igreja matriz e indo à direção ao palco, propriamente dito.



Foto 38.

A imagem, ao lado, mostra as pessoas transitando pelas ruas indo a direção a praça São Francisco. Ao fundo, a Igreja Matriz e a casa paroquial, respectivamente. Disponível em < [http: www.infonet.com.br](http://www.infonet.com.br) > acessado em agosto de 2003.



Foto 39.

A imagem, ao lado, mostra as pessoas na praça São Francisco. Ao fundo, o convento de mesmo nome. Disponível em < [http: www.infonet.com.br](http://www.infonet.com.br) > acessado em agosto de 2003.

No sobrado ao lado do Museu Histórico de Sergipe, localizado à rua Erundino Prado, número 50, já funcionou a antiga assembléia de São Cristóvão. No seu interior uma realidade totalmente diferente da sua fachada, descuidada, com o piso em madeira tomado pelo cupim.





Foto 40.  
Antigo prédio da Assembléia, à sua  
direita o atual Museu Histórico de  
Sergipe. Foto: Daniel Castro, 2002.

Foto 41.  
Antigo prédio da Assembléia. Localizada  
a rua Erundino Prado, número 50. Fonte:  
NASCIMENTO, 1991, p. 46.



Foto 42.



Foto 43.

Piso no primeiro andar do sobrado, tomado pelo cupim, atualmente (abril de 2004) o prédio encontra-se à venda. Fotos do autor, 2004.

Na praça São Francisco, encontra-se “o Palácio [...] dos Presidentes de Província de São Cristóvão foi edificado em data desconhecida [com] vinte e dois metros de frente e igual

metragem ao fundo” (VILELA; SILVA, 1989, p. 42). Originalmente, pertencia ao Tenente Domingos Rodrigues Vieira de Melo, tendo sido comprado pelo valor de 4.358.323 mil réis, no ano de 1823, durante o governo do Brigadeiro Carlos César Burlamarque, que havia sido nomeado o primeiro governador da Capitania de Sergipe d'EI-Rei em 1820, somente veio a tomar posse no ano seguinte. A partir de então São Cristóvão, a vila mais importante de Sergipe, ficou sendo capital, contudo, só seria elevada a categoria de cidade através da carta de lei de 08 de abril de 1823, assinada por D. João VI. O sobrado tornou-se, então, a residência dos Presidentes de Província, e nos anos de 1825 e 1826, na gestão do Presidente Manuel Clementino Cavalcante de Albuquerque “foram introduzidos elementos de decoração neoclássica, estilo já consagrado no Brasil desde a vinda da Missão Francesa em 1816” (NASCIMENTO, 1991, p. 84). Mesmo sendo considerado “um dos melhores palácios presidenciais do País” (NASCIMENTO, 1991, p. 84), não resistiu ao duro golpe a que assistiu, a transferência da Capital e, a 14 de janeiro de 1865, uma década após esse histórico evento, o Palácio foi levado à arrematação, não havendo, no entanto, nenhuma oferta. No dia 17 de março de 1855 foi assinada a Resolução nº 413, transferindo a Capital da cidade de São Cristóvão para as praias do Aracaju. O antigo Palácio Imperial abriga hoje o Museu Histórico de Sergipe.



Foto 44.

Museu Histórico de Sergipe. Foto Daniel Castro, 2002.

Durante o século XIX, o Brasil assistiu a profundas mudanças que vieram modificar as relações sociais, até então existentes. O modelo de colonização português, devidamente adaptado ao clima tropical, conforme apontado por Gilberto Freyre, caracterizado pela associação entre Estado e Igreja, assentado em uma estrutura agrária, mesmo em suas tentativas de constituir vilas e posteriormente cidades, via-se nitidamente aquilo que oportunamente fora denominado, por Freyre, de rurbanos. Essas vilas fundadas inicialmente ao redor de uma igreja, quase sempre a matriz, localizada no alto, tanto pela questão da segurança como também por representar uma hierarquia, frente às demais igrejas de outras irmandades. Essa pequena aglomeração de casas ao redor das igrejas, quase sempre rentes às ruas, não deixando espaço para as calçadas dos passeios públicos, trazia em sua fachada traços urbanos, caracterizados pela ausência de jardins, aumentando significativamente a impressão de monotonia, causada pela não presença do verde. Para Reis Filho (1978), a

inexistência de jardins domésticos e públicos e de arborização das ruas, acentuava ainda mais a natural impressão de concentração, mesmo em núcleos de população reduzida.

A imagem anterior parece corroborar a idéia dos não calçamentos. Para Reis Filho (1978), até mesmo os Palácios desse período foram edificados como as residências comuns, sobre o alinhamento das vias públicas. A rua existia quase sempre como um traço de união entre o conjunto de prédios e por eles era definido espacialmente (REIS FILHO, 1978). A casa, por sua vez, era tida simbolicamente como o *locus* do domínio ético, da liberdade e da segurança, onde o indivíduo é reconhecido como pessoa, no âmbito familiar (DAMATTA, 2001; LEITE, 2003).

O Palácio está situado em frente ao Conjunto Franciscano, no qual se encontra localizado um dos mais belos conventos coloniais. Seu posicionamento não parece ter sido aleatório, mas pode trazer elementos característicos dos novos destinos que a sociedade parecia estar tomando, rumo à secularização.

Tanto Erundino Prado (2004) como o guia turístico Kleber Almeida (2004) afirmaram que o Palácio Provincial é uma obra inacabada, Prado inclusive vai mais longe e afirma que o projeto para o prédio seria o de ocupar todo o quarteirão. A evidência encontra-se na lateral do prédio, tal como na Igreja do Amparo, que também apresenta algumas saliências em superfície.



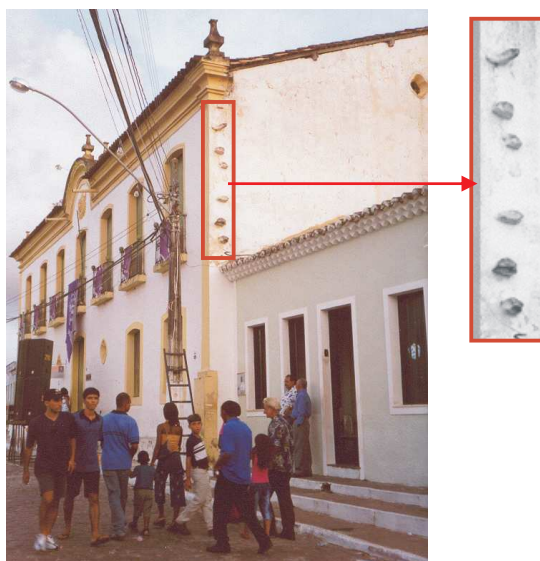


Foto 45.

Na imagem ao lado é possível perceber:

1. Saliências em superfície na lateral do Museu Histórico de Sergipe;
2. O Palácio edificado sobre o alinhamento das vias públicas, tal como a residência ao lado, obrigando o pedestre a transitar à margem das calçadas.

Foto do autor, durante a preparação para a Procissão do Encontro, 2004.

O Conjunto Franciscano teve sua construção decidida em 1657, época da chegada dos Franciscanos em São Cristóvão. O superior da Ordem era o Frei Luiz do Rosário, frade franciscano português. O conjunto só foi concluído na segunda metade do século XVIII, devido à pobreza da Ordem Franciscana e da sociedade da época. São do século XVIII, o frontão, sacristia, claustro e retábulos.



Foto 46.  
Convento Franciscano. Fonte: SILVA, Clodomir, 1920, p. 280. Autor e ano desconhecidos.



Foto 47.  
Convento Franciscano. Foto Daniel Castro, 2002.

O convento de São Francisco representa a segunda obra mais antiga edificada em São Cristóvão e certamente a mais monumental. “Em 26 de agosto 1657, os franciscanos resolveram aceitar o pedido dos moradores de São Cristóvão para fundar um convento

religioso a que se deu o título de Bom Jesus, foi enviado o Frei Luiz do Rosário, acompanhado de um irmão leigo” (VILELA; SIVA, 1989, p. 31). O terreno onde está localizado foi doado pelo Sargento-mor Bernardo Correa Leitão através de escritura emitida em 1659. O capital investido na construção foi conseguido através de esmolas recolhidas entre a população da cidade. No dia 29 de janeiro foi construída a Igrejinha e o recolhimento dos franciscanos. Somente após mais de trinta anos, a 12 de setembro de 1693, foi lançada a pedra fundamental para a construção do Convento, que tem uma arquitetura caracterizada pelas linhas retas e sóbrias. O conjunto só foi concluído na segunda metade do século XVIII devido à pobreza da Ordem Franciscana e da sociedade da época.

Paradoxalmente à pobreza franciscana, o seu conjunto arquitetônico é marcado por um monumentalismo sem igual em São Cristóvão, constituindo uma das mais belas obras arquitetônicas coloniais. Para Omegna “a Igreja grande, vistosa, marca o centro citadino, porque é ela quase que a única edificação de feitio e estilo realmente urbano” (1971, 23). Há ainda um outro aspecto relevante a ser aqui apontado que sugere, compreender o monumentalismo das igrejas, vicejando no coração de humildes vilas; ela representa a superação entre o urbano e o rural, a igreja colonial é ponto de concentração de todas as almas, encontra-se revestida pela aura sagrada, ela inspira respeito e confiança para a qual rumam os interesses, os zelos e as devoções. O conjunto franciscano representou muito mais que uma obra suntuosa. A partir de seu estabelecimento, foi possível definir, de modo mais significativo, o “eixo principal da composição urbana; a definição de um novo e amplo espaço aberto, que seria a Praça de São Francisco, em comunicação direta, por rua de pequena extensão, com a Praça da Matriz, estabelecendo o esquema lusitano de composição urbana por meio de múltiplas praças” (AZEVEDO, P., 1980 b, p. 42).



Foto 48.

Imagem realizada durante algum ritual público, não identificado. Fonte: SILVA, Clodomir, 1920, p. 283. Autor e ano desconhecidos.

Acima o Conjunto Franciscano em um determinado ritual. Outro detalhe que chama atenção é a enorme estrutura em frente ao monumento. Na realidade trata-se de um catavento, que, segundo narrativa do senhor Sóstenes Ramos Prado, havia uma engrenagem que ao rodar puxava água para os habitantes da cidade.

As transformações econômicas e sociais vivenciadas pela sociedade são cristovense entre os séculos XVII e XIX, na capitania de Sergipe Del Rey, foram marcadas de perto pela ação evangelizadora e ao mesmo tempo assistencialista dos franciscanos (SANTOS, Marcelo, 2001). Eles encontraram um terreno fértil para desenvolver suas atividades evangelizadoras e assistencialistas em meio a uma sociedade marcada pela degeneração dos costumes, bigamia, homossexualismo, blasfêmias e heresias, inclusive envolvendo padres (NUNES, 2000).

Por volta de 1630 a 1645 Sergipe Del Rey se viu invadida pelos holandeses. O período posterior à invasão holandesa ficou caracterizado pelos conflitos entre as autoridades baianas

e sergipanas. Como consequência, Sergipe consegue sua autonomia judiciária, sendo elevada à categoria de Comarca em 1696 (OLIVA, 1991). Com esta nova realidade, São Cristóvão passou a concentrar burocratas e religiosos inaugurando um novo período de prosperidade (SANTOS, Marcelo, 2001). É neste momento que tem início a reforma do Convento Franciscano, que até 1695 era de “taypa e pau-a-pique, com dez ou doze Religiosos [...]” (ALVES, 2001, p. 34)<sup>41</sup>, e a construção da Capela dos terceiros franciscanos.

Seguindo processo semelhante ao das suas congêneres nordestinas, a Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Assis da cidade de São Cristóvão funda em 1693, o Convento Bom Jesus. Contudo, as obras de edificação da sua igreja só foram concluídas na primeira metade do século XVIII (SANTOS, Marcelo, 2001, p. 34-5). Não há certeza sobre a data exata da construção da Capela da Ordem Terceira. Nunes e Soutelo embora utilizem a mesma fonte, única existente até o momento (JABOATAM), divergem nesta informação. A historiadora Thétis Nunes (1996), por exemplo, acredita que as obras se iniciaram em 1699 e terminaram em 1741. Por sua vez, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo (1996), aponta 1725 como sendo o ano de conclusão das obras, justificando a referida data a partir da inscrição localizada no lavabo da Ordem.

Ainda na praça São Francisco, conforme as imagens abaixo, é possível perceber, à esquerda, o rito da primeira comunhão (segundo informações de Erundino Prado Junior) e, no lado oposto a paisagem em dia de tempo comum, não ritualístico.

---

<sup>41</sup> Parecer do Conselho Ultramarino. Lisboa, 17 de setembro de 1695. apud: ALVES, Francisco José. Fontes para a história de Sergipe Colonial. p. 62.



Foto 49.

Imagem realizada na Praça São Francisco durante um ritual de Primeira Comunhão, na cidade de São Cristóvão. Foto da coleção particular do Dr. Lauro Rocha. Autor e ano desconhecidos.



Foto 50.

Imagem realizada durante o tempo comum, na praça São Francisco, em São Cristóvão. Foto do autor, 2004

Saindo da praça São Francisco pela rua Erundino Prado e seguindo adiante, um pouco mais afastado do pólo de convergência de atividades sociais, encontra-se a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

A Igreja da Irmandade dos Pretos ou, como é mais conhecida a Igreja do Rosário, encontra-se localizada na antiga rua do Rosário, hoje Erundino Prado. Edificada pelos membros da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, no século XVIII, teve o início de sua construção cravado no lavabo em cantaria data do ano de 1743. Trata-se de um prédio com predominância de linhas retas e com frontão triangular. Essa igreja representava o centro dos “festejos de tradição africana, como a Taieira e a Chegança. Atualmente ainda se realiza a Procissão dos Fogaréus e a Chegança, com participação exclusivamente masculina” (CARVALHO, 1989, p. 19).





Foto 51.

Igreja do Rosário. Foto Daniel Castro, novembro de 2002.

Para Paulo Azevedo (1980 b), São Cristóvão, por volta de 1750, já apontava fortes sinais de consolidação frente aos intensos desgastes causados pelas invasões holandesas, crescendo de maneira significativa o seu traçado urbano. Assentados nas construções de Ordens Religiosas, a acrópole apresentava de modo mais claro a futura ligação em direção ao oeste, “ou seja, da zona de chegada e de saída de mercadorias, propiciando condições de trocas indispensáveis à vida urbana” (AZEVEDO, P., 1980 b, p. 52).

O mês de junho é bastante festivo. Na segunda quinta-feira do mês, ocorre a festa *Corpus Christi*. Nesta celebração as pessoas que moram tradicionalmente no itinerário da procissão, colocavam, como de costume, toalhas e adereços com imagens sacras nas sacadas de suas janelas, em sinal de respeito àquela festa. Nela são desenvolvidos sete passos, cada um equivale a uma acolhida em casas diferentes, durante sete dias. Há também o coral que acompanha esses encontros com os cânticos tradicionalmente religiosos.

Ainda durante o mês de junho, são realizadas as festas de São João, São Pedro e São Paulo. Prado Junior relata que a mais marcante era a de São Pedro, por conta dos pescadores,

uma festa tradicional, na cidade de São Cristóvão mas, que infelizmente foi abolida, por conta do abandono político e da falta de incentivos.

Antigamente as pessoas mais ilustres faziam suas festas nos solares de seus sobrados, dentro de suas próprias residências. Elas distribuíam convites a outras personalidades também ilustres da sociedade são cristovense. Esses saraus se estendiam durante o ciclo de festas juninas, geralmente com músicas e comidas típicas, muitas delas feitas com milho e bolos de diversos sabores. Aqueles menos favorecidos socialmente, segundo Prado Junior (2004), faziam suas festas cada um em locais específicos. Os pescadores, por exemplo, desciam para as margens do Paramopama e faziam suas festas com o forró tradicional. Outras pessoas que moravam nas periferias faziam suas festas à beira da suas calçadas, na porta de suas casas. Prado Junior (2004) salienta que as festas públicas populares eram essencialmente de caráter religioso e se davam essencialmente na esfera privada, seja nos solares dos sobrados, à beira do Paramopama ou na porta de suas casas. Não havia de fato uma preocupação pública, por parte dos políticos, em relação às festas juninas. Essa é característica bastante recente.

A 25 de julho ocorre a festa de São Cristóvão, santo onomástico da cidade. No dia 08 de setembro é comemorado o dia do santo padroeiro da cidade, Nossa Senhora das Vitórias, celebrando três vitórias alcançadas pelos portugueses frente os franceses, holandeses e espanhóis.

A segregação social parece ser algo muito forte na sociedade oitocentista são cristovense. Ela pode ser percebida na paisagem edificada, em seus traços estilísticos e na ordenação espacial de seus prédios e monumentos. Essa segregação presente nas festas particulares, mas ao mesmo tempo pública, na medida em que são convidadas personalidades ilustres ou no simples fato de pessoas humildes sentarem-se em suas calçadas, e percebidas na paisagem, é também levada ao cotidiano de seus habitantes e cidadãos.



Segundo Kleber Luiz de Almeida (2004), guia turístico da cidade de São Cristóvão, as casas de uma porta e uma janela correspondem a meia morada, as de duas portas e duas janelas equivalem a uma morada e, finalmente, aquelas que têm mais de duas portas e de duas janelas afirma-se ser uma morada e meia. As condições sociais das pessoas que habitavam a cidade de São Cristóvão eram também percebidas na sutileza das fachadas de suas casas. Aquelas casas com um beiral, formado por eira e bica, comumente conhecida como casas de eira eram habitadas por pessoas mais simples. Havia ainda as casas com dois beirais, eira e beira, sendo ocupada por uma classe intermediária. E, finalmente, os sobradinhos construídos por elite local e personalidades ilustres da sociedade. Daí o provérbio popular, relativo àquelas pessoas desprovidas de condições financeiras ou sem posses; “fulano é um cara sem eira nem beira”.

As pessoas pertencentes à elite geralmente não iam à feira, afinal ali era um espaço desprestigiado, justamente porque circulavam pessoas da classe baixa. Essa classe social tinha determinadas pessoas, feirantes, que selecionavam produtos de primeira e os deixavam nos sobrados. Se por acaso viesse algum produto não muito bom, ele era então devolvido e o feirante liberado desse “pacto”. Prado Junior (2004) relata que, já no século XX, por volta de 1910 as “senhoras da sociedade” ao irem à feira, acompanhadas por seus empregados, mantinham um certo distanciamento deles, tal como acontecia na escravidão.

Nitidamente, São Cristóvão parece viver dois momentos: o primeiro, habitual, ou o tempo de trabalho em que a cidade parece deserta, com ruas vazias e museus fechados, ou abertos de modo irregular (sobretudo o Museu Histórico de Sergipe). Durante esse período seus moradores geralmente estão a se queixar do descaso das autoridades, que parecem só lembrar que ela existe na história. “A quarta cidade mais antiga do Brasil” torna-se lema de propaganda turística, mas, tudo indica a falta de programas de inclusão nos roteiros e pacotes turísticos. Falta infraestrutura e políticas públicas votadas para a visitação a São Cristóvão. No

tempo festivo, claramente, a cidade se reveste de uma outra feição. O discurso de seus moradores se transforma, a cidade ganha vida na expressão de cada morador, o mesmo que no tempo habitual a vê como algo velho, ultrapassada no tempo, agora se orgulha de seus prédios e lamenta não haver maior preservação.

A solução para esse impasse perpassa a inserção de São Cristóvão em roteiros turísticos. Dessa forma, trazendo turistas e movimentando a economia, parece ser possível despertar o gosto pela cidade, sua paisagem e seus monumentos. Talvez falte uma perspectiva de entendimento que aquela paisagem, histórica, assume hoje uma relevância não só no projeto político de uma identidade nacional, mas sobretudo de exploração econômica de seus moradores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhar pelas ruas de São Cristóvão equivale a respirar o ar das antigas cidades. No alto de uma acrópole é possível penetrar em uma atmosfera colonial, com ruas estreitas, igrejas, conventos e casarões seculares que, aparentemente esquecidos durante quase todo o ano, mostram sua força e sua magia nos momentos ritualísticos.

As cidades coloniais, nascidas do projeto português de ocupação das terras brasileiras, consolidaram ao longo do tempo paisagens edificadas, que tiveram determinada relevância e desempenharam funções específicas. Esses espaços gradativamente perderam sua importância, a partir do deslocamento logístico, proporcionado pelo surgimento de novas redes, responsáveis pela articulação entre o conjunto de novos conglomerados urbanos. Hoje, transformados em centros históricos, vários desses antigos centros retomam sua força.

São Cristóvão nasce em 1590 com um propósito nitidamente estratégico. Situada entre dois centros produtores cana-de-açúcar, a ocupação desse território sugere ter sido fundamental no projeto de colonização e ocupação de terras brasileiras, por parte dos portugueses, sobretudo, por ser esse um período de inseguranças e constantes ameaças, não só pelos índios, que viam suas terras ameaçadas, como também pelos piratas e aventureiros, que vinham para o Brasil à procura de riquezas.

Essas cidades tiveram sua paisagem consolidada ao longo de séculos se viram ameaçadas pelos ideais da modernidade. O século XIX funcionou como divisor de águas. Nesse momento todas as lutas pela conquista e apropriação territorial, parecem ter sido esquecidas. Surgem então os novos espaços, aglomerando pessoas de origens distintas, muitas

vezes formando verdadeiros cadinhos culturais. Eis as novas cidades, assim denominadas modernas.

As pessoas começaram a migrar para as cidades modernas, ansiosas por prosperidade e uma vida nova, o que não acontecia com os moradores das cidades coloniais. Esquecidas no tempo e no espaço, essas cidades se viram à margem dos interesses políticos e econômicos, sobretudo a partir da segunda metade desse ao longo do século XIX. Elas só retornaram à cena por volta do início do século XX, através de um projeto modernista, não mais preocupado em romper com o antigo, e sim para a construção de uma identidade nacional.

É possível afirmar que esse novo paradigma, divisor de águas, assim como essa nova lógica de ocupação espacial, fortemente trabalhado na modernidade, fizeram com que as cidades coloniais perdessem muito de sua relevância. As novas paisagens seguiam uma outra perspectiva, por sua vez, as antigas permaneceram à margem durante um determinado período de tempo. Essa dicotomia deu origem ao que se tem, agora, o centro e o centro histórico.

Nas cidades coloniais, tradicionalmente fundadas a partir de uma igreja edificada e do conjunto de casas que começam a surgir ao seu redor, começam a surgir prédios cuja principal representação simbólica não seria o pertencimento a uma determinada ordem religiosa específica. Ao contrário, os prédios surgidos nas cidades coloniais ao longo do século XIX, parecem sofrer uma forte influência das idéias que se praticavam na sociedade da corte, no Rio de Janeiro, sobretudo com a vinda da Missão Francesa e a importação de um estilo laico. De modo específico, na cidade de São Cristóvão, esses espaços sagrados eram maiores e mais ricos em detalhes, em suas fachadas, que os prédios públicos, propriamente ditos. Além disso, os espaços sagrados permaneceram desempenhando funções religiosas, enquanto que nos prédios públicos, muitos deles, perderam suas atribuições originais, vindo a se transformar em restaurantes, museus e casarões particulares. Portanto, a mentalidade secular, oitocentista, fez mudar não só a relação entre os espaços e os seus usos, mas também as sociabilidades

desenvolvidas e os estilos arquitetônicos, fazendo surgir novas fronteiras territoriais. Esse momento sugere algo muito mais significativo.

Anteriormente, os espaços entendidos enquanto uma relação entre o sagrado e o profano, sobretudo pela forte e decisiva influência da Igreja, ao longo do século XIX, caracterizado pelo crescente processo de secularização, essa relação vai gradativamente perdendo sua força e cedendo lugar a uma outra relação; o privado e o público.

Durante o governo Vargas (1934-45), coube ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, tomar a iniciativa de estudos para um projeto de lei federal. Foi, então, convocado Mário de Andrade para a elaboração do projeto propriamente dito. A criação do SPHAN, instituição responsável pelos bens patrimoniais a nível federal, data de 1937. Já no ano seguinte, portanto, quase simultaneamente ao surgimento do SPHAN, é baixado um decreto lei no qual transformava a cidade de São Cristóvão em cidade-monumento do Estado de Sergipe. Nesse momento a instituição voltada para a proteção do bem cultural irá atuar, de modo específico, sobre os elementos da cultura material, fundamentado, no risco latente de desaparecimento. Percebeu-se a relevância para aglutinar elementos formadores de uma identidade nacional.

Mais recentemente, esses centros e cidades históricas retomaram sua força a partir da possibilidade de exploração econômica desses através do turismo. Contudo, o pré-requisito para a apropriação é a identificação histórica com seus atores sociais, agindo, fundamentalmente, com sentido e consciência.

Já há algum tempo, Sergipe sugere oferecer nítidos sinais de interesse de sua inserção nas agendas turísticas do Nordeste, por meio de eventos ritualísticos, a exemplo da prévia carnavalesca (pré-caju) e o dos festejos carnavalescos promovidos, sobretudo, nos municípios do Estado. Além disso, faz parte da tradição as celebrações dos festejos juninos, amplamente divulgados aqui, e em outros Estados, que parecem ganhar fôlego a partir da inserção de

apresentações de nomes consagrados a nível nacional, a exemplo de Alceu Valença, Zé Ramalho, Elba Ramalho, Dominginhos etc.

A infraestrutura da cidade sugere ser também motivo de preocupação das autoridades políticas. Em diversas obras públicas, parece ficar claro o caráter e a preocupação com o aspecto turístico, por exemplo, a construção da orla em Aracaju e, ainda do recente projeto de revitalização do Mercado Central. Portanto, além dos aspectos ritualísticos e de infraestrutura, Sergipe também desenvolveu o seu turismo ecológico e natural, sobretudo nos passeios de catamarãs.

É nítida a preocupação das autoridades públicas com relação ao turismo, contudo esse exige um alto custo, principalmente simbólico, afetivo. Ele deve ser apropriado, antes de tudo, pela comunidade local. Contudo, isso só parece ser possível ocorrer se o ator social se apropriar daquilo que ele se reconhece e se identifica. Uma forma possível para essa identificação sugere ser a sua efetivação por meio de rituais públicos, despertando o gosto e o sentimento para aquele momento. Além disso, parece interessante a possibilidade através de ações pedagógicas, entendendo-se enquanto atividades relacionadas com jogos infantis, concursos literários, além das artes expressas nos desenhos, nas músicas etc. (CORDEIRO; COSTA, 1999).

São Cristóvão, enquanto cidade colonial, é particularmente interessante para se compreender o passado e, daí se buscar uma identidade, mesmo que local. Sua relevância vai além do fato de ter sido a antiga de capital Sergipe. Muito mais do que ela já foi e representou, o seu centro histórico é possuidor ainda hoje de um vasto e rico acervo paisagístico edificado, em superfície, a céu aberto, tendo permanecido praticamente intacto ao longo dos tempos, não tendo sofrido nenhum processo de revitalização que pudesse vir a descaracterizá-lo. Sua relevância histórica inserida em um contexto nacional, pode revelar e fornecer pistas de traços que caracterizaram a sociedade colonial.

Apesar de todos esses aspectos positivos, São Cristóvão, em seu tempo comum, cotidiano, ordinário parece de fato esquecida no tempo, desabitada, desértica, só vindo de fato a ocupar suas ruas, de modo expressivo, nos momentos ritualísticos. É aí que a cidade de São Cristóvão parece mostrar mostra sua força, em especial, na festa de Senhor dos Passos e no Festival de Arte de São Cristóvão (FASC).

Nesses momentos ritualísticos e, em particular, nos dois eventos acima mencionados, a cidade adormecida desperta. Suas ruas estreitas parecem não comportar a imensa quantidade de pessoas que por elas circulam, os moradores colocam-se nas sacadas, janelas e calçadas, de suas casas e casarões. De fato, é uma outra paisagem que contrasta completamente com aquela dos dias em tempo ordinário. Os seus moradores se enchem de orgulho, claramente percebido nos relatos anônimos da multidão, em frases do tipo; “esse ano a procissão – *se referindo à procissão de Senhor dos Passos* – teve vinte por cento a mais de pessoas”, ou ainda, no relato fervoroso de um determinado cobrador de ônibus, morador da cidade de São Cristóvão; “eu participo todos os anos da festa de Senhor dos Passos, infelizmente, por um problema na empresa eu fui escalado de última hora. [...]. Mas tem muita gente, as pessoas vêm de ônibus, de linha e fretado, nos seus carros, e interessante que mesmo nos carros não passa uma pessoa ou duas, não, eles passam lotados com quatro, cinco pessoas”.

Nas festas de Senhor dos Passos e no FASC fica nítido o entusiasmo dos moradores com sua cidade, que normalmente não ocorre em outros momentos ou no tempo ordinário. Esses eventos ritualísticos demonstram a força da apropriação dos bens pela comunidade local. Muito mais do que isso, são manifestações que parecem equacionar o impasse entre atores e agentes sociais. Essas manifestações funcionam “dentro de confinamentos culturais precisos [...] culturas históricas específicas que possuem conotações emocionais fortes para aqueles que a compartilham” (SMITH, 1999, p. 190-1).



Muitas vezes a comunicação entre esses elementos, agentes e atores, é ruidosa por conta dos interesses e motivações distintos, não consoantes. Quem vive de fato a realidade cotidiana desses espaços é a comunidade local, são os atores sociais. Essas manifestações “devem, antes de tudo, provocar uma resposta popular para poderem sobreviver, e isto significa trabalhar em cima dos motivos e estilos vernaculares” (SMITH, 1999, p. 191-2).

A multidão reunida por ocasião da festa de Senhor dos Passos sugere ser a prova mais evidente de que a identificação e a apropriação parecem não só necessária como possível. As pessoas, mesmo em suas portas, acompanhando de suas janelas a multidão passar, comentavam: “este ano tem vinte por cento de pessoas a mais que no ano passado”<sup>42</sup>, “este ano tem muita gente diferente, veio muita gente de fora”<sup>43</sup>. De fato, foi possível observar a presença de vários peregrinos, locais e de outros Estados, tais como, Porto Real do Colégio (AL), Paripiranga (BA), Lagarto (SE) etc.

A idéia da cidade em dois tempos, desenvolvida neste trabalho, tem um objetivo. Ela mostra que é possível, segundo uma orientação Weberiana, unir “atividade racional visando um fim prático e uma atividade comunicacional, mediada por símbolos” (SANTOS, Milton, 2002 a, p. 315). A condição necessária para que exista essa comunicabilidade, de acordo com Smith (1999), perpassa a adoção de estilos vernaculares, nos quais os indivíduos se reconheçam. Por isso, durante as festas de Senhor dos Passos e o FASC, a cidade de São Cristóvão, que habitualmente parece *morta*, mostra que está *viva e forte* no sentimento de seus moradores.

---

<sup>42</sup> Frase coletada em meio à multidão.

<sup>43</sup> Frase coletada em conversa com uma vendedora ambulante

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, João Teixeira. Carta da Costa que se estende da Baía de Todos os Santos até a Barra do Rio São Francisco (1631). In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Os mapas do descobrimento**. [s.l.]:Associação Serrana de Educação e Cultura; Centro Cultural Banco do Brasil, 2000. Manuscrito aquarelado, n.23.

A ESCASSEZ de gêneros alimentícios e a carestia. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa 40, documento n. 13.

ALEXANDER, Jeffrey. Aspectos não-civis da sociedade: Espaço, tempo e função. In: **6º encuentro de geógrafos de América Latina: Territorios en redefinicion: lugar y mundo en América Latina**. Buenos Aires/Argentina: 1997. (Cd-rom).

ALMEIDA, Maria da Gloria Santana de. **Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: UFS/SEPLANTEC/BANESE, 1993.

ALVES, Francisco José (Org). **Fontes para história de Sergipe colonial: séculos 16-18**. Aracaju, 2001. (Trabalho não publicado).

\_\_\_\_\_. Onde ficava a primitiva São Cristóvão? **Jornal da cidade**. Aracaju 02 e 03/12/2001. Caderno B p: 4.

ARANTES, Antonio Augusto (Org.). “Prefácio” In: \_\_\_\_\_. **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. “A guerra dos lugares: fronteiras simbólicas e liminaridade no espaço urbano de São Paulo”. In: FORTUNA, Carlos (Org). **Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta, 1997.

\_\_\_\_\_. “Desigualdad y diferencia: cultura y ciudadanía en tiempos de globalización. In: BAYARDO, Rubens; LACARRIEU, Mónica. **La dinámica global / local, cultura y comunicación: nuevos desafíos**. Argentina: Ciccus; La Crujía, 1999. p. 145-170.

\_\_\_\_\_. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas: Ed.Unicamp, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

ASSIS, Antonio Xavier de. “A capital de Sergipe: onde nasceu o arraial de São Cristóvão”. In: **Revista de Aracaju**. Aracaju/SE, n. 7, ano XIX, 1962. p. 221-229.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. “A conquista do espaço”. In: \_\_\_\_\_. **O sentido dos outros: Atualidade da antropologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Cap. 6, p. 129-149.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Brasília: UnB, 1996. p. 125-98.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de (Coord.). **Plano urbanístico de São Cristóvão**: análise do meio físico e social. Salvador: UFBA, 1980 a. v. 1

\_\_\_\_\_. **Plano urbanístico de São Cristóvão**: estudo da evolução urbana. Salvador: UFBA, 1980 b. v.2

\_\_\_\_\_. **Plano urbanístico de São Cristóvão**: análise da estrutura urbana. Salvador: UFBA, 1980 c. v. 3

BARRETO, João Pereira. **Limite de Sergipe e Bahia**: synthese crítica da história desses limites. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BENJAMIN, Walter. “Teses sobre filosofia da história”. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985.

\_\_\_\_\_. “Paris, Capital do Século XIX”. In: FORTUNA, Carlos (Org.). **Cidade, cultura e globalização**: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta, 1997.

BHABHA, Hommi K. “O compromisso com a teoria.” In: ARANTES, Antonio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 10-29.

BRUANT, Catherine. “Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia”. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.167-202.

BRUNO, Maria Cristina. “A importância dos processos museológicos para a preservação do patrimônio”. In: **ANAIS DA I REUNIÃO INTERNACIONAL DE TEORIA ARQUEOLÓGICA NA AMÉRICA DO SUL**, Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3. São Paulo: MAE/USP, 1999.

CALASANS, José. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: FUNDESC, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001 a. (Coleção: Repensando a Geografia).

\_\_\_\_\_. “O sentido da cidade: as possibilidades de análise geográficas”. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s.n.], 2001 b. p. 35-44.

\_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001 c.

CARVALHO, Eliana Maria Silveira Fonseca (Coord.). **São Cristóvão e seus monumentos**: 400 anos de história. São Cristóvão (SE): [s.n.], 1989.

CASAL, Pe. Manuel Aires de. Província de Sergipe D’EL-REI. In: **Corografia brasílica**: ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. (Coleção Reconquista do Brasil) v. 27, p: 247 – 252.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Pensamento Crítico, v. 48).

\_\_\_\_\_. O espaço dos fluxos. In: \_\_\_\_\_. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTRO, Celso. “Narrativas e imagens no turismo do Rio de Janeiro”. In: VELHO, Gilberto (Org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 80-7.

CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato de. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: Morar, cozinhar**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 2.

CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, António Firmino da. “Bairros: contexto e intersecção”. In: VELHO, Gilberto (Org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 58-79.

CORRÊA, Roberto Lobato de. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série Princípios).

DAMATTA, Roberto. **A Casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DANTAS, Beatriz Góis. “Os índios em Sergipe”. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.). **Textos para história de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; BANESE, 1991. p. 19-60.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1.

ETCHEVARNE, Carlos. “Interdições arqueológicas em centros históricos: o caso de Salvador.” In: **ANAIS DO 2º WORKSHOP ARQUEOLÓGICO DE XINGÓ**. 2002. (p. 57-60).

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

\_\_\_\_\_. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. “O flâneur, a cidade e a vida pública virtual.” In: ARANTES, Antonio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 186-207.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: 1959. v. XIX.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 1997.

\_\_\_\_\_. “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

FORTUNA, Carlos Alexandre; POZZI, Henrique Alexandre; CÂNDIDO, Manuelina M. Duarte. “A arqueologia na ótica patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros”. **CANINDE: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**. São Cristóvão/SE, Universidade Federal de Sergipe, n. 1, dez. 2001. p. 129-156.

FORTUNA, Carlos. “As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias”. In: **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs) \ Revista Brasileira de Ciências Sociais (rbcs)**. n. 33, ano 12, fev.1997, publicação quadrimestral. Disponível em Cd-rom: anpocs\rbcs33\rbcs33\_08.htm.

\_\_\_\_\_. **Identidades, percursos, paisagens culturais**. Oeiras: Celta, 1999.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Estado e metropolização**. São Cristóvão/SE: Editora UFS; Aracaju/SE: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

FRÉDERIC, Louis. “Arqueologia monumental e histórica”. In: **Manual prático de arqueologia**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980. p. 319-321.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. “As práticas socioespaciais urbanas: contribuições para refletir sobre a cidade”. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p. 35-44.

FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1997.

FREYRE, Gilberto. **A casa brasileira**. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971.

\_\_\_\_\_. **Oh de Casa!** Recife: Artenova, 1979.

\_\_\_\_\_. **2º Guia prático, histórico e sentimental de cidades brasileiras**. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

\_\_\_\_\_. **Rurbanização: Que é?** Recife: Massangana, 1982.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo. “As teorias arqueológicas”. In: \_\_\_\_\_. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 48-51.

FUNARI, Pedro Paulo, PINSKY, Jaime. “Introdução”. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto 2001. Coleção Turismo Contexto. p. 07-12.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Trad. de Vera Mello Joscelyne. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. “Espaço de representação e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria para o fato religioso”. **RA´ E GA: O espaço em análise**. Curitiba, PR: Departamento de Geografia / UFPR, v. 1, n. 1 1997. Revista da UFPR; n. 79. p. 91-120.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFJR; IPHAN, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HERKENHOFF, Paulo (Org.); MELLO, José Antonio Gonsalves de (Textos) et. al. **O Brasil e os holandeses: 1630-1654**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 16. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1983.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. “A cidade controlada: 1870-1913”. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 311-30.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l’ espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEITE, Rogério Proença Sousa. “(Dê)s ordem encantada: nação e rituais públicos”. In: **Temáticas: revista de pós-graduandos em ciências sociais**. Campinas, SP: IFCH – Unicamp, 2000. n. 15-6.

\_\_\_\_\_. “Entre a nação e os lugares”. **TOMO: revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (UFS)**. São Cristóvão, 2001. n. 4.

\_\_\_\_\_. “Fora de portas: o sobrado e seus inimigos”. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon, LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Áreas (Org.). **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 249-66.

\_\_\_\_\_. **Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife antigo**. UNICAMP. 2001. (Tese de doutorado não publicada).

LEMOES, Carlos A. C. **O que é arquitetura**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção primeiros passos; 16).

\_\_\_\_\_. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção primeiros passos; 51).

LIMA, Tânia Andrade. “Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas”. **Revista Clio**, n. 5, Recife 1989. p. 87-99.

\_\_\_\_\_. “Pratos e mais pratos: louças domésticas e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX”. In: **ANAIS DO MUSEU PAULISTA, HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL**. Nova Série, v. 3: 1996. p. 129-191.



\_\_\_\_\_. “Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista”. In: **ANAI DO MUSEU PAULISTA, HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL**. Nova Série, v. 5: 1997. p. 93-129.

\_\_\_\_\_. “El huervo de la serpiente: uma arqueologia Del capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XVIII”. In: ZARANKIN, A; ACUTO F.A. (Eds.). **Sed non satiata: Teoria social en la arqueologia Latinoamericana Comteporanea**. Buenos Aires, Ediciones del Tridente, 1998. p. 189-238.

\_\_\_\_\_. **Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites**. (Trabalho não publicado), [s/d].

LOPEZ, Luiz Roberto. **Cultura brasileira: das origens a 1808**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 1994. (Série síntese universitária; 5).

\_\_\_\_\_. **Cultura brasileira: de 1808 ao pré-modernismo**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 1995. (Série síntese universitária; 12).

MAIA, Tom; NASCIMENTO, José Anderson; MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Sergipe Del Rei**. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: EMBRATUR, 1979.

MORAIS, José Luiz de. “A arqueologia e o turismo”. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. Coleção Turismo Contexto. p. 95-103.

MOTT, Luiz, Roberto de Barros. **Sergipe del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: FUNDESC. 1986. (Coleção Jackson da Silva Lima).

NASCIMENTO, José Anderson. **Sergipe e seus monumentos**. Aracaju: J. Andrade, 1991.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe provincial I: 1820-1840**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sergipe colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVA, Terezinha Alves de. “Estruturas de poder”. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.). **Textos para história de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991. p. 127-166.

OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Lourdes de; OLIVEIRA, Luciane Monteiro. “Patrimônio arqueológico e cultural da zona da mata mineira”. **CANINDÉ: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, São Cristóvão/SE, Universidade Federal de Sergipe**, n. 1, dez. 2001. p. 83-100.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003 a.

\_\_\_\_\_. **Um outro território: ensaio sobre a mundialização**. 2. ed. São Paulo: Olho d'água, 2003 b.

PORTAL, María Ana. “La multiculturalidad urbana en México o las diversas formas de apropiarse de la ciudad. In: BAYARDO, Rubens; LACARRIEU, Mónica. **La dinámica global / local, cultura y comunicación: nuevos desafíos**. Argentina: Ciccus; La Crujía, 1999. p. 105-16.

PRIMO, Judite. **Museologia e patrimônio (Documentos Fundamentais): organização e apresentação**. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa/Portugal: n. 15, ULHT, 1999, p. 153-6.



RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Ática: São Paulo, 1993. Temas: Geografia e política, v. 29.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. “SERGIPE / 47” – São Cristóvão – ca. 1631. Disponível em Cd-rom.

**REVISTA sergipana de cultura**. Conselho Estadual de Cultura. Aracaju/SE: Ano II v. 1. n. 3, J. Andrade, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. “Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil”. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 15-22.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. “Da cidade nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil”. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 53-78.

ROCHA, Everardo. “As invenções do cotidiano”. In: **Jogo de espelhos: ensaios de cultura brasileira**. 3. ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. Cap. 1, p. 13-32.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987)**. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Condephaat: FAPESP, 2000.

\_\_\_\_\_. “Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo”. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto 2001. Coleção turismo contexto. p. 13-24.

RUBINO, Silvana. “Entre o CIAN e o SPHAN: diálogos entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre”. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon, LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Áreas. **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 267-86.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500 – 1627**. 5. ed. (comemorativa do 4º centenário do autor). Revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, OFM. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

SANTANA, Antonio Samarone. **As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. (NPPCS), 1997. (Dissertação de mestrado não publicada).

SANTOS, Aldeci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto. **Delimitação e regionalização no Brasil semi-árido**. Aracaju: UFS, 1992.

SANTOS, Augusto Carlos Alves. **O processo de mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju**. São Cristóvão: DHI/UFS, 1997. (monografia não publicada).

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Marcelo. **Irmãos da santa conveniência: ordem terceira de São Francisco de Assis de São Cristóvão (1840-1870)**. São Cristóvão: DHI/UFS, 2001. (monografia não publicada).

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **Patrimônio cultural e patrimônio arqueológico: relações possíveis**. Palestra proferida durante o XI – Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Rio de Janeiro: Setembro de 2001.

SANTOS, Milton. “Técnica, espaço, tempo”. In: \_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 61-88.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002 a. (Coleção Milton Santos; 1).

\_\_\_\_\_. “Geografia, sociedade, espaço”. In: \_\_\_\_\_. **Por uma nova geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002 b. (Coleção Milton Santos; 2). p. 125-92.

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira: ensaio sobre o pensamento de Mario de Andrade e Paulo Freire**. Tradução de Frederico Carotti. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Momento).

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “Urbanização e fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da memória urbana”. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p. 35-44.

SILVA FILHO, José Tiago da. **Servindo à alma e ao corpo: a santa casa de misericórdia de São Cristóvão-SE (séc. XVII e XIX)**. São Cristóvão: DHI/UFS, 2000. (Monografia não publicada).

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1920.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira de (Org.). **Catálogo da documentação cartorária dos séculos XVII e XVIII da comarca de São Cristóvão (1655-1800)**. Aracaju: Tribunal de Justiça; Editora J. Andrade, 2000.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida do espírito”. In: FORTUNA, Carlos (Org.). **Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta, 1997.

SMITH, Anthony D. “Para uma cultura global?”. In: FEATHSTONE, Mike (Coord.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. 3. ed. Vozes: Petrópolis, 1999. p. 183-206.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. **Os franciscanos em Sergipe**: Santo Antônio arte e devoção. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura; J. Andrade, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os serviços públicos de cultura**: a questão patrimonial. Palestra proferida durante o I Fórum Estadual de Secretários Municipais de Cultura em Aracaju. Sergipe, 06 de novembro de 2001. Texto não publicado.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. “Categorias e conceitos para compreensão da cidade brasileira do período escravista”. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p. 13-34.

VIANNA, Hermano. “Ternura e atitude blasé na Lisboa de Pessoa e na Metrópole de Simmel”. In: VELHO, Gilberto (Org.). **Antropologia urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 109-20.

VILELA, Iêda Maria Leal; SILVA, Maria José Tenório da. **Aspectos históricos, artísticos, culturais e sociais da cidade de São Cristóvão**. Aracaju: Secretaria do Estado da Cultura e do Meio Ambiente. 1989. Série Memórias v. 1.

WINNE, Pires. **História de Sergipe: 1575 - 1930**. Rio de Janeiro: Pongentti, [s.d.]. v.1.

ZUKIN, Sharon. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder” In: ARANTES, Antonio (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000 a. p. 80-103.

\_\_\_\_\_. “Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano”. In: ARANTES, Antônio (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000 b. p. 104-115.

- **Documentos e imagens via internet:**

CARTA de Atenas. Disponível em: <

<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/atenas-31.htm> > Acessado em: 28 de out de 2001.

DECRETO-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 Disponível em: <

<http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm> > Acessado em: 28 de out de 2001.

INCURSÕES e ocupações estrangeiras no Brasil. Disponível em: <

<http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/arquivo/mapa021.htm> > acessado em: 02 de jun de 2002.

INVASÕES holandesas. Disponível em:

< <http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/arquivo/mapa018.htm> > acessado em: 02 de jun de 2002.

HISTÓRICO SPHAN. Disponível em: < <http://www.iphan.gov.br/iphan/iphan.htm> > acessado em: 28 de out de 2001.

LEI nº 3.924 de 26 de julho de 1961 Disponível em: <

<http://www.iphan.gov.br/legislac/lei3924.htm> > Acessado em: 28 de out de 2001.

MAPA do Brasil datado de 1637. Disponível em: <  
<http://www.literaturadosviajantes.kit.net/imaginario/mundo/mundo009.jpg> > acessado em: 02 de jun de 2002.

MAPA do Brasil territorial: 1500 – 1822. Disponível em: <  
<http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/arquivo/mapa014.htm> > acessado em: 02 de jun de 2002.

MUNDO 03. Disponível em: <  
<http://www.literaturadosviajantes.kit.net/imaginario/mundo/mundo009.jpg> > acessado em: 02 de jun de 2002.

SERESTA de São Cristóvão (peregrinação pela cidade). Disponível em: < [http: www.infonet.com.br](http://www.infonet.com.br) > acessado em: 15 ago de 2003.

SERESTA de São Cristóvão (Praça São Francisco). Disponível em: < [http: www.infonet.com.br](http://www.infonet.com.br) > acessado em: 15 ago de 2003.

- **Entrevistas:**

Celuta Fenandes Dantas, moradora da cidade de São Cristóvão, Sergipe, em 14 de fevereiro de 2004.

Erundino Prado Junior, morador, artista e pesquisador da história de São Cristóvão, Sergipe, em 22 de fevereiro de 2004.

Jaci Fenandes Dantas, moradora da cidade de São Cristóvão, Sergipe, em 14 de fevereiro de 2004.

Kleber Luiz de Almeida, guia turístico da cidade de São Cristóvão, Sergipe, em 06 de fevereiro de 2004.

Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, professor, Aracaju, Sergipe, em 30 de janeiro de 2004.

Sósthene Ramos Prado, morador da cidade de São Cristóvão, Sergipe, em 14 de fevereiro de 2004.

## ANEXOS

## ANEXO A – Anteprojeto da criação do SPHAN (elaborado por Mário de Andrade)<sup>44</sup>

### SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

#### CAPÍTULO I

Finalidade: O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional tem por objetivo determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional.

Ao S.P.A.N. compete:

- I - determinar e organizar o tombamento geral do patrimônio artístico nacional;
- II - sugerir a quem de direito as medidas necessárias para conservação, defesa e enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- III - determinar e superintender o serviço de conservação e de restauração de obras pertencentes ao patrimônio artístico nacional;
- IV - sugerir a quem de direito, bem como determinar dentro de sua alçada, a aquisição de obras para enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- V - fazer os serviços de publicidade necessários para propagação e conhecimento do patrimônio artístico nacional.

#### CAPÍTULO II

##### Determinações preliminares **Patrimônio Artístico Nacional**

Definição: entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.

Ao Patrimônio Artístico Nacional pertencem:

- I - Exclusivamente as obras de arte que estiverem inscritas, individual ou agrupadamente, nos quatro livros de tombamento adiante designados.

Estão excluídos do Patrimônio Artístico Nacional:

- I - as obras de arte pertencentes às representações diplomáticas estrangeiras aqui acreditadas e as que adornam quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no Brasil;
- II - as obras de arte estrangeira, pertencentes a casas de comércio de objetos de arte;
- III - as obras de arte estrangeira, vindas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;
- IV - as obras de arte estrangeira, importadas expressamente por empresas estrangeiras para adorno de suas repartições.

Distinções:

- I - as obras de arte nacional pertencentes a casas de comércio de objetos de arte sujeitam-se também a tombamento, não podendo sair mais do país as que forem tombadas;

<sup>44</sup> Texto transcrito da publicação MEC/SPHAN /FNPM. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil:** uma trajetória. Brasília: SPHAN/FNPM; 1980, p. 90-8. (In: SIMÃO, 2001, p. 103-10).

II - as obras de arte tombadas, pertencentes a particulares, poderão, por qualquer processo de transação, mudar de proprietário, desde que esta mudança não implique possibilidade de saírem do país;

a) em quaisquer casos de venda de obras de arte tombadas, o S.P.A.N. pelo Governo Federal, e os poderes públicos do Estado em que a obra de arte residir, terão direito de opção na compra, pelo mesmo preço;

III - as obras de arte nacional ou estrangeira vindas para exposição, terão alvará de licença para livre trânsito, fornecido pelo Conselho Fiscal do S.P.A.N.;

IV - estão no mesmo caso do número anterior, as obras de arte importadas para adorno de suas repartições, por empresas estrangeiras, mediante declaração expressa destas.

### **Obra de arte patrimonial**

Definição: Entende-se por obra de arte patrimonial, pertencente ao Patrimônio Artístico Nacional, todas e exclusivamente as obras que estiverem inscritas, individual ou agrupadamente, nos quatro livros de tombamento. Essas obras de arte deverão pertencer pelo menos a uma das categorias seguintes:

1. arte arqueológica
2. arte ameríndia
3. arte popular
4. arte histórica
5. arte erudita nacional
6. arte erudita estrangeira
7. artes aplicadas nacionais
8. artes aplicadas estrangeiras.

Das artes arqueológica e ameríndia (1 e 2). Incluem-se nestas duas categorias todas as manifestações que de alguma forma interessem à Arqueologia em geral e particularmente à arqueologia e etnografia ameríndias.

Essas manifestações se especificam em:

- a) objetos: fetiches; instrumentos de caça, de pesca, de agricultura; objetos de uso doméstico; veículos, indumentária, etc, etc.;
- b) monumentos: jazidas funerárias; agenciamento de pedras; sambaquis, litógrafos de qualquer espécie de gravação, etc.;
- c) paisagens: determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc.;
- d) folclore ameríndio: vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina na, culinária ameríndias, etc,

Da arte popular. (3). Incluem-se nesta terceira categoria todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma interessem à Etnografia, com exclusão da ameríndia.

Essas manifestações podem ser:

- a) objetos: fetiches, cerâmica em geral, indumentária, etc.;
- b) monumentos: arquitetura popular, cruzeiros, capelas e cruzeiros mortuários de beira-estrada, jardins, etc.;
- c) paisagens: determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilarejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife, etc.;



d) folclore: música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, etc.

Da arte histórica (4). Incluem-se nesta categoria todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma refletem, contam, comemoram o Brasil e a sua evolução nacional.

Essas manifestações podem ser:

- a) monumentos (Há certas obras de arte arquitetônica, escultórica, pictórica que, sob o ponto de vista de arte pura não são dignas de admiração, não orgulham a um país nem celebrizam o autor delas. Mas, ou porque fossem criadas para um determinado fim que se tornou histórico - o forte de Óbidos, o dos Reis Magos - ou porque se passaram nelas fatos significativos de nossa história - a Ilha Fiscal, o Palácio dos Governadores em Ouro Preto - ou ainda porque viveram nelas figuras ilustres de nacionalidade - a casa de Tiradentes em São José de I Rei, a casa de Rui Barbosa - devem ser conservadas tais como estão, ou recompostas na sua imagem "histórica"): ruínas, igrejas, fortes, solares, etc. Devem pela mesma qualidade "histórica" ser conservados exemplares típicos das diversas escolas e estilos arquitetônicos que se refletiram no Brasil. A data que um exemplar típico possas ser fixada: de 1900 para trás, por exemplo, ou de cinquenta anos para trás;
- b) iconografia nacional: todo e qualquer objeto que tenha valor histórico, tanto um espadim de Caxias, como um lenço celebrando o 13 de maio. Pode ser considerado "histórico" para fins de tombamento, o objeto que conservou seu valor evocativo depois de 30 anos;
- c) iconografia estrangeira referente ao Brasil: gravuras, mapas, porcelanas, etc., etc., referentes à entidade nacional em qualquer dos seus aspectos, História, Política, costumes, Brasil, natureza, etc.;
- d) brasileira: todo e qualquer impresso que se refira ao Brasil, de 1850 para trás. Todo e qualquer manuscrito referente ao Brasil, velho de mais de 30 anos, se inédito, e de 100 anos, se estrangeiro e já publicado por meio tipográficos;
- e) iconografia estrangeira referente a países estrangeiros: incluem-se nesta categoria objetos que tenham conservado seu valor histórico universal de 50 anos para trás.

Da arte erudita nacional (5). Incluem-se nesta categoria todas e quaisquer manifestações de arte, de artistas nacionais já mortos, e também dos artistas vivos, as obras de arte que sejam propriedade de poderes públicos, ou sejam reputadas "de mérito nacional". São condições para que uma obra de arte de artista nacional vivo seja reputada "de mérito nacional":

1. ter a obra conquistado ao artista qualquer primeiro ou segundo prêmio no ano final de curso em escolas oficiais de Belas-Artes;
2. ter a obra conquistado ao artista qualquer espécie de primeiro prêmio em exposições coletivas organizadas pelos poderes públicos;
3. ter a obra conquistado o título acima referido por quatro quintos de votação completa do Conselho Consultivo do S.P.A.N.

Da arte erudita estrangeira (6). Incluem-se nesta categoria todas e quaisquer obras de arte pura de artistas estrangeiros que pertençam aos poderes públicos ou sejam reputadas "de mérito". São condições para que um artista estrangeiro seja reputado "de mérito":

1. figurar o artista em Histórias da Arte universais;
2. figurar o artista em museus oficiais de qualquer país;
3. no caso do artista ainda estar vivo e não preencher nenhuma das duas condições

anteriores, conquistar o título por quatro quintos de votação completa do Conselho Consultivo do S.P.A.N.

Das artes aplicadas nacionais (7). Incluem-se nesta categoria todas as manifestações de arte aplicada (móveis, torêutica, tapeçaria, joalheria, decorações murais, etc.) feita por artista nacional já morto, ou de importação nacional do Segundo Império para trás. Inclui-se ainda, dos artistas nacionais vivos, toda e qualquer obra de arte aplicada que pertença aos poderes públicos.

Das artes aplicadas estrangeiras (8). Inclui-se nesta categoria toda e qualquer obra de arte aplicada de artista estrangeiro, que figure em Histórias da Arte e museus universais.

### **Livros de Tombamento e Museus**

O S.P.A.N. possuirá quatro livros de Tombamento e quatro Museus, que compreenderão as oito categorias de artes acima discriminadas. Os livros de tombamento servirão para neles serem inscritos os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, e individualmente as obras de arte que ficarão oficialmente pertencendo ao Patrimônio Artístico Nacional. Os museus servirão para neles estarem expostas as obras de arte colecionadas para cultura e enriquecimento do povo brasileiro pelo Governo Federal. Cada museu terá exposta no seu saguão de entrada, bem visível, para estudo e incitamento ao público, uma cópia do Livro de Tombamento das artes a que ele corresponde. Eis a discriminação dos quatro livros de tombamento e dos museus correspondentes:

1. Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, correspondente às três primeiras categorias de arte, arqueológica, ameríndia e popular.
2. Livro de Tombo Histórico, correspondente à quarta categoria, arte histórica.
3. Livro de Tombo das Belas-Artes/Galeria Nacional de Belas-Artes, correspondente às quinta e sexta categorias, arte erudita nacional e estrangeira;
4. Livro de Tombo das Artes Aplicadas/Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial, correspondentes às sétima e oitava categorias, artes aplicadas nacionais e estrangeiras.

### **Discussões**

Primeira objeção: objetos há que pertencem a mais de uma categoria: em que livro de tombamento inscrevê-los e, se pertencentes ao Governo Federal, em que museu colocá-los?

Resposta: estas dúvidas existirão sempre e são próprias exclusivamente das mentalidades sem energia. É um simples caso de adoção de critérios preliminares. Basta que tais critérios sejam idôneos, razoáveis, não será que eles decidem problemas estéticos insolúveis. Que critérios poderão ser adotados? Por exemplo:

1. objeto que seja ao mesmo tempo histórico e de real valor artístico (a Casa dos Contos; o livro de Debret, etc.) será tombado pelo valor histórico. Excetuam-se naturalmente quadros ou esculturas que tomaram por tema um assunto histórico, mas que são evocativos e não reprodutores do real (O grito do Ipiranga, de Pedro Américo; a Partida da monção de Almeida Júnior);
2. nas manifestações artísticas que ainda e sempre se discutirá se são de arte pura ou arte aplicada, fixar discricionariamente um critério qualquer, o mais geralmente seguido: colocar, por exemplo, a Arquitetura entre as Belas-Artes; colocar a pintura mural, em qualquer dos seus processos, também entre as Belas-Artes; a

Numismática toda entre as artes aplicadas e da mesma forma toda a cerâmica, com exceção única das estátuas possíveis em tamanho natural, para jardins.

Segunda objeção: um objeto histórico pertencente à atual Escola Nacional de Belas-Artes deverá ir para o Museu Histórico só porque pertenceu a D. João VI, devem então mudar de museu ou permanecer onde estão?

Resposta: Está claro, a meu ver, que o objeto histórico que está na Escola Nacional de Belas-Artes deverá ir para o Museu Histórico, e acho que o quadro de Taunay deverá ficar onde está. Simplesmente porque D. João VI tem muito mais valor histórico que Taunay artístico, pra nós. Já se o quadro fosse de Rafael, de Rembrandt, de Delacroix, gênios universais, o quadro deveria ir para a Galeria de Belas-Artes. Apenas se juntaria ao seu título, a designação de seu acidental valor histórico.

Terceira objeção: como fazer-se um livro de tombo único para reunir várias categorias de artes, como o primeiro por exemplo, que reúne a Arqueologia desde os povos pré-históricos, cerâmica marajoara e pedras esculpidas dos astecas, a Etnografia Ameríndia e a Etnografia nacional e estrangeira?

Resposta: um livro pode ter vários volumes. Faça-se um volume para a Arqueologia, outro para a Etnografia Ameríndia, outro para a Etnografia Brasileira, outro para a Etnografia Universal. Sou de opinião, ainda, que mesmo a parte arqueológica da etnografia ameríndia deverá ser reunida a esta e não à arqueologia universal, para obter-se maior unidade.

Quarta objeção: por que o quarto museu é chamado Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial? Então a técnica industrial é uma arte?

Resposta: arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos. Isso foi aproveitado para preencher uma feia lacuna do sistema educativo nacional, a meu ver, que é a pouca preocupação com a educação pela imagem, o sistema talvez mais percuente de educação. Os livros didáticos são horrorosamente ilustrados; os gráficos, os mapas, pinturas das paredes das aulas são pobres, pavorosos e melancolicamente pouco incisivos; o teatro não existe no sistema escolar; o cinema está em três artigos duma lei, sem nenhuma ou quase sem nenhuma aplicação. Aproveitei a ocasião para lembrar a criação dum desses museus técnicos que já estão se espalhando regularmente no mundo verdadeiramente em progresso cultural. Chamam-se hoje mais ou menos universalmente assim os museus que expõem os progressos de construção e execução das grandes indústrias, e as partes de que são feitas, as máquinas inventadas pelo homem. São museus de caráter essencialmente pedagógico. Os modelos mais perfeitos geralmente citados são o Museu Técnico de Munich e o Museu de Ciência e Indústria de Chicago. Imagine-se a "Sala do Café", contendo documentalmente desde a replanta nova, a planta em flor, a planta em grão, a apanha da fruta; a lavagem, secagem, os aparelhos de beneficiamento, desmontados, com explicação de todas as suas partes e funcionamento; o saco, as diversas qualidades de café beneficiado, os processos especiais de exportação, de torrefação e de manufatura mecânica (com máquinas igualmente desmontadas e explicadas) da bebida, enfim a xícara de café. Grandes álbuns fotográficos com fazendas, cafezais, terreiros, colônias, os portos cafeeiros; etc., etc. Tudo o que a gente criou sobre o café, de científico, de técnico, de industrial, reunido numa só sala. E o mesmo sobre o algodão, açúcar, laranja, extração do ouro, do ferro, da carnaúba, da borracha; o boi e suas indústrias, a lã, o avião, a locomotiva, a imprensa, etc., etc.

### **Publicidade**

O S.P.A.N. deverá necessariamente, pertencente ao seu próprio organismo, um serviço de publicidade. Em que consistirá essa publicidade?

1. na publicação dos quatro livros de tomo, assim que estes estiverem em dia, e na publicação anual de seus suplementos. Os livros de tomo devem ser publicados. Além de indispensáveis aos estudiosos, têm valor moral de incitamento à cultura e à aquisição de obras de arte.
2. na publicação da Revista do S.P.A.N. A revista é indispensável como meio permanente de propaganda, e força cultural. Nela serão gradativamente reproduzidas também as obras de arte pertencentes ao patrimônio artístico nacional. Nela serão publicados os estudos técnicos, as críticas especializadas, as pesquisas estéticas, e todo o material folclórico do país.
3. na publicação de livros, de monografias com estudos biográficos, críticos, técnicos, descritivos, comparativos, dos autores, coleções e obras individualmente tombadas; catálogos dos quatro museus federais e outros regionais pertencentes aos poderes públicos; cartazes e folhetos de propaganda turística.

## **ANEXO B - Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937<sup>45</sup>**

### **ORGANIZA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.**

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

#### **CAPÍTULO I**

##### **Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art. 4º desta lei.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

Artigo 2º - A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Artigo 3º - Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1º) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no País;
- 2º) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no País;
- 3º) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução ao Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;
- 4º) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
- 5º) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;
- 6º) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único: As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Do Tombamento**

Artigo 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

---

<sup>45</sup> Fonte: <http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm>

- 1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;
- 2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;
- 4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º - Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Artigo 5º - O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Artigo 6º - O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Artigo 7º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Artigo 8º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Artigo 9º - O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

- 1º) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação;
- 2º) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo;
- 3º) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Artigo 10º - O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.



Parágrafo único - Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

### CAPÍTULO III

#### Dos efeitos do tombamento

Artigo 11 - As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 12 - A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Artigo 13 - O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º - No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou *causa mortis*.

§ 2º - Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiveram sido deslocados.

§ 3º - A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Artigo 14 - A coisa tombada não poderá sair do País, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 15 - Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação para fora do País, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º - Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º - No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º - A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Artigo 16 - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.



Artigo 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único: Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Artigo 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Artigo 19º - O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º - Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º - À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º - Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Artigo 20 - As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Artigo 21 - Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

#### CAPÍTULO IV

##### Do direito de preferência

Artigo 22 - Em face da alienação, onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º - Tal alienação não será permitida sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao Município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º - É nula a alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o seqüestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º - O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º - Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º - Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º - O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do Município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

## CAPÍTULO V

### Disposições gerais

Artigo 23 - O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Artigo 24 - A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Artigo 25 - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Artigo 26 - Os negociantes de antigüidade, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuem.

Artigo 27 - Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Artigo 28 - Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único: A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil-réis por conto de réis ou fração que exceder.

Artigo 29 - O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único - Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento da coisa pelo Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 30 - Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937; 116º da Independência e 49º da República.

Getúlio Vargas  
Gustavo Capanema

## **ANEXO C - Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961**

### **DISPÕE SOBRE OS MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS E PRÉ-HISTÓRICOS<sup>46</sup>.**

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal.

Parágrafo único - A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nela incorporados na forma do art. 161 da mesma Constituição.

Artigo 2º - Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

Artigo 3º - São proibidos em todo território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas **b**, **c** e **d** do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas.

Artigo 4º - Toda pessoa, natural ou jurídica, que, na data da publicação desta Lei, já estiver procedendo, para fins econômicos ou outros, à exploração de jazidas arqueológicas ou pré-históricas, deverá comunicar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro de sessenta (60) dias, sob pena de multa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 50.000,00 (dez mil a cinquenta mil cruzeiros), o exercício dessa atividade, para efeito de exame, registro, fiscalização e salvaguarda do interesse da ciência.

Artigo 5º - Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2º desta Lei será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais.

---

<sup>46</sup> <http://www.iphan.gov.br/legislac/lei3924.htm>

Artigo 6º - As jazidas conhecidas como sambaquis, manifestadas ao governo da União, por intermédio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o art. 4º e registradas na forma do artigo 27 desta Lei, terão precedência para estudo e eventual aproveitamento, em conformidade com o Código de Minas.

Artigo 7º - As jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza, não manifestadas e registradas na forma dos arts. 4º e 6º desta Lei, são consideradas, para todos os efeitos, bens patrimoniais da União.

## CAPÍTULO II

### Das Escavações Arqueológicas realizadas por particulares

Artigo 8º - O direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Governo da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo.

Artigo 9º - O pedido de permissão deve ser dirigido à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, acompanhado de indicação exata do local, do vulto e da duração aproximada dos trabalhos a serem executados, da prova de idoneidade técnico-científica e financeira do requerente e do nome do responsável pela realização dos trabalhos.

Parágrafo único - Estando em condomínio a área em que se localiza a jazida, somente poderá requerer a permissão o administrador ou cabecel, eleito na forma do Código Civil.

Artigo 10º - A permissão terá por título uma portaria do Ministro da Educação e Cultura, que será transcrita em livro próprio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e na qual ficarão estabelecidas as condições a serem observadas ao desenvolvimento das escavações e estudos.

Artigo 11º - Desde que as escavações e estudos devam ser realizados em terreno que não pertença ao requerente, deverá ser anexado ao seu pedido o consentimento escrito do proprietário do terreno ou de quem esteja em uso e gozo desse direito.

Parágrafo 1º - As escavações devem ser necessariamente executadas sob orientação do permissionário, que responderá civil, penal e administrativamente pelos prejuízos que causar ao Patrimônio Nacional ou a terceiros.

Parágrafo 2º - As escavações devem ser realizadas de acordo com as condições estipuladas no instrumento de permissão, não podendo o responsável, sob nenhum pretexto, impedir a inspeção dos trabalhos por delegado especialmente designado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando for julgado conveniente.

Parágrafo 3º - O permissionário fica obrigado a informar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, trimestralmente, sobre o andamento das escavações, salvo a ocorrência de fato excepcional, cuja notificação deverá ser feita imediatamente, para as providências cabíveis.

Artigo 12º - O Ministério da Educação e Cultura poderá cassar a permissão concedida, uma vez que:

- a) não sejam cumpridas as prescrições da presente Lei e do instrumento de concessão da licença;
- b) sejam suspensos os trabalhos de campo por prazo superior a doze (12) meses, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado;
- c) no caso de não cumprimento do parágrafo 3º do artigo anterior.

Parágrafo único - Em qualquer dos casos acima enumerados, o permissionário não terá direito a indenização alguma pela despesas que tiver efetuado.

### CAPÍTULO III

Das Escavações Arqueológicas realizadas por Instituições Científicas Especializadas da União, dos Estados e dos Municípios

Artigo 13º - A União, bem como os Estados e Municípios mediante autorização federal, poderão proceder a escavações e pesquisas, no interesse da Arqueologia e da Pré-história em terrenos de propriedade particular, com exceção das áreas muradas que envolvam construções domiciliares.

Parágrafo único - À falta de acordo amigável com o proprietário da área onde se situar a jazida, será esta declarada de utilidade pública e autorizada a sua ocupação pelo período necessário à execução dos estudos, nos termos do art. 36 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Artigo 14º - No caso de ocupação temporária do terreno, para realização de escavações nas jazidas declaradas de utilidade pública, deverá ser lavrado um auto, antes do início dos estudos, no qual se descreva o aspecto exato do local.

Parágrafo 1º - Terminados os estudos, o local deverá ser restabelecido, sempre que possível, na sua feição primitiva.

Parágrafo 2º - Em caso de as escavações produzirem a destruição de um relevo qualquer, essa obrigação só terá cabimento quando se comprovar que, desse aspecto particular do terreno, resultavam incontestáveis vantagens para o proprietário.

Artigo 15º - Em casos especiais e em face do significado arqueológico excepcional das jazidas, poderá ser promovida a desapropriação do imóvel, ou parte dele, por utilidade pública, com fundamento no art. 5º, alíneas K e L do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Artigo 16º - Nenhum órgão da administração federal, dos Estados ou dos Municípios, mesmo no caso do art. 28 desta Lei, poderá realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas, sem prévia comunicação à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para fins de registro no cadastro de jazidas arqueológicas.

Parágrafo único - Dessa comunicação deve constar, obrigatoriamente o local, o tipo ou a designação da jazida, o nome do especialista encarregado das escavações, os indícios que determinaram a escolha do local e, posteriormente, uma súmula dos resultados obtidos e do destino do material coletado.

### CAPÍTULO IV

Das Descobertas Fortuitas

Artigo 17º - A posse e a salvaguarda dos bens de natureza arqueológica ou pré-histórica constituem, em princípio, direito imanente ao Estado.

Artigo 18º - A descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, artístico ou numismático deverá ser imediatamente comunicada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido.

Parágrafo único - O proprietário ou ocupante do imóvel onde se tiver verificado o achado é responsável pela conservação provisória da coisa descoberta, até o pronunciamento e deliberação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 19º - A infringência da obrigação imposta no artigo anterior implicará na apreensão sumária do achado, sem prejuízo da responsabilidade do inventor pelos danos que vier a causar ao Patrimônio Nacional, em decorrência da omissão.

## CAPÍTULO V

Da remessa, para o exterior, de objetos de interesse Arqueológico ou Pré-histórico, Histórico, Numismático ou Artístico.

Artigo 20º - Nenhum objeto que apresente interesse arqueológico ou pré-histórico, numismático ou artístico poderá ser transferido para o exterior, sem licença expressa da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, constante de uma "guia" de liberação na qual serão devidamente especificados os objetos a serem transferidos.

Artigo 21º - A inobservância da prescrição do artigo anterior implicará na apreensão sumária do objeto a ser transferido, sem prejuízo das demais cominações legais a que estiver sujeito o responsável.

Parágrafo único - O objeto apreendido, razão deste artigo, será entregue à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

## CAPÍTULO VI

### Disposições Gerais

Artigo 22º - O aproveitamento econômico das jazidas, objeto desta Lei, poderá ser realizado na forma e nas condições prescritas pelo Código de Minas, uma vez concluída a sua exploração científica, mediante parecer favorável da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou do órgão oficial autorizado.

Parágrafo único - De todas as jazidas será preservada, sempre que possível ou conveniente, uma parte significativa, a ser protegida pelos meios convenientes, como blocos testemunhos.

Artigo 23º - O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas encaminhará Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional qualquer pedido de cientista estrangeiro, para realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas no país.



Artigo 24º - Nenhuma autorização de pesquisa ou de lavra para jazidas de calcário de concha, que possua as características de monumentos arqueológicos ou pré-históricos, poderá ser concedida sem audiência prévia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 25º - A realização de escavações arqueológicas ou pré-históricas, com infringência de qualquer dos dispositivos desta Lei, dará lugar à multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), sem prejuízo de sumária apreensão e conseqüente perda, para o Patrimônio Nacional, de todo o material e equipamento existente no local.

Artigo 26º - Para melhor execução da presente Lei, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá solicitar a colaboração de órgãos federais, estaduais, municipais, bem como de instituições que tenham entre seus objetivos específicos o estudo e a defesa dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Artigo 27º - A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional manterá um Cadastro dos monumentos arqueológicos do Brasil, no qual serão registrados todas as jazidas manifestadas, de acordo com o disposto nesta Lei, bem como das que se tornarem conhecidas por qualquer via.

Artigo 28º - As atribuições conferidas ao Ministério da Educação e Cultura, para o cumprimento desta Lei, poderão ser delegadas a qualquer unidade da Federação, que disponha de serviços técnico-administrativos especialmente organizados para a guarda, preservação e estudo das jazidas arqueológicas e pré-históricas, bem como de recursos suficientes para o custeio e bom andamento dos trabalhos.

Parágrafo único - No caso deste artigo, o produto das multas aplicadas e apreensões de material legalmente feitas reverterá em benefício do serviço estadual, organizado para a preservação e estudo desses monumentos.

Artigo 29º - Aos infratores desta Lei serão aplicadas as sanções dos artigos 163 a 167 do Código Penal, conforme o caso, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Artigo 30º - O poder Executivo baixará, no prazo de 120 dias, a partir da vigência desta Lei, a regulamentação que for julgada necessária à sua fiel execução.

Artigo 31º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de julho de 1961;  
140º da Independência e 73º da República.

Jânio Quadros  
Brigido Tinoco  
Oscar Pedroso Horta  
Clemente Mariani  
João Agripino

**ANEXO D - lei n 2069 - de 28 de dezembro de 1976<sup>47</sup>**

Dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE:**

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPITULO I****Do Patrimônio Histórico e Artístico**

**Art. 1** - Ficam sob a proteção e vigilância do Poder Público Estadual, por intermédio da Secretaria da Educação e Cultura, os bens móveis e imóveis atuais ou futuros, existentes nos limites de seu território, cuja preservação seja de interesse público, desde que se enquadrem em um dos seguintes incisos:

I - Construções e obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativas de determinada época ou estilo;

II - Edifícios, monumentos, documentos e objetos intimamente vinculados a fato memorável da História local ou a pessoa de excepcional notoriedade;

III - Monumentos naturais, sítios e paisagens, inclusive os agenciados pela indústria humana, que possuam especial atrativo ou sirvam de "habitat" a espécimes interessantes da flora e da fauna local;

IV - Bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural;

V - Sítios arqueológicos

**Art. 2** - Os bens a que se refere o art. 1 passarão a constituir o Patrimônio Histórico e Artísticos de Sergipe, depois de decretado o seu tombamento por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual e efetuada a sua inscrição no Livro de Tombo.

Parágrafo único - O Decreto de tombamento será precedido de estudos e indicações da Secretaria da Educação e Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Cultura.

**Art 3** - Excluem-se do tombamento a que se refere o art. 2 desta Lei os bens:

I - Pertencentes às representações diplomáticas ou consulares;

II - Trazidos ao Estado de Sergipe para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

III - Pertencentes a casas de comércio de antiguidades ou de objetos históricos ou artísticos;

IV - Importados por empresas estrangeiras, para servirem de adorno aos seus estabelecimentos sediados ou com filial no Estado de Sergipe;

V - Enviados para fora do Estado com o objetivo de restauração, caso em que o

<sup>47</sup> Disponível em: **Revista Sergipana de Cultura**. 1978.

envio somente se processará mediante termo em que o proprietário se obrigue a fazê-lo voltar dentro do prazo máximo de 1 (um) ano, sob pena de multa correspondente a 5 (cinco) vezes o valor do bem

Parágrafo único - As obras mencionadas nos incisos II e III, terão que vir acompanhadas da respectiva licença para livre trânsito, fornecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## CAPITULO II

### Do Tombamento

**Art.4** - O tombamento dos bens que constituirão o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, far-se-á pela sua inscrição nos respectivos Livros de Tombo, devendo ser notificado o seu proprietário ou aquela que detenha a sua posse

**Art. 5** - Desde que preencham as condições estipuladas no art 2 desta lei, poderão ser tombados os bens:

I - De domínio privado;

II - De domínio público estadual e municipal

§ 1 - O tombamento poderá ser total ou parcial, especificando-se, no segundo caso, com a maior precisão possível as características e demais informações da parte ou partes tombadas

§ 2 - O tombamento de bens pertencentes aos municípios sergipanos será precedido de autorização da Assembléia legislativa Estadual

§ 3 - Dar-se-á certidão de tombamento a quem a solicitar, com as especificações pedidas

§ 4 - O tombamento de bens de propriedade de pessoa natural ou jurídica de direito privado será voluntário ou compulsório

**Art. 6** - O tombamento de bens de propriedade de pessoa natural ou jurídica de direito privado será voluntário ou compulsório

§ 1 - O tombamento será voluntário se o proprietário inscrever espontaneamente o bem ou anuir, por escrito, com a inscrição, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da notificação de que trata o art 4

§ 2 - Será compulsório o tombamento, quando o proprietário não responder à notificação no prazo previsto n § 1 deste artigo, ou apresentar, no mesmo prazo, impugnação escrita à inscrição e esta vier a ser ordenada em decisão administrativa

§ 3 - Havendo impugnação, que deverá ser feita perante o Governador do Estado, competirá à Secretaria da Educação e Cultura contestá-la no prazo de 30 (trinta) dias, após parecer do Conselho Estadual de Cultura, enviando-a ao Chefe do Poder Executivo para decisão, em decorrência da qual:

I - Se favorável à inscrição, decretar-se-á o tombamento;

II - Se contrária à inscrição, arquivar-se-á o processo

§ 4 - No tombamento compulsório, a inscrição terá efeito a partir da data do recebimento da notificação pelo proprietário ou possuidor do bem tombado.

**Art. 7** - Far-se-á o tombamento dos bens de domínio do Estado independentemente de

notificação, desde que se obtenha parecer favorável do Conselho Estadual de Cultura e solicitado diretamente ao Chefe do Poder Executivo, este autorize a inscrição

**Art. 8** - Respeitado o disposto no parágrafo único do art. 5, para o tombamento de bens de propriedade dos Municípios, observar-se-á o disposto no art. 6 desta lei

**Art. 9** - O tombamento de conjuntos urbanísticos-cidades, vilas, povoações -, para dar-lhes o caráter de monumento histórico, será processado pela Secretaria da Educação e Cultura, mas a sua efetivação far-se-á mediante Decreto que regulará a matéria

**Art. 10** - A disposição, uso e gozo dos bens que passarem a construir o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe estarão sujeitos às restrições da legislação federal referente ao assunto e -às decorrentes desta Lei

§ 1 - Na alienação dos bens tombados de propriedade de particular, o Estado terá a preferência, devendo-lhes ser oferecido, por escrito, o preço de alienação, para que o mesmo declare a sua opção no prazo de 30 (trinta) dias

§ 2 - O direito de preferência não impede o proprietário de gravar com ônus real o bem tombado

§ 3 - Os bens tombados não poderão em hipótese alguma, ser demolidos ou mutilados não podendo, igualmente, sem prévia licença da Secretaria da Educação e Cultura, ser reformados, pintados ou restaurados, sob pena de multa correspondente ao custo da reparação do dano causado, para retorno ao estado anterior, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 165 e 166 do Código Penal

§ 4 - Tratando-se de bens tombados pertencentes ao Estado, responderá, pessoalmente, pelas sanções constantes do §3, a autoridade responsável pela infração

§ 5 - Nenhuma venda judicial de bem tombado na forma desta lei poderá ser realizada sem prévia notificação da Secretaria da Educação e Cultura, não podendo, de igual modo, ser expedido edital de praça, sob pena de nulidade, antes de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias para resposta da notificação, a contar da data do seu recebimento

§ 6 - Ao Estado assiste o direito de remição, na conformidade do disposto no Código de Processo Civil

§ 7 - Sob pena de ser requerido o necessário seqüestro e aplicada a multa correspondente a 10 (dez por cento) do seu valor, em dobro no caso de reincidência, os bens móveis tombados nos termos da presente Lei não poderão sair do Estado, salvo se destinados a exposição ou outra forma de intercâmbio cultural, exigindo-se o compromisso de retorno dos bens por um prazo não superior a 6 (seis) meses

§ 8 - No caso de furto, roubo, extravio ou destruição de bem tombado, deverá o proprietário ou possuidor dar conhecimento do fato à Secretaria da Educação e Cultura, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa de 10 (dez por cento) do respectivo valor

**Art. 11** - O proprietário de bem tombado que não dispuser de recursos financeiros para nele realizar as imprescindíveis obras de conservação e reparação, deverá comunicar à Secretaria da Educação e Cultura a necessidade de realização dessas obras, sob pena de incorrer em multa correspondente à importância em que for avaliado o dano que, em consequência, o bem vier a sofrer

§ 1 - Recebida a comunicação e verificada a necessidade de realização das obras, a Secretaria da Educação e Cultura promoverá as providências que julgar acertadas

§ 2 - Independentemente da comunicação de que trata o "caput" deste artigo, se for constatada urgência na realização de obras em proveito do bem tombado, a Secretaria da Educação e Cultura poderá empreendê-la, cabendo-lhe notificar administrativamente o proprietário ou possuidor

**Art. 12** - Os bens tombados ficam sujeitos a permanente vigilância da Secretaria da Educação e Cultura, que poderá livremente inspecioná-los, mediante simples notificação ao proprietário ou possuidor, advertindo-o, se for o caso, da necessidade de realização de obras de conservação e/ou reparação

Parágrafo único - O proprietário ou possuidor que se opor ou impedir a inspeção prevista neste artigo, ficará sujeito a uma multa correspondente a 5 (cinco) vezes o "Valor de Referência" vigente para o Estado de Sergipe

**Art. 13** - Os danos causados aos bens tombados serão equiparados, para todos os efeitos legais, aos praticados contra o Patrimônio do Estado

**Art. 14** - A qualquer tempo e sempre que haja conveniência, poderá ser desapropriado o bem tombado, observada a legislação específica

**Art. 15** - A Secretaria da Educação e Cultura providenciará a averbação dos bens imóveis tombados, à margem da respectiva transcrição do domínio

**Art. 16** - Poderá ser revogado o ato de tombamento:

I - Quando se provar que resultou de erro de fato quanto à sua causa determinante;

II - Por outro motivo de relevante interesse público

Parágrafo único - A revogação do ato de tombamento será realizada pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, por proposta do Secretário da Educação e Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Cultura

### CAPITULO III

#### Dos Livros de Tombo

**Art. 17** - A Secretaria da Educação e Cultura manterá os seguintes livros, nos quais inscreverá os tombamentos:

I - Livro de Tombo Histórico e Etnográfico, destinado ao registro dos bens de interesse da História e da Etnografia;

II - Livro de Tombo Artístico, destinado a inscrição dos bens de interesse das Artes, eruditas e folclóricas;

III - Livro de Tombo Paisagístico, destinado ao registro de monumentos naturais, paisagens e locais de singular beleza ou de interesse turístico, existente no Estado;

IV - Livro de Tombo Arqueológico, destinado ao registro dos bens de valor arqueológico

Parágrafo único - A Secretaria da Educação e Cultura adotará, nas inscrições dos livros de que trata este artigo, os métodos aconselhados e racionais em consonância com as normas aplicadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

### CAPITULO IV

#### Disposições Gerais

**Art. 18** - A Secretaria da Educação e Cultura manterá entendimentos com as autoridades federais, estaduais e municipais, quer civis, militares ou eclesiásticas, com instituições científicas, históricas e artísticas e com pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, visando a obtenção de apoio e cooperação para a constituição do Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe

**Art. 19** - A Secretaria da Educação e Cultura realizará, juntamente com a Fundação Aperipê de Sergipe e outras emissoras de rádio e televisão, respeitada a legislação pertinente à radiodifusão, bem como junto aos estabelecimentos de ensino, uma sistemática campanha educativa com vistas a criar, no seio da comunidade e da juventude, uma consciência pública sobre o valor e o significado do patrimônio histórico, artístico, etnográfico e paisagístico do Estado e sobre as necessidades de sua preservação

**Art. 20** - Os negociantes de obras de arte de qualquer natureza, e de manuscritos históricos e artísticos, deverão manter registro das compras e vendas efetuadas, ficando obrigados à inscrição especial na Secretaria da Educação e Cultura, à qual apresentarão semestralmente, relação completa de seus estoques e demonstrativos das vendas, com nome e endereço dos compradores

**Art. 21** - Os agentes de leilão, quando se tratar de objetos de valor histórico ou artístico, deverão apresentar relação dos mesmos à Secretaria da Educação e Cultura, sob pena de multa equivalente a 50 (cinquenta por cento) do seu valor venal

Parágrafo único - Nas vendas em leilão judicial, o Estado terá preferências na arrematação, em igualdade de condições, sobre qualquer licitante

**Art. 22** - Mediante provocação do proprietário ou possuidor, a Secretaria da Educação e Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Cultura, poderá sugerir ao Chefe do Poder Executivo a anulação de tombamento feito na conformidade da Lei presente, se houver, para isso, motivo de utilidade pública ou fundamento justo

**Art. 23** - Constitui dever das autoridades, dos responsáveis por instituições e das pessoas mencionadas no art 18, a comunicação, à Secretaria da Educação e Cultura, de fatos infringentes da presente lei, que cheguem ao seu conhecimento

**Art 24** - Apurado qualquer delito contra o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, a Secretaria da Educação e Cultura enviará o resultado de suas averiguações ao Procurador Geral do Estado, a fim de habilitar o Ministério Público a proceder contra os indiciados, de acordo, com a legislação penal que rege a espécie

**Art. 25** - É vedado, sem prévia autorização da Secretaria da Educação e Cultura, na vizinhança do bem tombado, fazer construção que lhe impeça ou reduza a estrutura, o estilo, a estética, a visibilidade, nem tampouco colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto colocado, impondo-se neste caso multa de 50 (cinquenta por cento) sobre o valor da obra, aplicada pelo Titular do referido órgão

**Art. 26** - Os valores resultantes da aplicação das multas previstas nesta lei serão integrados ao Fundo de Promoção Cultural de Sergipe, nos termos da lei nº 1962, de 30 de setembro de 1975, constituindo recursos para a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe

**Art. 27** - O Poder Executivo poderá, por intermédio da Secretaria da Educação e Cultura, realizar convênio com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para coordenação e desenvolvimento das atividades determinadas na presente lei

**Art. 28** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

**Art. 29** - Revogam-se as disposições em contrário

Aracaju, 28 de dezembro de 1976; 155º da Independência e 88º da República.

JOSÉ ROLLEMBERG LEITE  
GOVERNADOR DO ESTADO

Everaldo Aragão Prado  
Secretário da Educação e Cultura

Luiz Machado Mendonça  
Secretário Geral do Governo

Adroaldo Campos Filho  
Secretário da Segurança Pública

Eduardo Vital Santos Meio  
Secretário da Saúde Pública

Yolando José de Macêdo  
Secretário da Administração

Enivaldo Araújo  
Secretário da Fazenda

Helber José Ribeiro  
Secretário da Justiça e Ação Social, em  
exercício

Manoel Conde Sobral  
Secretário Extraordinário



## ANEXO E – Localização do acervo de bens imóveis de interesse de preservação

